

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES**

SAMUEL DIAS RIBEIRO

**CONGRESSOS DA BRANQUITUDE:
um estudo sobre a representação sociorracial no ensino superior brasileiro**

Versão Corrigida

São Paulo
2023

SAMUEL DIAS RIBEIRO

**CONGRESSOS DA BRANQUITUDE:
um estudo sobre a representação sociorracial no ensino superior brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Diego dos Santos Reis

Versão Corrigida

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R484c Ribeiro, Samuel Dias
 Congressos da branquitude: um estudo sobre a
 representação sociorracial no ensino superior
 brasileiro / Samuel Dias Ribeiro; orientador Diego
 dos Santos Reis - São Paulo, 2023.
 154 f.

 Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
 Universidade de São Paulo. Área de concentração:
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

 1. Branquitude. 2. Branquitude acadêmica. 3.
 Dispositivo de racialidade. 4. Representação social.
 5. Relações étnico-raciais. I. Reis, Diego dos
 Santos, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Samuel Dias Ribeiro****Data da defesa: 28/11/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Diego dos Santos Reis**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/12/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

RIBEIRO, Samuel Dias. **Congressos da branquitude:** um estudo sobre a representação sociorracial no ensino superior brasileiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Avaliada e aprovada em: 28 de Novembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis - (Orientador) - USP

Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello - UNIFESP

Profa. Dra. Cleyde Rodrigues de Amorim - UFES

Profa. Dra. Cintia Cardoso - Núcleo de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC

AGRADECIMENTOS

Às gargalhadas de minhas sobrinhas e sobrinhos que me alegram todas as vezes que as escuto;

À bela visão que tinha do meu marido, Bruno Couto Pórpura (Bê), enquanto, com nosso cachorrinho Milton na cadeira ao lado dele, escrevia a sua própria dissertação em Museologia. Impressionante como é lindo;

Ao meu pai, Américo Ribeiro, que sempre achou bonito me ver estudando, assim como eu sempre me alegrei ao vê-lo lendo a Bíblia, o que será sempre uma das memórias mais bonitas que terei dele;

Aos cuidados que minhas irmãs e irmãos tiveram comigo, mesmo que não tenham consciência do quanto fizeram por mim;

Ao Orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Diego dos Santos Reis, pela maneira tranquila e tranquilizadora com que conduziu este percurso;

Aos intelectuais que cito nesta dissertação; Às Profas. Dras. Marina Mello e Cleyde Amorim e Cintia Cardoso pelas contribuições dadas a este trabalho;

E a todas as Professoras e Professores que tive na vida.

Para Bê

“O branco guia sua ação no sentido de não se observar, afinal, ele realmente não ‘precisa’, no entanto, ‘enxerga-se’. A visão se faz necessária até para se colocar como padrão, para se diferenciar de quem ‘não é’, ou mais concretamente, todos ‘os não-brancos.’”

Lourenço Cardoso

“É o olhar do Eu hegemônico instituindo o Não ser. Um olhar educador, que carrega e explicita a verdade sobre o Outro, o nada que o constitui. E que nossa resistência permanente desmente”

Sueli Carneiro

“As instituições são constituidoras, regulamentadoras e transmissoras desses pactos, que em sua essência são coletivos. Os movimentos sociais, igualmente marcados pela coletividade, identificam, denunciam, exigem reparação.”

Cida Bento

RESUMO

RIBEIRO, Samuel Dias. **Congressos da branquitude: um estudo sobre a representação sociorracial no ensino superior brasileiro**. Dissertação (Mestrado - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Entre 2020 e 2023, acompanhamos 11 eventos acadêmicos virtuais realizados por universidades públicas brasileiras e 1 evento da categoria profissional de Assistentes Social e colhemos dados sobre a racialidade e o gênero das e dos docentes e profissionais participantes, objetivando observar as interações acadêmicas materializadas nos eventos e analisá-las em termos étnico-raciais, tendo como paradigmas os conceitos de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005), e branquitude acadêmica (Cardoso, 2020). A pesquisa faz um registro histórico-imagético de como as universidades brasileiras alimentam e consolidam o imaginário coletivo do branco inteligente. O trabalho capta o dispositivo de racialidade funcionando para cristalizar a ideia comum e racista de que pessoas brancas possuem uma inclinação quase inata para o sucesso intelectual. A branquitude seria o “cérebro da humanidade”. O que corresponde dizer que as universidades brasileiras congregam muitos dos benefícios usufruídos pela branquitude através de práticas institucionais, oficiais ou não, que criam, consolidam, ampliam e propagam privilégios socioculturais simbólicos, concretos e econômicos, fermentados pela pertença à racialidade branca. Trata-se de analisar como a identidade branca foi criada e consolidada através de ferramentas/dispositivos para sua preservação no decorrer da história da educação brasileira, isto é, como a visibilidade constrói uma sólida ideia da branquitude como autoridade epistemológica. A pesquisa nos permitiu chegar a algumas conclusões. As universidades públicas brasileiras exercem o “controle dos rostos” (Sodré, 2015), para que pessoas brancas sejam os/as representantes sociais da intelectualidade científica nas instituições, servindo como instrumento de manutenção dos benefícios socioculturais, políticos e econômicos para a branquitude. Encontramos uma representação social da intelectualidade exclusivamente branca e a sua hiper representação como pilar sustentando-a como símbolo de autoridade e poder, pois dos 12 eventos a média de pessoas brancas foi de 69%. Foi possível verificar que a representatividade de gênero, por sua vez, avançou no interior das universidades brasileiras, mas ainda persiste o preterimento das mulheres negras nos lugares de representação de poder. Evidenciou-se as características da branquitude acadêmica, o modo de organização e seu comportamento quando essas bases são levemente abaladas, a exemplo do estabelecimento de cotas sociorraciais. Concluiu-se que não houve alteração significativa nas universidades públicas em termos de diversidade étnico-racial de seus docentes e não se vislumbrou movimentos internos com vistas a alterar este quadro.

Palavras-chave: Branquitude; Branquitude acadêmica; Dispositivo de Racialidade; Representação social; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

RIBEIRO, Samuel Dias. **Whiteness Congresses: a study on socio-racial representation in Brazilian higher education.** Dissertação (Mestrado - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Between 2020 and 2023, we followed 11 virtual academic events held by Brazilian public universities and 1 event for the professional category of Social Assistants and collected data on the raciality and gender of the participating teachers and professionals, aiming to observe the academic interactions materialized in the events and analyze them in ethnic-racial terms, using as paradigms the concepts of raciality device (Carneiro, 2005), and academic whiteness (Cardoso, 2020). The research makes a historical-imagery record of how Brazilian universities feed and consolidate the collective imagination of intelligent white people. The work captures the device of raciality working to crystallize the common and racist idea that white people have an almost innate inclination toward intellectual success. Whiteness would be the “brain of humanity”. This means that Brazilian universities bring together many of the benefits enjoyed by whiteness through institutional practices, official or not, that create, consolidate, expand and propagate symbolic, concrete and economic sociocultural privileges, fermented by belonging to white raciality. It is about analyzing how white identity was created and consolidated through tools/devices for its preservation throughout the history of Brazilian education, that is, how visibility builds a solid idea of whiteness as an epistemological authority. The research allowed us to reach some conclusions. Brazilian public universities exercise “control of faces” (Sodré, 2015), so that white people are the social representatives of scientific intellectuality in institutions, serving as an instrument for maintaining the sociocultural, political and economic benefits for whiteness. We found a social representation of exclusively white intellectuality and its hyperrepresentation as a pillar supporting it as a symbol of authority and power, as of the 12 events the average number of white people was 69%. It was possible to verify that gender representation, in turn, has advanced within Brazilian universities, but the neglect of black women in positions of power representation still persists. The characteristics of academic whiteness, the way of organization and its behavior when these bases are slightly shaken, such as the establishment of socio-racial quotas, were highlighted. It was concluded that there was no significant change in public universities in terms of the ethnic-racial diversity of their teachers and there was no glimpse of internal movements with a view to changing this situation.

Keyword: Whiteness; Academic whiteness; Raciality Device; Social representation; Ethnic-racial relations.

RESUMEN

RIBEIRO, Samuel Dias. **Congresos de Blancura: un estudio sobre la representación socioracial en la educación superior brasileña**. Dissertação (Mestrado - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Entre 2020 y 2023, seguimos 11 eventos académicos virtuales realizados por universidades públicas brasileñas y 1 evento para la categoría profesional de Asistentes Sociales y recopilamos datos sobre la racialidad y el género de los docentes y profesionales participantes, con el objetivo de observar las interacciones académicas materializadas en el acontecimientos y analizarlos en términos étnico-raciales, utilizando como paradigmas los conceptos de dispositivo de racialidad (Carneiro, 2005) y blancura académica (Cardoso, 2020). La investigación hace un registro histórico-imaginario de cómo las universidades brasileñas alimentan y consolidan el imaginario colectivo de los blancos inteligentes. La obra captura el dispositivo de la racialidad que trabaja para cristalizar la idea común y racista de que los blancos tienen una inclinación casi innata hacia el éxito intelectual. La blancura sería el “cerebro de la humanidad”. Esto significa que las universidades brasileñas reúnen muchos de los beneficios de los que disfruta la blancura a través de prácticas institucionales, oficiales o no, que crean, consolidan, amplían y propagan privilegios socioculturales simbólicos, concretos y económicos, fermentados por la pertenencia a la racialidad blanca. Se trata de analizar cómo la identidad blanca fue creada y consolidada a través de herramientas/dispositivos para su preservación a lo largo de la historia de la educación brasileña, es decir, cómo la visibilidad construye una idea sólida de la blancura como autoridad epistemológica. La investigación nos permitió llegar a algunas conclusiones. Las universidades públicas brasileñas ejercen un “control de rostros” (Sodré, 2015), de modo que los blancos son los representantes sociales de la intelectualidad científica en las instituciones, sirviendo como instrumento para mantener los beneficios socioculturales, políticos y económicos de la blancura. Encontramos una representación social de la intelectualidad exclusivamente blanca y su hiperrepresentación como pilar que la sustenta como símbolo de autoridad y poder, ya que de los 12 eventos el promedio de personas blancas fue del 69%. Se pudo constatar que la representación de género, a su vez, avanzó dentro de las universidades brasileñas, pero aún persiste el abandono de las mujeres negras en posiciones de representación de poder. Se resaltaron las características de la blancura académica, la forma de organización y su comportamiento cuando estas bases son levemente sacudidas, como el establecimiento de cuotas socioraciales. Se concluyó que no hubo cambios significativos en las universidades públicas en cuanto a la diversidad étnico-racial de sus docentes y no se vislumbraron movimientos internos con miras a cambiar esta situación.

Palabras-clave: Blancura; Blancura académica; Dispositivo de racialidad; Representación social; Relaciones étnico-raciales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “A Redenção de Cam” (1895), de Modesto Brocos	47
Figura 2 - “Pindorama-brasil, terra indígena” (2022) – Emerson Rocha	60
Figura 3 - Imagem que ilustra o X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2020), elaborado pelo autor (2023)	122
Gráfico 2 – Raça-cor dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2020), elaborado pelo autor (2023)	122
Gráfico 3 - Gênero dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2022), elaborado pelo autor (2023)	123
Gráfico 4 – Raça-cor dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2022), elaborado pelo autor (2023)	123
Gráfico 5 – Gênero dos convidados/as da Jornada Virtual UEFS (2022), elaborado pelo autor (2023)	126
Gráfico 6 – Raça-cor dos convidados/as da Jornada Virtual UEFS (2022), elaborado pelo autor (2023)	126
Gráfico 7 – Gênero dos convidados/as do IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2020), elaborado pelo autor (2023)	128
Gráfico 8 – Raça-cor dos convidados/as do IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2020), elaborado pelo autor (2023)	128
Gráfico 9 – Gênero dos convidados/as do X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2021), elaborado pelo autor (2023)	128
Gráfico 10 – Raça-cor dos convidados/as do X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2021), elaborado pelo autor (2023)	128
Gráfico 11 – Gênero dos convidados/as do XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2022), elaborado pelo autor (2023)	129
Gráfico 12 – Raça-cor dos convidados/as do XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2022), elaborado pelo autor (2023)	129
Gráfico 13 – Gênero dos convidados/as do 18º Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa (2020), elaborado pelo autor (2023)	130
Gráfico 14 – Raça-cor dos convidados/as do 18º Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa (2020), elaborado pelo autor (2023)	130
Gráfico 15 – Gênero dos convidados/as do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF (2020), elaborado pelo autor (2023)	131
Gráfico 16 – Raça-cor dos convidados/as do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF (2020), elaborado pelo autor (2023)	131
Gráfico 17 – Gênero dos convidados/as do XIX Encontro Nacional da ANPOF (2022), elaborado pelo autor (2023)	132

Gráfico 18 – Raça-cor dos convidados/as do XIX Encontro Nacional da ANPOF (2022), elaborado pelo autor (2023)	132
Gráfico 19 – Gênero dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2021), elaborado pelo autor (2023)	133
Gráfico 20 – Raça-cor dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2021), elaborado pelo autor (2023)	133
Gráfico 21 – Gênero dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2022), elaborado pelo autor (2023)	134
Gráfico 22 – Raça-cor dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2022), elaborado pelo autor (2023)	134
Gráfico 23 – Gênero dos convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022), elaborado pelo autor (2023)	135
Gráfico 24 – Raça-cor dos convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022), elaborado pelo autor (2023)	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
ANPOF	Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
CBAS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CENTRO POP	Centro Especializado de Atendimento à População em Situação de Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
ESPASO	Espaço Público do Saber Social
FAPSS/SP	Faculdade Paulista de Serviço Social/São Paulo
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PL	Projeto de Lei
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SEPEX	Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo
TEM	Teatro Experimental do Negro
UC	Unidade Curricular
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

Sumário

Antes de chegar aqui...	17
INTRODUÇÃO	28
1. “ANTIGAMENTE, OS BRANCOS NÃO EXISTIAM”	40
1.1. Construindo uma identidade nacional branca	49
1.2. O “Eu hegemônico” e o dispositivo de racialidade	56
1.3. Branquitude – o nome que denomina os denominadores	64
1.4. Representação social	75
2. “A COTA PARA BRANCO É QUASE 100%”	83
2.1. O ensino superior no Brasil	85
2.2. A branquitude acadêmica	91
2.3. A “ignorância branca” e a relação com o epistemicídio e a justiça cognitiva	103
2.4. A branquitude acadêmica e o “pelourinho eletrônico”	110
3. “CONGRESSOS DA BRANQUITUDE”: Eis os resultados	116
3.1. Metodologia	116
3.1.1. Heteroidentificação/classificação racial	119
3.1.2. O corpus	122
3.2. Apresentação e análise dos dados	123
3.2.1. Perfil dos/as participantes do Congresso Acadêmico Unifesp 2020 e 2022	124
3.2.2. Perfil dos convidados da Jornada Virtual da UEFS 2020	129
3.2.3. Perfil das pessoas convidadas do Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia - UEPA [4] edições de 2020, 21 e 22.	131
3.2.4. Perfil dos/as convidados/as da 18ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa – Universidade Federal de Santa Catarina [5].	133
3.2.5. Perfil dos convidados do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia	134
3.2.6. Perfil dos/as convidados/as para o Encontro de Licenciaturas e Educação Básica (ELEB). Edições 2021 e 2022 - Universidade Federal de Goiás (UFG)	136
3.2.7. Perfil dos/as convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS-2022).	138
DERRADEIRAS PALAVRAS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS	148

Antes de chegar aqui...

Ô

N I

B

US

"– *Nas férias você vai conhecer São Paulo.*" – disse a mamãe para mim com um ar que transitava entre a tentativa de me animar e a certeza de que me enganava. O sorriso nos lábios era desmentido pelos olhos. Eu já sabia que a mamãe estava muito doente e que precisava de tratamento médico, indisponível na pequena cidade do interior do Piauí. Precisávamos ir para a “cidade grande”. Entre despedidas e promessas de retorno, partimos.

Às quatro horas da madrugada, começamos a longa viagem de três dias e duas noites no ônibus da *Gontijo*. Duas poltronas para três nordestinos. Minha irmã mais nova viajava também e ela dominou o lugar que era meu. Sobrou para mim dormir no chão do ônibus; e a preocupação constante com as dores que a mamãe tentava esconder e que já anunciavam o câncer que a faria viajar em breve para sempre...

Quando você foi embora fez-se noite em meu viver
Forte eu sou, mas não tem jeito
Hoje eu tenho que chorar
Minha casa não é minha e nem é meu este lugar
Estou só e não resisto, muito tenho pra falar...
(Milton Nascimento e Fernando Brant – *Travessia*)

Dinheiro pouco. Comíamos as marmitas com frango frito e farofa, biscoito e suco que trouxemos de casa. O café da manhã nos três dias foi o pão caseiro feito por minha avó, que ficou no ponto de ônibus envolta no seu xale verde e com os olhos verdes chovendo já saudades da filha que se ia.

Mais de cinquenta viajantes cruzando o país, parando em cidades desconhecidas. QUINZE MINUTOS DE PARADA!!! Rápidos banhos... Poucas compras... Canelas esticadas... Assuntar em que parte do Brasil se estava e voltar para a estrada. São Paulo é longe e o caminho grande, como eram os sonhos cerrados nas malas que abarrotavam o bagageiro, ou em cada rosto cansado dos cochilantes que descansavam as mentes saudosas dos amigos, irmãos e cachorros que mais distantes ficavam a cada quilômetro rodado.

Conhecer São Paulo seria bom, mas só pra poder voltar e contar para os amigos como era a Capital, pensava eu. Queria saber como era a tal da garoa que os irmãos mais velhos tanto falavam, queria sentir frio, pois nada mais diferente do que o calor do Nordeste, queria ver o trânsito com tantos carros, já que na minha cidade ver mais que três passando ao mesmo tempo pelas ruas de calçamento era uma raridade, verdadeiro evento.

Dia triste, dia primeiro da viagem. As despedidas queimavam ainda, a vontade de brincar na rua depois da escola batia forte; o enjoo com o movimento do ônibus, as histórias dos conhecidos que, ao mesmo tempo, distraíam a mente, e irritavam a cabeça que só queria não estar ali.

Dia exaustivo, o segundo dia. A mamãe, com dor, tentava dormir do melhor jeito possível na poltrona minúscula e dura. E com a irmã mais nova bem folgada na poltrona do lado, eu olhava a estrada que voava, a paisagem que corria, o tempo que passava sem passar. Me perturbava não saber onde estava, só que estava num ônibus que me levava para longe dos bons anos vividos e para perto do que iria ser o resto da minha vida, sem saber quanto tempo era esse resto e que vida seria.

No dia três, tive a impressão de que não queria mais descer do ônibus, não sabia o que fazer no chão da chegada. Dos irmãos tinha lembrança vaga; não sabia como falar. E se *mangassem* de mim?

O medo de ficar perdido me assombrava, afinal, foi num terceiro dia de viagem para a mesma São Paulo que meu avô paterno sumiu e nunca mais apareceu. O pavor de não chegar aonde devia e nem saber voltar de onde vinha apertou meu peito, tirou o sorriso do meu rosto e manchou minha memória com esse lugar-nenhum: lugar-ônibus onde se vive no entrelugar, sem nunca estar, sem nunca deixar de Ser viajante.

Madrugada, viagem terminando, temperatura caindo, frio na barriga aumentando, passageiros movimentando-se tumultuam o busão ao recolherem travesseiros, cobertas e malas, arrumando-se para esses novos rumos. Trânsito ficando lento, garoinha fina embaçando a visão da rua.

Meu bem, o mundo inteiro está naquela estrada ali em frente
Tome um refrigerante, coma um cachorro-quente

A mamãe orientava minha irmã mais nova que queria saber o tempo que faltava para chegar. E eu? Eu só queria saber o tempo que faltava para voltar. E não voltamos...

Sim, já é outra viagem. E o meu coração selvagem tem essa pressa de viver...

(Belchior - Coração Selvagem)

Mais um nordestino que pela lei da gravidade pesou no norte e caiu no Sul, em São Paulo, violenta como canta o Belchior. Nascido na terra “filha do Sol do Equador”¹. No popular, sou um viado, uma bicha, que vem a ser uma bela tradução da palavra *gay* – o brasileiro é ótimo em neologismos. Quer mais um exemplo: baitola, termo bastante utilizado no Nordeste para se referir aos homossexuais. Mas voltemos...

Sempre gostei de estudar e fui bastante incentivado pelo meu irmão mais velho, Joel Dias Ribeiro², a quem faço referência e agradeço, pois, foi ele quem, em alguma fase de nossas vidas, transformou nossa casa em uma escola de ensino médio, a única da cidade em que morávamos. Cresci assim, tendo a sala de casa amalgamada com uma sala de aula, com irmãos professores e com seus amigos e amigas também professoras frequentando nossa casa.

Aos doze anos, cheguei na terra dos Bandeirantes, os mesmos que praticamente extinguiram as populações indígenas do Piauí num verdadeiro genocídio e posterior epistemicídio, dificultando de maneira decisiva a classificação do povo piauiense em termos de identidade étnico-racial.

Em São Paulo, cursei o fundamental II e o ensino médio em uma escola pública da Zona Leste de São Paulo, a Vila Verde, verde esse de duplo sentido. Não por nada, ela parecia uma prisão, a luz do dia só passava pelas frestas dos portões. Eu cacei meio de ficar o menos possível dentro dela e “cabulei” muita aula, quase repeti a 6^o série, mas deu tudo certo. Passei, acostumei, segui.

Interessado em aprender, procurei formas de realizar cursos, e antes dos 14 anos já tinha diploma de panificação, serigrafia e informática (aprendi alguns comandos do MS-DOS). Aí parei ou fui parado pela vida, pela falta de dinheiro e pela não perspectiva de conseguir algum

¹ Trecho do Hino do Piauí - Composição: Antônio Francisco da Costa e Silva / Firmina Sobreira Cardoso.

² Joel foi fundador do Grupo Ativo De Participação Solidária Artística e Cultural, em Anísio de Abreu/PI, em 1994, e da Associação Tamanduá de Radiodifusão Comunitária em 2010.

dia fazer um curso universitário. Trabalhar era o que restava e foi o que fiz, mesmo durante a minha primeira graduação.

Quanto à racialidade, o que posso dizer é que minha família é como boa parte das famílias brasileiras: mestiça. Pela parte materna: avô negro retinto, avó branca. Pela parte paterna, sei que meu avô era o que hoje é entendido como pardo, minha avó era branca, mas há traços indígenas na origem da família, confirmados pelo local de nascimento dela, um povoado chamado Jurema no Piauí.

Abordo o tema aqui de forma mais pessoal, para inserir a mim mesmo no debate, pois, por ter essa constituição, as questões raciais entre minha parentela nunca apareceram de forma explícita, e até hoje nenhum dos meus tios ou tias falam sobre isso. Não me lembro de se autodefinirem racialmente, mas lembro que havia certas falas no sentido de admirar a brancura e menosprezar a negrura, principalmente vindas dos meus tios maternos.

Particularmente, em casa nunca falamos sobre raça, a não ser mais recentemente, depois do nascimento da terceira geração, já num momento histórico mais aberto sobre o tema. Assim, na medida em que meus sobrinhos vão se autoafirmando como pessoas negras, a família toda vai elaborando mais sobre o tema e sobre si mesma.

Defino-me racialmente como pardo, entendendo que, no Brasil, isso significa ser negro, pois, como diz Sueli Carneiro, negro é uma “juntada de pretos e pardos”. Minha pele é clara, cabelo ondulado, e poucos traços negros. Me autodeclaro pardo, pois vejo que a racialidade me afeta de diferentes formas, principalmente quando considero o aspecto geográfico. No Nordeste, na maioria das vezes, sou lido como branco; no Sudeste, como pardo; no Sul, como negro; e, assim, sou expressão viva da dificuldade de no Brasil alguém construir uma identidade racial com facilidade. Apesar de, como bem diz Cidinha da Silva (2021, p. 141), “branco sempre sabe quem é negro. Nós negros, é que nos confundimos (e nos dispersamos)!”. No entanto, esta dissertação é um passo a mais de minha afirmação racial como uma pessoa negra. Não me confundo e não me dispersarei!

Para falar sobre meu percurso acadêmico é preciso falar antes da minha vida como membro de uma igreja evangélica. Seguir a fé cristã em sua vertente protestante/pentecostal foi minha grande escola moral, ética, social, emocional e comportamental. Nela, aprendi o traquejo de falar em público, de gostar de ler, escrever, ensinar e ajudar. E foi a ideia de ajudar o próximo

que me levou a sonhar em estudar algo que potencializasse a minha “caridade cristã”. Despontou aí a assistência social em meu horizonte.

À época, o Brasil vivia um momento bastante profícuo de crescimento do ensino superior com a criação de programas que facilitavam a entrada da classe trabalhadora e pobre nas universidades para obtenção de um diploma. Por isso, posso dizer que, se hoje sou um uspiano, antes, fui um Prounista, como são conhecidos aqueles e aquelas que entraram na universidade via Programa Universidade Para Todos, o PROUNI.

Com bolsa integral, cursei Serviço Social na Faculdade de Serviço Social de São Paulo – FAPSS/SP. O curso fez uma revolução em minha vida, ao me fazer perceber que outros modos de viver eram possíveis, aceitáveis e lindos. A ideia de ajuda, aos poucos, foi sendo substituída pela ideia de luta por uma sociedade mais justa, equânime, menos violenta e que propiciasse espaço para que todas e todos pudessem desenvolver suas potencialidades humanas.

Em 2014, me formei com uma monografia cujo tema abria os trabalhos da discussão que me interessa até hoje e que, de alguma maneira, ganha continuidade nessa dissertação: a educação superior no Brasil. Com o título *A Educação Superior no Brasil e seus impactos no curso de Serviço Social e na Formação Profissional*, o trabalho versou sobre como as políticas públicas dos anos 2000 e os/as estudantes que delas se beneficiavam eram vistos/as pelos/as docentes.

No mesmo ano da minha formatura, passei em um concurso público da Prefeitura de São Paulo, no qual só tomaria posse e passaria a exercer a profissão de Assistente Social no final de 2020... *Dias de luta, dias de luta...* Cansado de esperar que o sonho do cargo público se realizasse, retomei os estudos em 2018, mas agora pelo simples prazer de aprender. Por caminhos e descaminhos – pelos quais encontrei meu atual companheiro –, fui parar nas terras de Ouro Preto para estudar Letras na Universidade Federal de Ouro Preto/Mariana.

Em 2019, voltei para São Paulo e segui os estudos na Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos. Ali conheci a Professora Doutora Marina Mello que, com sua extrema delicadeza, profissionalismo e entusiasmo, acolheu o meu pedido de orientação para uma Iniciação Científica (IC). Foi ela que me incentivou a apresentar a IC para o programa de mestrado e me apresentou o Diversitas, por isso agradeço-a imensamente.

Cheguei no mestrado carregando no balaio da minha vida os conhecimentos adquiridos na graduação em Serviço Social, no exercício profissional junto à população em situação de

rua, que, em sua grande maioria é negra, assim como é negra a maioria das pessoas que acessam o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Portanto, ao falarmos de “questão social” precisamos falar do fator racial.

No mestrado, cheguei eu, meu pai, as memórias de minha mãe, meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas.

E aqui estamos...

Plantando sementes e colhendo flores...

O período em que cursei o mestrado foi bastante tranquilo, o que é uma alegria (mas sei que foi uma exceção). Pude estudar com professoras e professores de muita qualidade acadêmica, generosos e de bom trato com seus estudantes/orientandos. Cursei três unidades curriculares, pois foi bastante difícil encontrar no mundaréu de disciplinas da USP aquelas que dialogassem, ainda que indiretamente, com o tema de minha pesquisa. Não logrei muito êxito e isso dialoga também com a pesquisa. Mesmo assim, as disciplinas que cursei foram importantes, seja do ponto de vista do acúmulo de conhecimento, seja por terem me auxiliado na consolidação de entendimento de conceitos, discussões e escolhas metodológicas.

Curvei a Unidade Curricular (UC): “*HDL5027- 2/1 – Do Cinema ao Videoclipe: Um Debate Sobre a Estética da Imagem nas Perspectivas Benjaminiana, da Teoria Feminista e do Debate Decolonial*”; ministrada pela Professora Doutora Giselle Gubernikoff, Professora Doutora Mônica Amaral e Professor Doutor Diego dos Santos Reis. Desta disciplina nasceu o artigo “Cinema brasileiro e branquitude: Uma análise do filme *Fim de festa*, de Hilton Lacerda”, cuja proposta foi discutir a abordagem dada pelo filme às questões étnico-raciais.

Com foco na análise da representação dos homens negros e brancos no filme, sabe-se, por diversas pesquisas, que o audiovisual, e especificamente o cinema nacional, “passa em branco”, ou seja, a participação negra, seja nas áreas de produção, seja na direção ou na atuação é limitada, ainda que nas últimas décadas tenha havido “uma onda negra” (Araujo, 2018) de realizadores e realizadoras negras na cinematografia brasileira. Dado que a corporeidade negra, quando presente, ainda incorre em estereótipos racistas, me interessava analisar como a linguagem cinematográfica utilizada no filme constrói ou desconstrói estereótipos raciais. Nossas hipóteses foram que, no filme, 1) a racialidade branca não é nomeada, configurando-se

como mais um documento do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002); 2) os homens negros ainda são retratados como violentos, vadios, “folgados”, dentre outras rotulações, ao mesmo tempo em que o filme tenta denunciar as discriminações raciais no Brasil.

O artigo nos possibilitou um maior contato com os estudos críticos da branquitude, através dos trabalhos de Lourenço Cardoso (2020), Liv Sovik (2009), e Joel Zito (2018). Apreendeu-se como eles podem ser evocados para ampliar a análise das questões raciais no país, tendo como recorte a área cultural. Foi um ganho significativo para a consolidação de alguns conceitos que a pesquisa abordou.

A segunda UC foi “*FLS5913-2/1 – Tópicos de Antropologia das Populações Afro-brasileiras: discussões sobre identidades raciais, educação e povos tradicionais de matriz africana*”, ministrada pela Professora Doutora Cleyde Rodrigues Amorim e pelo Professor Doutor Vagner Gonçalves da Silva. Esta UC foi bastante proveitosa para a temática da minha pesquisa e seu conteúdo bastante denso, com uma bibliografia diversificada e estudantes comprometidos na construção de seus saberes. Parte significativa dela versou sobre questões religiosas e preconceitos religiosos, mas foi uma das poucas UCs que tinha em suas referências textos sobre branquitude, o que ampliou a discussão, visto que nomeamos aquele que tem horror de ser nomeado racialmente.

Como requisito para aprovação, apresentei um seminário cujo tema foi a branquitude e o antirracismo a partir do pensamento de Cida Bento (2002), Denise Carreira (2018) e Luena Nascimento Nunes Pereira (2020). Nele fiz um breve panorama sobre os estudos críticos da branquitude e as principais características da branquitude apontadas por esses estudos, além de discutir sobre as potencialidades e limites de pessoas brancas nas lutas antirracistas. Foi bastante desafiador, mas avalio positivamente o seminário.

Ainda escrevi o artigo intitulado “Branquitude, ‘mimimi’ e relações raciais nas universidades brasileiras”, que foi publicado no livro *Doma: saberes negros e enfrentamento ao racismo*, organizado pela professora Cleyde e pelo professor Vagner. No artigo, parto do caso do preterimento de um professor negro em um processo acadêmico Departamento de Ciências Políticas da UFRJ, para analisar como o conceito de branquitude está no cerne do episódio. Nossa hipótese foi a de que tal preterimento, ao ser justificado apoiado no argumento de sua “vitimização por ser negro”, manifestou o que Cida Bento (2002) chamou de *pactos narcísicos da branquitude*, além de revelar como a desqualificação daqueles e daquelas que

lutam contra o racismo é mais uma ferramenta do que Edilene Silva (2019) classificou como “engenharia do racismo nas universidades brasileiras”. Foi possível identificar no episódio analisado características da branquitude e do pacto narcísico concretizadas através de entraves para ascensão de pessoas não-brancas em lugares de poder, bem como a reiteração de que a luta antirracista faz parte do “mimimi” dos fracos, e, portanto, serviria como fator desqualificador dessas pessoas.

Todo o percurso da UC potencializou o aprofundamento do meu entendimento de conceitos centrais para minha pesquisa, tais como branquitude, pacto narcísico, branquitude acadêmica, privilégio racial, além de contribuir para novos questionamentos sobre as possibilidades e limites de uma educação antirracista. Durante a escrita do artigo, precisei me atualizar sobre a discussão das cotas raciais que estão em pauta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que colaborou imensamente com a dissertação. Como nada está ganho e seguro, as disputas continuam. Mas, felizmente, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5384/20, que reformula a Lei de Cotas, garantindo assim sua continuidade. O PL ainda precisa ser aprovado pelo Senado Federal.

A última UC que cursei foi a “*EDF5121-1 – Educação e Governo das Diferenças: Ontem e Hoje*” (Faculdade de Educação – USP), ministrada pela Professora Doutora Daniele Kowalewski e pelo Professor Doutor Alessandro Francisco. Acredito que esta tenha sido a unidade curricular que mais contribuiu para consolidar o aprendizado por mim em relação ao tema que estudo e, ainda, acrescentou outras questões que de alguma forma estão contidas nele, mas que não haviam aparecido até aqui, como o conceito de vulnerabilidade educacional e o impacto do “esclarecimento” na construção do que se considera conhecimento válido. Foi também o único curso que fiz de forma presencial, o que foi um ganho imenso, pois ver o corpo presente, experienciando a universidade depois de tanto tempo, fez uma diferença acentuada na percepção de como a entrada de novas corporeidades trouxeram vida para a universidade. Foi como ver dezenas de “paraquedas coloridos”, como bem metaforiza Ailton Krenak (2020).

O curso tinha como alicerce o pensamento do filósofo Michel Foucault, principalmente em sua elaboração sobre a microfísica do poder/saber, e como estes dois elementos se retroalimentam a ponto de um não existir sem o outro. Foi através dessa maior aproximação com a obra de Foucault que certifiquei a importância da obra de Sueli Carneiro e, mais especificamente, a sua tese de doutorado para a minha dissertação. Ela usa o pensador francês, com quem simpatiza, e trabalha os conceitos de dispositivo e biopoder, elaborando a partir deles

o que ela chama de dispositivo de racialidade/biopoder, que, articulados, resultam no epistemicídio. Foi a partir desta disciplina que o conceito de dispositivo de racialidade/biopoder passou a guiar minha pesquisa, tornando-se o referencial teórico central do trabalho, ao lado do conceito de branquitude. A elaboração de Carneiro dialoga com a presente pesquisa no que tange ao fato de ela encontrar um aparato institucional que aponta para um processo de epistemicídio sistemático de saberes outros que não aqueles aprovados pelo “Eu hegemônico”.

Todo o tempo do mestrado foi bastante profícuo em termos de cursos e produção acadêmica. Para além das UCs, participei de um curso de curta duração cujo tema era “O branco enquanto objeto de estudo: as particularidades da branquitude brasileira”, ministrado por Lívia Lucas. O objetivo do curso foi apresentar o campo da branquitude no Brasil enquanto um tema importante na formação social do país. Lívia é produtora de conteúdo sobre relações raciais da página @dialogosinsurgentes, no Instagram. Esta ferramenta tem sido cada vez mais aproveitada por jovens negros e negras para ampliar as vozes antirracistas, divulgar conhecimentos, memórias e cultura produzida por pessoas negras e não-brancas no geral.

Realizei, ainda, outros dois cursos on-line: o primeiro deles foi “Ler o Brasil”, organizado e realizado pela Casa Sueli Carneiro entre novembro de 2022 e maio de 2023, ministrado pelas doutoras e doutores Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Edson Carneiro e Muniz Sodré, nomes incontornáveis para se entender as relações raciais no Brasil. A apresentação do curso é especial e me permito reproduzir aqui:

O povo brasileiro escolheu a democracia e a esperança nas urnas. Além de celebrar essa vitória importante e apoiar as instituições na transição de governo, precisamos nos dedicar a compreender camadas profundas do país onde milhões de pessoas votaram por um projeto racista, misógino, promotor da morte. Estudar nossos clássicos, ler e ouvir autoras e autores negros, permite melhorar nossa leitura de Brasil para organizar a ação coletiva.

Ler o Brasil pela lente dos pensamentos de nomes tão importantes para a consolidação de uma agenda antirracista no país foi muito precioso, pois propiciou um passeio sobre alguns clássicos da literatura ficcional e não ficcional e por conceitos-chave nos estudos sobre raça, racismo e luta antirracista.

Mais recentemente, participei de uma formação ministrada pela Professora Doutora Rosane Borges, cujo tema foi: “Por uma analítica da racialidade: pensar com Denise Ferreira da Silva e Sueli Carneiro”. Foram três aulas que me possibilitaram ouvir mais sobre o

pensamento filosófico de Sueli Carneiro e compreender um pouco mais os caminhos filosóficos de Denise Ferreira.

Em termos de produção acadêmica, publiquei, em parceria com a professora doutora Marina Pereira de Almeida Mello, o artigo “Representatividade, visibilidade e vocalidade: apontamentos sobre branquitude e produção acadêmica em eventos científicos, em tempos de educação remota”, na *Revista Práxis Educativa*, em 2022, no dossiê *Relações étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas em contextos, espaços e tempos*. O artigo em questão é o que inspirou a dissertação que ora apresento aqui. Nele, apresento algumas considerações sobre os temas que foram aprofundados nesta dissertação. Publiquei, ainda, com a professora doutora Simone Nacaguma, o artigo “Apontamentos sobre as relações de gênero no romance ‘Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra’ de Mia Couto”, na *Revista Cadernos Acadêmicos: conexões literárias*, em 2021.

Fruto também da pesquisa foram dois trabalhos apresentados no XII Congresso Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as, realizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, e sua posterior publicação nos anais do evento. O primeiro trabalho, intitulado de “Branquitude em revista: um estudo de caso sobre representação sociorracial da imagem dos produtores de conhecimento na revista acadêmica ‘EntreTeses’”, apresentado no âmbito da sessão temática “Branquitude, branquidade, branco, brancura, branquitude acrítica, branquitude na educação”, coordenada por Cintia Cardoso (PMF) e Lourenço Cardoso (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira).

O segundo trabalho, intitulado “A cor da rua: uma análise da racialidade na configuração da População (deixada) em situação de rua da cidade de São Paulo”, foi apresentado na sessão temática “Trabalho, direitos e políticas sociais em perspectiva de raça, classe, gênero e sexualidades”, coordenada por Ana Paula Procópio (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Gracyelle Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Magali da Silva Almeida (Universidade Federal da Bahia).

No âmbito do Espaço Público do Saber Social (ESPASO), da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, ministrei o curso: “A cor da rua: racismo e antirracismo no atendimento a POP Rua”, cujo objetivo principal foi capacitar as/os trabalhadoras/es dos serviços referenciados ao Centro POP quanto à temática da promoção da igualdade racial no

atendimento à POP Rua. O curso, com duração de 4h, teve como público-alvo os Gestores de Parcerias; gerentes, técnicos sociais, orientadores e agentes operacionais dos serviços parceiros do Centro POP Vila Maria.

Em todos os artigos e apresentações, tentei trabalhar a interseccionalidade, bem como aplicar os estudos da branquitude como ferramenta de análise em diferentes esferas. De modo geral, isso foi o que consegui plantar e colher durante o curso do mestrado, o que não é pouco, tendo em vista que sou um trabalhador-estudante. Os conhecimentos acumulados se encontraram com outros e confluíram para a consolidação da escrita da dissertação que passo a apresentar.

INTRODUÇÃO

Como, quando e por que comecei a pesquisar sobre o tema dessa dissertação? Foi assim: o meu interesse pelo estudo das relações étnico-raciais no Brasil nasceu durante a minha formação acadêmica em Serviço Social, área das Ciências Sociais Aplicadas, portanto com interesse na aplicabilidade das teorias sociais na construção de uma sociedade mais justa e equânime. O ano era 2011, poucos anos após a promulgação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que ficou conhecida como “Lei de Cotas”. Assim, fui inserido nos acalorados debates sobre a pertinência ou não dessa Lei no contexto brasileiro. Desde então, refletir sobre as questões raciais com fins a uma práxis social de luta contra o racismo e todas as desigualdades que ele sustenta tornou-se um compromisso ético-político para mim.

Por conjunções de tempo e espaço, em 2018 fui parar na Universidade Federal de Ouro Preto para cursar Letras, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Fiquei um ano percorrendo as ruazinhas de pedra da cidade de Mariana. Em 2019, a gira girou e voltei para São Paulo, dando continuidade aos estudos de Letras na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos (EFLCH-UNIFESP-GRU).

Foi na EFLCH que, no segundo semestre de 2019, ouvi pela primeira vez a palavra **branquitude** numa aula de sociolinguística ministrada pela professora doutora Hosana Santos. A palavra e suas implicações me atraíram como um zum de besouro. O ano de 2019 terminou com as notícias que chegavam de algum lugar da China; 2020 começou, mas não terminaria tão facilmente.

Uma
Pandemia
no meio do caminho

A pandemia de Covid-19, em mais um sinal da “Queda do Céu” e do “Fim do Mundo”, foi de uma gravidade tal que o mundo humano teve que ficar de quarentena, como um ser que não devia ser tocado. Foram dias em que cantar a música “Um dia de domingo”, de Tim Maia,

perdia totalmente o sentido lindo e caloroso e podia ser interpretado quase como um convite para a morte, afinal, a ordem e a estratégia de sobrevivência eram não se encontrar para não correr o risco de “respirar o mesmo ar”.

“Fique em casa” foi o mantra daqueles/as que tinham um pouco de cuidado com a vida e podiam segui-lo. No entanto, o desejo e a necessidade de se “encontrar de qualquer jeito” nos levou a uma vida on-line. As escolas e universidades não ficaram incólumes às restrições sanitárias que, não faz mal reafirmar, foram pautadas nos conhecimentos científicos, dentre eles, o distanciamento social físico entre os seres humanos. Mas, a tecnologia nos aproximou. Entendendo que o conhecimento não podia parar de ser produzido nem de ser divulgado, escolas e universidades do Brasil passaram a adotar de maneira sistemática e emergencial o ensino remoto como meio de mitigar os impactos na formação intelectual de milhares de estudantes. E foi assim que eventos acadêmicos, que outrora aconteceriam dentro dos muros quase sempre brancos das universidades, foram transferidos para o “ambiente virtual”.

O que antes ficava restrito, frequentemente, aos pares, o uso das plataformas digitais possibilitou um maior alcance dos eventos científicos junto à sociedade. Eventos de diferentes regiões do país puderam ser acompanhados por quem estava em outras regiões, bem como docentes de diferentes universidades puderam participar como palestrantes em outras, sem a necessidade de trânsito físico para tanto. Assim, vimos que os eventos online potencializaram trocas de conhecimento por diferentes atores e ampliaram a possibilidade de maior pluralidade na divulgação científica, ou poderia ter ampliado.

Estava deitado na companhia dos meus gatos e assistindo a um dos muitos eventos acadêmicos pela internet quando um deles me inquietou, e, como diz a epígrafe do livro *Ensaio sobre a cegueira*, “se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Reparei, então, que havia algo em comum entre as pessoas que eram convidadas a dar palestras, aulas magnas, mediar mesas de debates: a tela era preenchida por uma brancura, pois a grande maioria daqueles/as que foram convidados a compartilhar o conhecimento produzido na universidade tinham a mesma cor da pele. Fiquei encafifado e aquela palavrinha lá dá aula de sociolinguística apitou na hora: **branquitude!**

Nas minhas retinas, ficou um retrato em 3x4 da universidade brasileira: um corpo docente branco. Um exemplo cabal da exclusão de pessoas negras do espaço social da docência universitária. Vindo de onde vim, estudando o que estudei até então no meu percurso

acadêmico, não tive dúvidas de que estava diante de um fenômeno sociorracial que precisava ser investigado. Sem perder tempo, fiz contato com a professora Hosana Santos que, para além de me incentivar, indicou que eu conversasse com a professora Marina Mello, que muito gentilmente me acolheu e aceitou orientar a pesquisa de Iniciação Científica que estava propondo.

Depois disso, foram muitas conversas, leituras e escritos sobre o tema e que se desdobrou em um artigo publicado em 2021, e no projeto de mestrado que culminou nessa dissertação, com a generosa ORientação do Professor Diego dos Santos Reis e CoORientação de minhas colegas de mestrado, Lia Aleixo, Lia Granado, Fabi Silva, Danielle Reis, Vivi, Vinicius Nascimento, Lais Poza, Bárbara Magalhanis, Beatriz Balm, a quem também agradeço.

A escrita começou às vésperas do aniversário de 9 anos da promulgação da Lei 12.711/2012, que regulamenta e garante o acesso de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas ao ensino superior no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do Brasil, Lei que ficou conhecida como a Lei de Cotas. Muita coisa mudou desde a promulgação dessa lei, com reviravoltas dignas de romances distópicos e, em muitos casos, de terror. Mas uma coisa que não mudou foram as incansáveis estratégias legais para dar fim a políticas reparativas com foco na raça, tais como projetos de lei para alterá-la, esvaziá-la, e mesmo extingui-la. Igualmente, estratégias ilegais que visam desacreditar a seriedade da lei, tais como inúmeros casos de fraudes das cotas seguidas de processo jurídicos, cujo arcabouço está quase sempre focado na dificuldade de se saber realmente quem é negro nesse nosso “mulato inzoneiro” chamado Brasil.

Como dito anteriormente, a Lei de Cotas foi reformulada em agosto de 2023, o que garante segurança jurídica para as universidades continuarem a promover políticas afirmativas no âmbito educacional. No entanto, o acesso de estudantes não-brancos nas universidades não veio acompanhado de um crescimento no número de docentes negros e não-brancos e, novamente, o dispositivo de racialidade impõe uma barreira nos avanços contra a discriminação racial, na mudança cultural e imagética do Brasil.

A pesquisa caminhou, então, no sentido de colher dados empíricos sobre a racialidade dos/as docentes de nível superior no Brasil, dialogando diretamente com a proposta de pesquisa da Iniciação Científica, realizada em 2020. Essa similaridade me inquietou, pois vislumbrava, inicialmente, trabalhar com dados já apurados, mas optei por desdobrar os dados já encontrados

para esquadrihar possíveis eventos/ações que dialogassem com o objetivo atuais do trabalho, ou seja, encontrar elementos empíricos da manifestação da branquitude no interior dos eventos analisados, só que agora mais qualitativamente.

Mas antes de seguir irei me deter um pouco na análise de um conto chamado *O batizado*, do escritor Cuti³, pois, se tem uma coisa que quase todas/os as/os brasileiras/os comungam é o de terem sido batizadas/os, em alguma religião, sociedade secreta, república de universidade etc. A sua simbologia se espalhou para sacralizar até mesmo momentos importantes da cultura LGBTQIAP+, como no batismo de uma *drag queen*. É um rito tão importante que até Jesus Cristo não ficou incólume a ele e teve que vivenciá-lo.

O rito batismal pode mudar, mas será ainda momento de desvinculação e incorporação. O batismo é uma linha tracejada no chão: é iniciático, retira e adiciona alguma coisa em nós, adulterando o estado primevo. O batismo limpa e mancha, publiciza nosso aceite num círculo espiritual e/ou social. Reza diversas crenças que, depois de batizados, somos outros. Os batismos selam um destino espiritual-emocional-social de algo ou alguém, dando a esses um destino pretensamente novo, um antes e depois. Antes dele, éramos pecadores, mas podíamos nos considerar inocentes dos erros da vida pregressa; depois dele, apesar de perdoados, somos marcados com o sinal público de que nossa inocência acabou.

Nos enfileiramos na compreensão do professor Muniz Sodré⁴ (2015) e entendemos que, no Brasil, a literatura assumiu em muitos momentos a função de formalizar o pensamento brasileiro, de direcionar os rumos da história oficial do país, seus mitos fundadores e os personagens que fizeram parte da constituição do que é ser brasileiro, revelando-os ou omitindo-os ao prazer da conveniência. Assim, compreendemos que, na escrita literária, podemos encontrar rastros dos pensamentos e das ideologias de uma época.

³ Luiz Silva, o Cuti, foi um dos fundadores do coletivo *Quilombhoje* literatura, em 1983, e da mais importante publicação coletiva de literatura de autoras e autores negras/os em âmbito nacional, a série *Cadernos Negros* que desde 1978 vem sendo responsável por publicizar e revelar escritoras e escritores que se identificam como fazedores de literatura negro brasileiras. O conto em questão abre a coletânea *Contos escolhidos* do autor, que inclui textos escritos entre os anos de 1970 e 2016, ano de sua publicação.

⁴ Muniz Sodré é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador CNPq e escritor, com diversas obras que versam sobre mídia e comunicação, cultura nacional, técnicas de texto jornalísticos e ficção (novelas e contos), alguns dos quais traduzidos em italiano e espanhol. É professor-visitante e conferencista em várias universidades estrangeiras. Seu mais recente trabalho é o livro *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional* de 2023.

A arte escreve e inscreve versões da História de um povo de sua cultura e das sociedades e formas de sociabilidade delas. Ela possui força para suscitar problemáticas, questões que nos afetam, que circulam nas sociedades, seja positiva ou negativamente. Ela o faz “quando incorpora aos textos, por meio de acontecimentos e tradições, as múltiplas formas de historicidade comunitária. O texto é cena das vicissitudes da representação e das ideologias identitárias” (Sodré, 2015, p. 164). É por isso que escolho começar este trabalho analisando o conto *O batizado*, pois acredito que, de muitas maneiras, ele é um batismo, um mergulho num tema que nos permeia a todas e todos como brasileiros.

Em *O batizado*, o autor batiza seus leitores com diversos elementos que afloram das relações étnico-raciais no Brasil e que irão perpassar essa dissertação: a dificuldade de se falar sobre raça, a dificuldade de se construir uma identidade positiva dos negros no Brasil, o ideal de embranquecimento e como a branquitude se afasta dessas discussões para garantir-lhe uma identidade intocável, bem construída, e por isso mesmo quase transparente, enquanto cria contornos cada vez mais bem delineados de outras identidades não-brancas, fragmentando, fragilizando, mistificando, delimitando, limitando-as ou fortalecendo-as, afirmando-as, dando-lhes substâncias e subsídios semânticos, sociais, religiosos, científicos... ao seu bel prazer... Vejamos.

Estamos no pós-ritual de batismo cristão/católico, ou seja, na tradicionalíssima festa de batismo do mais novo membro da família do Seu Belmiro e de Dona Isaltina. O molequinho não sabe, mas aquela água jogada em sua cabecinha à revelia era prenúncio de que outras águas iriam rolar, outros batismos iriam acontecer mais tarde, enquanto sua família comemorava seu acolhimento na sociedade. Sua família, uma família negra, os vizinhos e os convidados da festa seriam batizados nas águas turbulentas das relações étnico-raciais do Brasil.

Ao “som de garrafa estilhaçada”, o conto começa e logo somos catapultados para dentro da cabeça de Dona Isaltina, a matriarca da família, que, ao ouvir o barulho, passa a refletir sobre a motivação do discurso tão caloroso e performático de Paulino, seu filho caçula. Ele, teatralmente, quebrou uma garrafa de bebida para chamar a atenção de todos os presentes. Com os cacos da garrafa na mão, ele, metaforicamente, passa a defender que aquela garrafa estilhaçada era como a identidade negra quebrada. Em suas palavras: “ouviram todos vocês? Eu acabo de dizer, com este exemplo nas mãos, da quebra da nossa identidade negra [...] E nós o que fazemos? Recuamos, ao invés de reivindicar o direito à identidade cultural” (Cuti, 2016, p. 12-13).

Por identidade negra, Paulino entende, por exemplo, fazer parte de religiões de matrizes africanas, participar dos Movimentos Negros, dos quais ele se aproximou na universidade, rejeitar nomes de “brancos”, construir uma autoimagem positiva, uma identidade própria etc. Paulino quer uma família que se insurja contra o racismo e contra o embranquecimento dela. Ele, um jovem calouro universitário, passou a ter mais contato na instituição com a militância dos Movimentos Negros. Digamos que ele é um recém-batizado que não se conforma com a postura de sua família quando o tema é a racialização das relações sociais e aí aproveita a festa para criticar, alertar, tentar provocar uma desalienação de sua família a respeito.

O que se segue é uma briga generalizada na família, com direito à mãe chorando, cunhados se ofendendo ao cutucar feridas antiga, pai e filho saindo no tapa, mesa e garrafas quebradas e polícia chamada pela vizinhança fofqueira para apartar a briga dos “pretos”.

Enquanto tudo isso acontece, as pessoas brancas que assistem a briga, riem, saem ainda mais de cena (vão para os quartos), “soltam a imaginação” sobre a situação na “casa dos pretos” e acionam a polícia. Parecem não se afetarem com os motivos da briga, mas só não suportam a bagunça, sentem medo e partem logo para ação e garantia da paz e da tranquilidade do seu bairro. E é aqui que entra outra garrafa de bebida: garrafas geladinhas de champanhe francês no congelador.

Se o autor abre o conto com o som de uma garrafa estilhaçada e cinematograficamente nos faz percorrer os cômodos da casa e do pensamento de seus moradores, num plano sequência literário, ele o encerra entrando na geladeira. Dá um *zoom* nesse local de acondicionamento e preservação e nos mostra garrafas de champanhe francês geladinhas, preservadas, intactas. É como se todo o tempo o narrador estivesse procurando um outro personagem, que encontra ali, no congelador da família.

Eis o nosso batismo! No conto *O batizado*, Cuti foca sua narrativa em como o fator racial fragmenta as relações, causa perturbação e conflitos internos nas famílias negras e dessas com uma sociedade mais ampla, e nos convida a refletir sobre como as relações raciais são complexas e afetam cada parte nela envolvidas.

A escrita de Cuti nos faz adentrar na sala, na cozinha, nos quartos de uma família negra e desses lugares investiga seus pensamentos sobre raça, racismo, relações entre brancos e negros, violência policial, sofrimento físico e psicológico, identidade racial, religião e cultura,

e ainda a militância política. Vemos como a cor da pele afeta as relações em uma sociedade racializada como a nossa.

Mas Cuti não para por aí. Ele avança e demonstra, através da metáfora das garrafas (identidades) estilhaçadas e intactas, como as relações étnico-raciais possuem um ator que nem sempre aparece de pronto, cuja existência só é dada a conhecer quase que por uma empreitada arqueológica de pesquisa: o ser branco, a identidade branca, a branquitude.

Desse modo, na nossa análise, o conto de Cuti lança luz sobre as relações entre colonizados (garrafa estilhaçada = Brasil/identidade racial negra) e colonizadores (garrafas de champanhe francês = Europa/identidade racial branca). E, ainda, sobre a branquitude (garrafa de champanhe francês = branco europeu/colonizador) que, a despeito de todo o esfacelamento que causou nas relações sociais, através do processo de colonização e exploração de outros povos e culturas, permanece, ou ao menos tenta passar a imagem de que continua intacta, esperando o momento de comemorar, de desfrutar dos privilegiados despojos dessas relações que estilhaçou. Uma branquitude que se pretende isenta das discussões e implicações raciais⁵.

A colisão é inevitável! Mesmo que se tente criar a ideia de uma sociedade que convive em paz com a questão, como bem fez crer boa parte de nossos romances literários escritos por pessoas brancas, querendo ou não, a nuvem racial paira sobre nossa sociedade como uma tempestade que se arma e que deságua em diversos momentos da história. De modo perspicaz, Cuti a faz “estourar” diante do leitor no conto em questão. Estilhaços que chegam até a contemporaneidade.

Destarte, nosso objeto de estudo é a garrafa de champanhe francês, é a *branquitude* e o processo de maturação, fermentação, preservação e exportação dessa identidade racial através da sanha colonizadora, da dominação e expropriação de outras identidades com quem travaram e travam encontros (ressalto que o símbolo metafórico da branquitude é a champanhe francesa, mas a branquitude não é exclusividade dos franceses, pois falamos de branquitude como uma identidade atribuída a pessoas brancas). Esta dissertação entra em uma das geladeiras que

⁵ Preciso dizer que, em novembro de 2022, dias antes da banca de qualificação, em uma palestra na Expo da Consciência Negra encontrei com o Sr. Cuti e, lógico, que fui dar mostras conspícuas de minha admiração e pegar aquele autógrafa maroto na edição em que li o conto comentado. Bem acessível aos mortais, ele me perguntou o que achei dos contos. Respondi bem baixinho para não correr o risco de passar vergonha, falei um pouco sobre minha interpretação deste conto e que registrei aqui. E, como um neto que pede a bênção, perguntei se fazia sentido. E óia!!! Ele me disse que sim, que fazia muito sentido e era interessante. Então brinco que, a partir daquele momento, já estava qualificado.

preservam esse champanhe, que, não por coincidência, é a mesma que proporcionou o despertar do protagonista do conto para as questões raciais: a universidade.

Nos debruçamos sobre um corpus de eventos acadêmicos realizados no período da Pandemia de Covid-19, compreendendo o interstício de 2020 e 2022, pois nos interessou verificar como a organização da educação formal, sobretudo a de nível superior, contribuiu e contribui para a construção, preservação e manutenção do branco como símbolo máximo da intelectualidade brasileira.

Passamos pela investigação de como a identidade branca foi criada e consolidada e apreendemos quais as ferramentas e dispositivos usados para sua preservação no decorrer da história brasileira. De outro modo: como, através do dispositivo de racialidade e da ferramenta de visibilidade, a sociedade constrói uma sólida ideia da branquitude como autoridade da humanidade.

Escolhemos como companheiros/as de caminhada autoras e autores, intelectuais formalmente acadêmicos/as e outros não – por não precisarem –, que se identificam como negros/as e indígenas: Sueli Carneiro, Cida Bento, Muniz Sodré, Lourenço Cardoso, Clarles W. Mills, Ailton Krenak, Nego Bispo etc. mas sem deixar de recorrer a outros/as que possam contribuir para ampliarmos nosso conhecimento sobre o tema. Escolhemos também vozes dissonantes das perspectivas defendidas nesse trabalho, por exemplo: Peter Fry e Yvone Magiie e José Roberto Martins de Goés, estão aqui por ser exatamente o motivo do presente trabalho ainda ser necessário. Então, chamei-os para a roda.

Essa escolha política expressa o desejo de ampliar nosso conhecimento de outras vozes, de reconhecer a diversidade de visões e narrativas que enriquecem as Gentes, que podem contribuir para melhorarmos, pois, como diz Ailton Krenak⁶ (1999, p. 26), “se tem uma coisa que todo mundo quer é melhorar. Os índios, os brancos, os negros e todas as cores de gente e culturas no mundo anseiam por melhorar”.

Se o batismo é remédio e cura, limpeza e marca, purificação e contaminação, entramos então na pia ou nas águas batismais. Pisamos no chão conceitual desse trabalho e construímos

⁶ Ailton Krenak é um dos principais ativistas do movimento socioambiental, da defesa dos direitos indígenas, Doutor honoris causa pela Universidade de Brasília e pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Nome incontornável da intelectualidade brasileira na atualidade. Tem nos convocado a pensar em “Ideias para adiar o fim do mundo”, em como o “amanhã não está à venda” e num “Futuro Ancestral”.

o alicerce que sustenta nossa investigação das relações sociorraciais no Brasil, com foco na branquitude acadêmica.

Nosso objetivo foi *observar* as interações acadêmicas materializadas nos eventos acadêmicos que compõem o corpus da pesquisa e, assim, analisar como elas se comportam em termos étnico-raciais, tendo como paradigma os conceitos explicitados, sobretudo o de *dispositivo de racialidade e branquitude acadêmica*.

Do ponto de vista técnico-metodológico, a pesquisa fez um levantamento quantitativo do perfil étnico-racial dos/as palestrantes e mediadores/as de eventos acadêmicos realizados de maneira remota em universidades públicas brasileiras entre os anos de 2020 e 2022 e, em um segundo momento, analisou qualitativamente os dados, com fins de apreender de que forma o fator étnico-racial se faz perceber em termos de diversidade ou pela falta dela nos eventos analisados. Além disso, por fim, investigou-se a construção e manutenção de um imaginário social segundo o qual as pessoas brancas são constituídas como mais inteligentes e intelectualizadas do que as pessoas não-brancas.

Já em uma descrição mais pessoal, compreendo que a pesquisa faz um pequeno registro histórico. Ela faz um retrato de como as universidades brasileiras foram e são espaços de consolidação do dispositivo de racialidade, nos termos de Sueli Carneiro, em benefício da parcela da população que se identifica ou pode ser identificada como branca pela sociedade. Com isso, quero dizer que as universidades brasileiras são polos agregadores dos benefícios de ser identificado como uma pessoa branca, ou seja, são locais que fermentam a branquitude através de práticas institucionais, oficiais ou não, que criam, consolidam, ampliam e propagam privilégios socioculturais, visando os ganhos econômicos e simbólicos de tal pertença racial.

A pesquisa registra uma das etapas dessa engrenagem acadêmica: a possibilidade de obter reconhecimento e visibilidade do trabalho intelectual que, segundo o contrato racial vigente, garante que tudo vai funcionar para que a branquitude seja beneficiada nesse quesito. Em outros termos, o trabalho capta um dos momentos em que o dispositivo de racialidade funciona para cristalizar a ideia comum e racista de que pessoas brancas possuem uma inclinação quase inata, um dom, uma vocação para o sucesso intelectual.

A pesquisa detém seu olhar na imagem física da intelectualidade brasileira e como ela se quer e tem se feito branca, mesmo quando é possível redimensionar, reconfigurar as presenças, as vozes, o pensar, as epistemologias que não as hegemonicamente consolidadas.

Desta forma, a pesquisa é mais do que a exposição de dados e informações de quantos brancos, pretos, pardos, amarelos, indígenas, homens ou mulheres palestraram nesse ou naquele evento. Ela se configura como um *registro* de um passado estrutural que teima em viver e se reconfigurar, materializando-se entre nós. Um passado em que os filhos dos brancos, se tudo correr bem para a branquitude, serão doutores, enquanto os filhos dos pretos e não-brancos, quando muito, serão exceções de sucesso na academia.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro intitulado de “Antigamente os brancos não existiam” – título que tomei emprestado das falas de Davi Kopenawa, a partir das narrativas do encontro das populações indígenas e africanas com os brancos europeus – e trata do processo de construção da racialidade branca, ou seja, da branquitude, e de como ela se construiu para não ser entendida como uma racialidade, mas como símbolo de universalidade e essencialidade positiva do que é humano e até mesmo do Ser Humano. Nesse capítulo, me aproximo de Sueli Carneiro e do conceito de dispositivo de racialidade/biopoder por ela elaborado para compreendermos como a sociedade brasileira está alicerçada na racialidade de sua gente.

Também discuto o *contrato racial*, ideia sustentada por Charles W. Mills que, grosso modo, pode ser compreendida como a existência de um contrato social regido pelo fator racial, ou seja, todo um construto epistemológico, cultural etc., criado, inventado e valorado entre os positivos e negativos. Para tanto, diversas instituições contribuem (ficções, mitos, cinema, literatura, escola, religião etc.), com vistas a assegurar a difusão da ideia deturpada e enganosa de supremacia racial branca, “uma economia cognitiva e moral psiquicamente necessária para a conquista, colonização e escravização” (Mills, 2023, p. 53).

Após este primeiro encontro com a racialidade branca e de como ela foi se construindo ao longo dos séculos como um alvo do Brasil, em termos raciais, passamos então a abordar brevemente as principais características da branquitude como grupo racializado. Desse modo, podemos entender como foi possível e quais estratégias ela usou para se normalizar como o “EU” do mundo. Abordo também o estado da arte dos estudos críticos da branquitude no Brasil. Em um terceiro momento, enfatizo uma questão que perpassa toda a dissertação, que é a representação social. Em suma, esse capítulo alicerça nosso entendimento sobre a branquitude e suas particularidades no Brasil, bem como nos possibilita entender os desdobramentos daí decorrentes.

Já em “A cota para brancos é quase 100%”, cujo título foi adaptado de um pensamento expresso por Cida Bento em um de seus escritos sobre branquitude, entramos nos corredores brancos das universidades públicas brasileiras. Iniciamos o capítulo tratando de como o ensino superior no Brasil foi e é uma das instituições mais garantistas do privilégio branco, do acesso ao sucesso através da educação. Um privilégio calcado na exclusão oficial de pessoas não-brancas ao dito direito universal à educação dentre outras interdições.

Em um segundo momento, abordamos, especificamente, a branquitude acadêmica, o que quer dizer que, através de alguns exemplos, poderemos compreender como, no Brasil, as universidades públicas subsidiam o imaginário de que pessoas brancas são mais inteligentes, mais capazes intelectualmente e possuem cognição privilegiada em comparação aos “outros”. O intuito é tentar compreender as características do que chamamos de branquitude acadêmica, para, no terceiro capítulo, verificarmos empiricamente como essas características se manifestam na contemporaneidade, ou seja, elas não são fenômenos isolados no passado, mas estão incrustadas na gênese da educação formal superior brasileira.

Por último, no terceiro capítulo, intitulado “Congressos da branquitude”, apresento os resultados da pesquisa empírica realizada. A pesquisa nos permitiu chegar a algumas conclusões. As universidades públicas brasileiras exercem o “controle dos rostos”, consciente ou inconscientemente, para propagandar a ideia de que pessoas brancas são os/as representantes sociais da intelectualidade científica nas instituições, servindo como instrumento de manutenção dos benefícios socioculturais, políticos e econômicos para a branquitude.

Ademais, o estudo dos eventos nos possibilita afirmar a existência de um enquadramento intelectual específico das pessoas negras e não-brancas nas temáticas relacionadas às questões étnico-raciais. Em outras palavras, há um assunto, tema pré-definido pela branquitude para que outras racialidades possam se pronunciar e, assim, passar a ideia de que não há exclusão racial no interior das universidades.

Há diferenças regionais significativas nos perfis das/os participantes dos eventos estudados, o que apontaria diferenças de representação de raça/cor nas diferentes regiões brasileiras. A representatividade de gênero, por sua vez, avançou no interior das universidades brasileiras, mas ainda persiste o preterimento das mulheres negras nos lugares de representação de poder. Ou seja, houve uma resposta positiva das universidades às reivindicações dos movimentos feministas brancos, que se refletiram em um maior equilíbrio entre os gêneros

masculino e feminino nas mesas de debates dos eventos analisados, mas que não alcançou as mulheres negras.

Pode-se assim, afirmar que não houve alteração significativa nas universidades públicas brasileiras quanto ao pertencimento étnico-racial quando se pensa na docência. As universidades continuam com um quadro docente majoritariamente branco e não se vislumbram movimentos internos efetivos, com vistas a alterar esse quadro.

Em termos de escrita, a dissertação possui uma característica mais ensaística ao se alimentar da literatura, das artes plásticas, da música e do cinema como modos privilegiados de apreensão da vida social. Com escrita fragmentada em alguns pontos, essa estratégia não desqualifica o trabalho, mas possibilita, um começo, meio e começo, como nos fala Antonio Bispo dos Santos (Nego Bispo), no sentido de tornar circular e possível seu preenchimento com as vivências e experiências da pessoa leitora sobre o tema. Escrevi de maneira a organizar um trabalho que “batize” no tema quem se interessar a lê-lo. Em nenhum momento pretendi neutralidade, nem mesmo pretendi distanciamento do objeto em termos éticos e políticos. Que seja uma leitura boa em termos didáticos – e inquietante em termos de agir no mundo.

Não me peça que eu lhe faça uma canção (dissertação) como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar (dissertar) como convém
Sem querer ferir ninguém
(Belchior - Apenas um rapaz latino-americano).

Minha escrita tem a pretensão de ser um impulso que mobilize a quem dela vir a se aproximar para a um agir antirracista.

1. “ANTIGAMENTE, OS BRANCOS NÃO EXISTIAM”

¹ No princípio criou Deus o homem à sua imagem, conforme a sua semelhança; à imagem de Deus o criou, *segundo alguns* “branco”, para dominar sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. Milhões de anos depois este homem dominou o poder de decidir quem é homem/humano e quem não o é.

² E foi a tarde e a manhã do primeiro dia da branquitude.

(Livro imaginário do Gênesis da branquitude, cap. 1).

À primeira vista, o título e a epígrafe deste capítulo podem parecer contraditórios, visto que aquele fala da inexistência dos brancos até determinado momento histórico e a epígrafe – uma paráfrase minha dos primeiros versículos da narrativa judaico-cristã para a criação do homem – indica que, na visão do homem branco, o homem criado à imagem e semelhança do seu criador só poderia ser um homem branco. No entanto, as duas reflexões convergem. Elas se juntam quando pensamos que uma fala do início da vida do homem/humanidade e a outra fala de um evento histórico rastreável, que foi o contato dos povos de Pindorama⁷ com o homem branco-europeu.

Da epígrafe, extraímos que as crenças de mundo judaico-cristã, que se espalharam pelo mundo durante a longa empreitada colonizadora, sempre entenderam que o homem, essencialmente, só podia ser branco, pois sua visão de mundo não comportava a possibilidade de que algo “bom” pudesse ser encontrar fora do paradigma da brancura, fora de uma corporeidade branca e europeia. Para tanto, seus pensadores tiveram que estabelecer doutrinas, instituições e epistemologias que sustentassem suas crenças.

Dois eventos bíblicos registrados no *Gênesis* são pilares que sustentaram esta visão – diga-se, uma visão e interpretação bíblica bastante rasa, mas conveniente para o desígnio, pois não podemos perder de vista que a narrativa bíblica pretende contar eventos sob determinado olhar e com determinada função nas sociedades. O primeiro evento foi a especulação sobre a marca da maldição que Caim, o filho de Adão, teria recebido do criador por ter matado seu irmão Abel. Caim teria recebido uma marca que o identificaria diante de todos como diferente,

⁷ Fazemos referência ao nome pelo qual os Indígenas se referiam ao Brasil antes da chegada dos portugueses em 1500.

marca essa que foi interpretada por muitos e por um longo período de tempo como sendo a marca da cor da pele escura.

Capítulos depois do fratricídio cometido por Caim, encontramos outra história que fortalecerá a ideia de uma marca na pele como diferencial entre amaldiçoados e abençoados. Lá pelo capítulo 9 do livro bíblico de *Gênesis*, depois da quase extinção dos viventes em um dilúvio, Noé, o construtor da arca da salvação, ao presenciar a destruição da terra, bebe muito vinho e fica tão embriagado que se despe totalmente, deixando suas “vergonhas” à mostra. Cam, seu filho do meio, vê, mas não cobre o pai, não o protege de passar mais vergonha. Esse descuido com a intimidade do pai lhe custará uma maldição sobre seu próprio filho, Canaã.

O evento de impaciência de Noé ficou conhecido como “a maldição de Cam” que, basicamente, consistiu em criar uma hierarquia de servidão em que os futuros cananeus, inescapavelmente, seriam escravizados pelos descendentes dos seus irmãos Cem e Jafé. Ocorre que, tempos depois, os descendentes de Cam teriam sido os primeiros habitantes do continente africano, cuja característica principal dos seus povos seria a cor da pele escura.

No sumo do sumo: os africanos seriam, além de portadores, transmissores da maldição de Cam. O sinal desta maldição seria a cor da pele mais escura, sinal visível que possibilitaria a rápida identificação de um ser maldito. Aí foi só uma mistura de silogismos com modelo indutivo, um atrás do outro:

Descendentes de Canaã são amaldiçoados

Os africanos são descendentes de Canaã

Todo africano é amaldiçoado

Se todo africano é amaldiçoado

E se o sinal de maldição é a pele escura

Logo, todos que possuem a pele escura são amaldiçoados

Se todos os de pele escura são amaldiçoados

E os amaldiçoados serão escravos

Todos os de pele escura serão escravos por natureza

Assim, se o sinal de maldição, por duas vezes na bíblia cristã, é simbolizado por uma mudança na epiderme, caracterizada por um aumento significativo da melanina nos herdeiros dessa maldição, logo, pode-se deduzir que o homem criado à imagem de Deus só poderia ser branco/claro.

Se seres de pele clara são a imagem e semelhança de Deus, o seu contrário, os de pele escura, são a imagem de uma maldição divina, imprecação esta que inclui a escravização como justa. Eis uma das mais longevas justificativas para séculos de crueldades, exploração, violação, toda sorte de crimes imensos e macabros, torturas e genocídios sintetizados no sistema de escravidão e mais tarde no racismo.

Agora, voltemos ao título, pois ele nos coloca diante de outros espaços geográficos e de povos, cujas construções narrativas descritas acima lhes eram alheias. No entanto, ele demarca o entendimento de que a identidade branca foi criada e não possui qualquer traço de essencialismo, como se queria fazer crer as interpretações bíblicas e, posteriormente, no iluminismo, da ciência moderna. Davi Kopenawa⁸ condensa em sua fala o entendimento atual de que a racialidade é uma construção social, política e econômica.

As narrativas dos povos de Pindorama e de outros povos que não comungam da brancura, desde muito tempo, pronunciavam um reencontro de irmãos afastados pelos fluxos da vida, e esse reencontro se daria com trocas mútuas de conhecimento, tecnologia e organização:

Algumas dessas narrativas, que datam de dois, três, quatro mil anos atrás, já falavam da vinda desse outro nosso irmão, sempre identificando ele como alguém que saiu do nosso convívio e nós não sabíamos mais onde estava. [...] Ele aprendeu outra tecnologia, desenvolveu outras linguagens e aprendeu a se organizar de maneira diferente de nós... (Krenak, 1999, p. 24).

No entanto, o prenúncio era interpretado ora como presságio, ora como ameaça, dado o desconhecimento dos verdadeiros sentimentos dos brancos para com os seus irmãos (Krenak, 1999). Encontramos narrativa parecida vinda de nossos irmãos moçambicanos. Temos as

⁸ Davi Kopenawa é Xamã Yanomami e líder político do povo Yanomami, presidente da Hutukara Associação Yanomami, ativista na defesa dos povos indígenas e da floresta amazônica, além de autor, roteirista, produtor cultural e palestrante. É uma das lideranças intelectuais, políticas e espirituais mais importantes no panorama contemporâneo de defesa dos povos originários, do meio ambiente, da diversidade cultural e dos direitos humanos, com reconhecimento nacional e internacional. Informações retiradas do Verbete de autoria de Renzo Taddei, disponível em: <<https://ea.flch.usp.br/autor/davi-kopenawa>>.

palavras do Doutor em Antropologia José Luís de Oliveira Cabaço⁹, que ilustra a chegada da “gente pálida” nas terras moçambicanas que em 1498:

Não se compreendeu o que eles diziam, mas não pareceram agressivos pelo que as gentes locais os acolheram sem animosidade. [...] Ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhava um momento histórico: os primeiros contatos da África oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do Oriente (Cabaço, 2007, p. 27).

Dois anos depois, esse mesmo encontro se repetiria nas terras de Pindorama, rebatizada de "Brasil" pelos forasteiros. Foi um dos primeiros encontros entre a cultura dos povos ameríndios e do Ocidente. Encontros que se repetem até hoje, como diz Krenak: “Esses mesmos viajantes, eles estão chegando hoje às cabeceiras dos altos rios lá na Amazônia” (Krenak, 1999, p. 25), e os impactos continuam sendo em sua maioria negativos para as populações indígenas. Esses encontros não se deram e nem se dão somente no âmbito da presença física na geografia brasileira, mas alcançam o encontro de culturas, emoções, línguas, relações com o sagrado/espiritual e com formas de organizações sociais e econômicas diversas.

Encontros que poderiam transcorrer de forma amistosa, como parece ter ocorrido segundo os dois exemplos que aqui trouxemos. Ao menos, no primeiro dia nas praias daqui e dali não houve animosidades entre os irmãos. Mas não demorou muito para que, do ponto de vista dos povos que habitavam Pindorama nos idos de 1500, a figura do branco fosse logo associada a doenças, guerras, destruição e morte.

Nos encontros mais recentes, o passado cisma em se renovar. Kopenawa fala sobre o encontro do seu povo Yanomami com os brancos:

[...] nossos pais e avós desconfiavam dos brancos, e sempre temeram suas fumaças de epidemia. No entanto, jamais se preocuparam em saber o que os trouxera à nossa floresta. Não sabiam que tinham vindo para demarcar a fronteira do Brasil no meio de nossa terra. Mostraram-se hospitaleiros e amigáveis [...] jamais imaginaram que, mais tarde, os filhos e netos daquela gente voltariam, tão numerosos, para tirar ouro dos rios e alimentar seu gado na floresta derrubada. Nunca pensaram que esses brancos um dia poderiam querer expulsá-los de sua própria terra (Kopenawa, 2015, p. 244-245).

⁹ José Luís de Oliveira Cabaço é professor emérito da Universidade Técnica de Moçambique, na qual ocupou o cargo de reitor entre agosto de 2008 e dezembro de 2014. Com graduação em Sociologia pela Universidade de Trento (1971), é doutor em Antropologia Social - Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (2007), com a tese intitulada *Moçambique, colonialismo, identidades e libertação*, que obteve o prêmio ANPOCS de melhor tese em Ciências Sociais em 2008. Informações retiradas do currículo Lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5115219908953233>>.

Chama nossa atenção que, nessas narrativas, o reconhecimento das contribuições positivas do Ocidente, dos brancos para as sociedades indígenas não deixam de ser ressaltados e nunca rejeitados a priori. Mas há, também, sempre o desejo de uma contribuição mútua para o desenvolvimento de uma criação coletiva da amplitude da vida.

O pensamento de Krenak nos ajuda a entender essa visão. Ele rechaça a ideia de que o desenvolvimento chegou no Brasil dentro das malas dos portugueses e que encontraram aqui a selvageria, a incivilidade, ideias que, frequentemente, vemos retomadas, por exemplo, na frase de um ex-presidente recente do Brasil, que disse que os “índios são pessoas iguais a gente”, como se essa acepção de “gente” fosse o paradigma máximo do Ser.

Concordamos com Krenak, sobretudo quando o autor afirma que, sendo essa ideia tão perene, faz-se necessário, para romper com ela, “mais do que um esforço pessoal de contato com o Outro, nós precisamos influenciar de maneira decisiva a política pública do Estado brasileiro” (Krenak, 1999, p. 29). Assim:

Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá a oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e “formas de ver e estar no mundo” que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português (KRENAK, 1999, p. 28).

A defesa que Krenak e Kopenawa fazem abre caminho para o entendimento de que é possível uma convivência pacífica, construtiva e cooperativa entre brancos e não-brancos e que a construção dessa convivência passa pela educação, uma educação ampliada que envolva os indivíduos, as sociedades e suas instituições. O ponto inicial dessa reeducação pode estar na compreensão do que falou Kopenawa e que nomeia este tópico, pois, ao afirmar que os brancos não existiam para os povos originários, mas que foram criados pelo mesmo Ser (nas narrativas tradicionais), impõe a urgente tarefa de nós e eles próprios admitirem que o branco não é o centro do mundo, não pode ser entendido como o ideal de humanidade em detrimento de outros, pois não é a essencialidade humana.

O branco é uma identidade criada, forjada, principalmente através do contato com outros povos e identidades, e sempre imposta sobre elas. Por isso, é importante desmistificar essa ideia do branco como deus, ou representante de uma divindade superior que lhe outorga alguma forma de superioridade, com o direito de subjugar, aniquilar corpos, psiques e epistemes que conflitam com sua visão de mundo e vida. Para mais, o branco não é detentor da inteligência tampouco o cientista por excelência.

Krenak (2019) entende que o que sustenta a ideia de brancos europeus “esclarecidos”, e que, por isso, se acham no direito de colonizar outros seres do mundo (o que ele chama de “trágicos primeiros encontros”), é a crença em humanos superiores, esclarecidos *versus* humanos obscuros, sem intelecto, sem luz (ideais iluministas). Daí que, se eles estão “sem luz”, assumem a missão salvacionista de levar a luz a outros povos. O autor questiona por que continuamos aceitando a ideia de humanidade eurocentrada que, segundo ele, guiou muitas das escolhas feitas até aqui nas nossas relações interpessoais e com a natureza. Para ele, a “máquina estatal” segue organizada para desorganizar outras formas de sociedades que não compactuam com o processo de consumo que vem exaurindo a natureza – parte de sua própria constituição como coletivo.

Essa ideia de humanidade é vista por ele como um clube limitado e limitador das nossas potencialidades (Krenak, 2019), por isso questiona o porquê de ainda insistirmos em participar dele, mesmo sendo um caminho destrutivo. Para Krenak, os Estados-nação já se desmancharam, ou melhor, são agências que nasceram falidas, pois sustentam uma humanidade tida como “coesa”, não diversa, que sonha igual. Essa Era “antropocêntrica”, a era do “caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações [...] abismo” (Krenak, 2019, p. 34), que dualiza a humanidade e a natureza, que não concebe outras “configurações da Terra” (Krenak, 2019, p. 29) inviabiliza as possibilidades de uma relação sustentável como querem os organismos mundiais e os grandes conglomerados industriais.

Ao criar um ideal de humanidade excludente, a modernidade desenraiza diversos grupos das suas terras, memórias ancestrais e os sustentáculos de suas identidades, triturando-as no liquidificador de uma humanidade, civilização abstrata que suprime a diversidade ao oferecer, ou impor, o mesmo menu, inclusive em âmbito linguístico (diversas línguas “deletadas”) e, conseqüentemente, epistemológico para todos.

O que Krenak defende é a ideia de diversidade étnica, epistêmica, cultural e política dos povos, ao invés de uma humanidade planificada, cerzida com o apagamento de memórias, conhecimentos e ontologias outras (Krenak, 2019). Uma de suas ideias para adiar o fim do mundo pode estar no enraizamento de memórias ancestrais, no reposicionamento do ser humano como ser natural e da natureza. Nas palavras de Krenak “precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania” (Krenak, 2019, p. 12). Consumo de bens não é cidadania plena, nem pode ser confundido com participação igualitária na sociedade. O consumismo que tomou

o lugar da cidadania retira o sentido de uma vida plena, esvazia o mundo de diferentes cosmovisões. A ideia de consumo reduz a experiência de vida.

Mas o que Krenak chama de “sub-humanidade” – grupos como caiçaras, indígenas, quilombolas – resistem, se agarram à terra, sobrevivem e fazem sobreviver suas ancestralidades desde muito antes de Cabral avistar as terras de Vera Cruz. Esse enraizamento é viabilizado por aquilo que ele chama de humanidade mais bacana, “camada mais bruta, rústica, orgânica” de humanidade que parece querer comer, beber a terra, dormir com a terra, estar envoltos na terra (Krenak, 2019, p. 11) – uma organicidade que incomoda. Assim, o respeito pela existência de outras formas de organização, culturas e relações, capacidades imaginativas, significa adiar o fim do mundo, na medida em que nos permitimos fruir a vida, experienciá-la de forma mais orgânica, potencializando a existência de “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo” (Krenak, 2019, p. 14). Diante de tecnologias ancestrais que deram e continuam dando certo, é necessário reconstituir narrativas que foram recalçadas, propositalmente, através do dispositivo da racialidade.

Ramón Grosfoguel¹⁰ (2016), ao escrutinar os elementos estruturantes da construção do conhecimento nas universidades ocidentais ao longo do século XVI, constata que a monopolização do conhecimento na mão de homens ocidentais de não mais que cinco países gerou um sistema de inferiorização de outros conhecimentos numa escalada de desclassificação tal que hoje conhecemos como epistemicídio¹¹, ao passo que o conhecimento gerado por aqueles passa a ganhar status de conhecimento universal por excelência. O professor conclui então que “o privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda”, que ele chama de “racismo/sexismo epistêmico” (Grosfoguel, 2016, p. 27).

Nessa construção de superioridade, Grosfoguel identifica quatro grandes genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI e que tiveram papel direto na conformação do que ele entende como “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (Grosfoguel, 2011), criado a partir da expansão colonial, em 1492 (Grosfoguel, 2016, p. 32). Como dissemos, essa sanha colonialista tem uma seminal ligação com a

¹⁰ Ramon Grosfoguel é um sociólogo porto-riquenho. Professor associado do Departamento de Estudos Étnicos da Universidade da Califórnia, Berkeley. Pesquisador associado à Maison des Sciences de L’Homme, em Paris.

¹¹ Epistemicídio será entendido aqui como um processo sistemático de diversos atores da sociedade com vistas a impedir, sufocar, dificultar a circulação de saberes outros que não aqueles aprovados pelo “Eu hegemônico”, pela branquitude o que em último caso resulta no assassinato de outras formas de conceber conhecimento e visões de mundo. Trataremos disso ao longo do trabalho à luz do pensamento de Sueli Carneiro (2005).

propagação religiosa do cristianismo como “único caminho para Deus”, que Enrique Dussel sintetizou como “conquisto, logo existo” (Grosfoguel, 2016, p. 31) num primeiro momento e, num segundo momento, a ciência iluminista condensaria no “penso, logo existo”, de Descartes.

Novamente, religião e ciência cruzam-se ou apartam-se, mas sempre aparecendo como elementos germinais e/ou adubando teorias-práxis racistas, sexistas de genocídios-epistemicídios no mundo. Tanto é que, quando já era inconcebível – se é que em algum momento isso foi concebível – para a igreja católica continuar a aceitar as monstruosidades da escravidão, ela precisou encontrar outra linha para justificar sua inteira complacência e patrocínio deste “crime de proporções e consequências radicais” (Carneiro, 2023, p. 12). O caminho foi, como nos fala Grosfoguel, questionar a humanidade daqueles que já escravizava ou que viriam a ser escravizados.

Essas colocações de Grosfoguel são importantes, pois demonstram que, a rigor, não há inocentes nessa construção de um mundo racista/sexista, já que aponta para um empenho intelectual massivo dos doutores, à época. Como sabemos, esses eram, principalmente, nomes advindos dos muros dos conventos e de suas bibliotecas. Muito empenho intelectual foi dispendido na discussão sobre indígenas e negros possuírem ou não alma e, por conseguinte, se poderiam ser escravizados ou não, no que se entende como o primeiro grande debate racista “com referência direta à humanidade” (Grosfoguel, 2016, p. 37).

A historiadora brasileira Ynaê Lopes dos Santos¹², recentemente, abordou o tema demonstrando os argumentos contrários e favoráveis tanto para o sim quanto para o não. Sinaliza a autora que, durante o debate, a produção terrivelmente monstruosa da exploração de trabalho escravo não parou, não deixando margem para tergiversações, ou seja, podemos dizer que, com amplas provas, não há inocência, pois almadadas ou desalmadas, pessoas indígenas e negras continuaram sendo escravizadas.

A historiadora registra, ainda, que a relação entre religião, escravidão e cor de pele nem sempre foi assim tão direta, mas foi uma construção histórica com vistas a afastar cada vez mais

¹² Ynaê Lopes dos Santos é Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2012), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2007), bacharel e licenciada em História pela USP (2002). Atualmente é Professora Adjunta no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Realiza Pesquisa na área de História da América, com ênfase em Escravidão Moderna e Relações Étnico-Raciais nas Américas, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, América ibérica, formação dos Estados Nacionais, cidades escravistas, relações étnico raciais e ensino de história. Atualmente faz parte do Comitê Executivo do BRASA e é uma das editoras da Revista Tempo -UFF. Informações dadas pelo texto de apresentação do Currículo Lattes da professora, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9825396116792460>>.

determinadas populações da possibilidade de serem escravizadas, uma vez que a escravização foi adotada por diversas sociedades em diferentes épocas e modos de organização. Assim, a narrativa que vai se criando ao longo do tempo encontra sua versão mais bem acabada na correlação entre a cor da pele (o fator mais visível) e a escravidão. Desse modo, na voz de Ynaê Santos (2022, p. 37), “quando os portugueses aportaram no que hoje é o litoral brasileiro, eles já tinham um esquema étnico-racial delineado e hierarquizado, no qual a religião professada e a cor da pele eram critérios taxonômicos importantes”, restando a alternativa de conversão ou servidão para aqueles cuja brancura não podia ser vista.

Transformar grupos em “outros” escravizáveis afastava de vez o fantasma da população branca em um dia se ver escravizada: “isso quer dizer que negros (em maior escala) e indígenas (em menor escala) podiam ser reduzidos à escravidão, o que significa que a população branca estava protegida dessa instituição nefanda” (Santos, 2022, p. 66). A racialidade, com foco no fenótipo, serviria para afastar a possibilidade de pessoas brancas serem escravizadas, conformando assim um modelo de sociedade hierarquizada entre escravizados e proprietários de escravos (senhores), num pacto entre os “poderes metropolitanos, eclesiásticos e dos colonos” (Santos, 2022, p. 69), para validar, justificar e perpetuar o sistema escravista: “essa pactuação, por sua vez, coroava o domínio dos proprietários, fazendo de suas casas-grandes verdadeiros castelos de privilégios” (Santos, 2022, p. 69).

Um dos argumentos mais utilizados para desacreditar as reivindicações dos movimentos negros por ações afirmativas foi e é a dificuldade de, no Brasil, saber quem é negro e quem não é, visto que o processo de mestiçagem transformou nossa nação em uma nação diversa o bastante para que esse referencial possa ser utilizado de modo objetivo. Argumento que anda *pari passu* com a tentativa de relativizar os horrores da escravidão no país, no sentido de que, e Ynaê nos mostra essa realidade possível, no Brasil havia negros que possuíam escravos também. Um argumento frágil, pois “a miscigenação não é nem nunca foi um fator atenuante do racismo brasileiro, mas um elemento complicador de como as hierarquias raciais e o próprio racismo foram construídos” (Santos, 2022, p. 74). O que leva a historiadora Ynaê Lopes dos Santos assertivamente nos informar que “se a escravidão podia ser um sinônimo da cor negra, a liberdade era uma condição naturalizada para as pessoas brancas” (Santos, 2022, p. 74). O que já as coloca em uma condição de vida e possibilidades de existência bastante diferentes.

1.1. Construindo uma identidade nacional branca

Desde o aporte de Cabral nas areias de uma das praias de Pindorama, o Brasil passou a ser um dos palcos principais desse debate que deixou marcas em seu DNA social. No corpo como metáfora, oficialmente, o Brasil foi registrado com nome e data de nascimento, mas sem foto na sua identidade, problema que mobilizou pintores, escritores, políticos, músicos e toda sorte de intelectuais para desenhar o rosto do Brasil, ou seja, lhe dar uma identidade própria. Uma inquietação que transcorreu séculos, dada sua complexidade. No entanto, como num palimpsesto, podemos encontrar o decalque de um elemento em todos esses retratos: o desejo, quase obsessivo, por um Brasil pintado de branco ou, no mínimo, claro.

Insta tratar do fantasma, ou do branco que primeiro aportou nas praias daqui e de suas reaparições. Para o Doutor Lourenço Cardoso (2020), o branco brasileiro é um branco com a marca da não brancura, isso quando comparado com outros brancos. Sua não brancura descende daqueles que primeiro aportaram nessas terras, ou seja, os brancos portugueses, que por sua vez tem em sua genealogia a “mácula” do sangue mouro, judeu, cigano e africano, portanto, o branco português é visto como menos branco no grupo dos brancos. O branco brasileiro tem a sua identidade ainda mais fragilizada por ter sido contaminado pela contribuição de degredados de Portugal para o Novo Mundo.

Dessa forma, o Brasil seria colonizado, civilizado, por aqueles que romperam com os pactos civilizatórios em Portugal. Logo, os degredados encontram no Brasil espaço para crimes outros, que serão considerados atos “civilizatórios”. O branco degenerado é aquele que não tem virtude – logo, é visto próximo da negritude. Na vinda da família real, esta sim considerada branca-branca, ganharia status de branco vitorioso, pois teriam cumprido o seu papel na civilização do povo brasileiro, no caso da colônia portuguesa à época. No entendimento de Cardoso (2020), devido à ligação dos portugueses com a escravidão, eles se tornaram uma “memória de um passado indesejado”. Com a entrada em cena dos brancos-brancos, diga-se, italianos e alemães, o ideal de embranquecimento para os brasileiros passa a ser outros povos europeus e não mais os portugueses.

Dado que o português branco colonizador será cegado e não enxergará a humanidade do outro, assim como todos os colonialistas, na modernidade, a sociedade brasileira irá rejeitar essa ligação com os portugueses. Em suma, o branco brasileiro seria mais “preto”, sem, contudo, deixar de existir (Cardoso, 2020, p. 27-28). Numa hierarquia de brancos, é um branco

não-branco. Com o passar do tempo, foi possível ver valor nessa mistura e ela foi forjada como algo positivo, mas o ideal seguiria sendo se tornar mais branco. Nesse caso, mais próximo do branco estadunidense, que é visto como “a branquitude referência” na contemporaneidade, em que modernizar se confunde com embranquecer.

Lourenço Cardoso (2020) fala da chegada de outros imigrantes não-brancos, como os libaneses, japoneses, sírios, cujas identidades podem ou não ser hifenizadas, desde que seus traços permitam a sua ocultação, transformando-os em brancos. Cardoso chega a chamar os portugueses de “negros da Europa”, mais especificamente, informa sobre o branco-aqui e não-branco lá, o que significa dizer que, na hierarquia da branquitude, os portugueses são reconhecidamente brancos em terras brasileiras, mas não são tanto assim em outros espaços europeus. A não brancura do branco português, portanto, está condicionada a uma comparação com outros brancos e, principalmente, com os ingleses e alemães.

As colocações do professor Lourenço Cardoso encontram vasta literatura que corroboram com seu pensamento de que os portugueses, dentro da hierarquia racial da branquitude, seriam menos brancos, portanto, seriam rejeitados no processo de modernização pelo povo brasileiro. Mas, se não vislumbramos no cotidiano do povo brasileiro uma rejeição ao branco português, queremos dizer que o português continua sendo um modelo desejado.

Entendemos que o pensamento de Cardoso se filia ao pensamento de outros autores que advogam o lugar de Portugal próximo ao chamado Sul Global, ou seja, um lugar subalternizado perante o resto do mundo. Não acreditamos que isso passe pela cabeça do brasileiro comum, uma vez que Portugal é Europa e a Europa é branca – importante, símbolo de modernidade e democracia, do que é bom, belo e inteligente, logo, *desejado*.

Acredito que seja até uma análise repisada, mas como tratamos aqui da maldição de Cam na cena inicial do escrito, e agora tratamos de imagem, resgatamos e analisamos brevemente uma famosa pintura de Modesto Brocos (1895), intitulada *A redenção de Cam*. A obra, racista em cada pincelada, registra em óleo sobre tela a louvação do ideal de embranquecimento como ideologia nacional para salvar o Brasil de sua maldição de ser preto. Na visão do espanhol, o quadro por ele concebido cumpriria a função de informar visualmente o potencial de “purificação” racial que o Brasil, recém-saído do período oficial de escravidão, teria caso fizesse o “trabalho de casa”.

Figura 1 – “A Redenção de Cam” (1895), de Modesto Brocos



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes.

Recentemente, em uma palestra sobre raça e racismo, abri minha exposição projetando o quadro de Brocos e questionando o que a audiência percebia, sentia, via, interpretava sobre ele. O quadro foi classificado como bonito, colorido, um registro pacífico de uma família, alguns expressaram que ele transmitia uma imagem boa, mas a maioria identificou no quadro uma cena sobre diversidade. Tudo isso antes de eu falar o nome da obra e subsidiá-los com as informações sobre a maldição de Cam e o que seria, então, a redenção proposta na tela. Posso dizer, sem exageros, que foi um choque para todos ver registrado com tintas tão coloridas uma ideia que enseja o apagamento das características da maioria dos brasileiros.

Ainda pela reação inicialmente positiva ao quadro, ela corresponde a um de seus possíveis propósitos não explicitados: dar uma aparência de não violência ao processo de branqueamento (extinção) da população negra no Brasil. Realmente, não há conflito, tensão, dor, flagelos, lutas ou qualquer ilustração que remete à coerção ou opressão; o que há é uma

bonita e singela imagem de uma família aproveitando o dia na porta de sua casa. Onde está o conflito, a guerra, a diferença, a morte, o genocídio? O ideário do grupo hegemônico é trabalhado aqui com ênfase num processo de socialização não violenta no âmbito racial. O que a ampla bibliografia que demonstra o contrário corrói em pouco tempo. A teoria da tela não encontra lastro na realidade.

Posteriormente, fomos analisando juntos os elementos da obra: a mulher preta retinta, descalça e que ergue as mãos em agradecimento pela graça da redenção do neto, ou seja, por ele ter recebido a graça de não nascer preto como ela; a mulher negra de pele clara que ocupa a centralidade da tela e que, como uma nossa senhora segurando o menino Jesus no colo, é a intermediária entre o passado preto e o futuro branco, cuja figura masculina branca, localizada à direita de quem mira, se põe a rir satisfeito do seu feito. Ele, de sapato, sentado no lado calçado da rua, é o pavimento para o milagre da criança de bochechas rosadas, pele alva com suas roupas de anjinho. A criança com as sobrancelhas arqueadas encara a figura da mulher preta à sua frente para quem a mãe aponta como que informando algo, mas que não se sabe o que é.

Não se faz necessário uma análise pictórica extensa, pois o que se quer registrar é como a ideia de embranquecimento era incentivada, pesquisada, aludida em qualquer oportunidade possível, pois *A redenção de Cam* foi a escolhida em 1911, pelo então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915), para ilustrar seu artigo sobre o potencial efeito de branqueamento da identidade nacional através do cruzamento das raças no Brasil.

Uma empreitada que, mais tarde, em 1955, Guerreiro Ramos chamaria de *patologia social do 'branco' brasileiro*, que vem a ser a ideia de que o branco brasileiro seria acometido de uma doença psicológica por meio da qual sua identidade real sofreria intensa rejeição, dado o processo de espoliação do conteúdo positivo atribuído a pessoas pretas e à fermentação de conteúdo positivo sobre as pessoas brancas. Quanto mais branco, melhor. Nas palavras de Ramos (2023 [1955], p. 231), “a afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação”.

De Guerreiro Ramos, colhemos também a indicação de que essa patologia se estenderia, ou melhor, em muito teria nascido e crescido no campo da sociologia e da antropologia brasileira, no que ele chamou de “patologia da vida intelectual no Brasil” (Ramos, 2023 [1953], p. 163). Ramos afirma isso ao analisar como a sociologia da época vinha trabalhando o “problema do negro”, em especial, analisando os trabalhos de Nina Rodrigues, alvo de sua

crítica mais ferrenha. No bojo dos trabalhos analisados, Guerreiro Ramos identifica que “no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro sem por este último ser visto. Na nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio” (Ramos, 2023 [1953], p. 185).

Ao retomar a ideia de “patologia da vida intelectual no Brasil”, no já citado texto de Ramos, “A patologia social do ‘branco’ brasileiro”, o sociólogo volta a pensar sobre a interferência da intelectualidade na construção de uma identidade nacional, quando ele diz que muitos dos estudiosos do tema do negro usariam esses estudos como estratégia de “disfarce étnico”, pois, na voz de Ramos: “ao tomar o negro como tema, elementos da camada ‘branca’ minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se de seu arquétipo estético – que é europeu” (Ramos, 2023, p. 239), e complementa afirmando que:

[...] o que se tem chamado no Brasil de ‘problema do negro’ é reflexo da patologia social do ‘branco’ brasileiro, de sua dependência psicológica. Foi uma minoria de ‘brancos’ letrados que criou esse ‘problema’, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas (Ramos, 2023 [1955], p. 251).

O que o pensamento de Ramos antecipa é a ideia de uma orquestração da *intelligentsia* brasileira na defesa de um país cada vez mais branco. Assim, uma pintura oitocentista retratando a tática mais esperançosa para se chegar ao Brasil branco ganha contornos da expressão da patologia social do branco brasileiro.

Ailton Krenak e Muniz Sodré (2015) harmonizam suas vozes no entendimento de que a Europa, com sua sanha de colonização, definiu-se como ideário humano de perfeição e pureza, construindo e propagando seus valores religiosos, filosóficos, burocracia estatal, pedagogias e formas econômicas pelo mundo, ao passo que inferiorizava outras formas de organização sociocultural, filosóficas e políticas, bem como a estética daqueles que nomeara de “primitivos”, de “Outros”.

A construção de uma identidade nacional, portanto, se defrontou com o ideal massivo de que a identidade branca é a melhor. O jogo foi posto entre a identidade euro-ocidental-branca (claros) e as identidades-Outras-não-brancas (escuros). A construção de uma identidade não é algo solitário, individual, mas como nos fala Sodré (2015):

[...] dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma comunidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais, psicossociais) e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um ‘si mesmo’, é sempre dada pelo

reconhecimento de um ‘outro’, ou seja, a representação que o classifica socialmente (SODRÉ, 2015, p. 39).

Essa identificação, ao reconhecer-se dentro do grupo, cria a “identidade que ajuda a politizar os conflitos, criando possibilidades de representação das subjetividades junto ao espaço regido pelo Estado” (Sodré, 2015, p. 48). As significações dessas identidades são reproduzidas e inculcadas nos sujeitos pelas instituições (família, escola etc.) através de narrativas exemplares das representações sociais. Sodré afirma ainda que:

[...] a expressão da totalidade social por uma categoria denominada ‘identidade’ é na verdade uma ficção ou uma ilusão que, a partir de um certo ângulo ou de um certo momento histórico, interpretamos como real e usamos em função de estratégias políticas ou simbólicas [...] que pode tornar-se “fonte de *status* ou de poder dentro das relações sociais” (Sodré, 2015, p. 56).

Essas identidades, filiadas à “atualização do liberalismo econômico”, irão sustentar as desigualdades econômicas, políticas e simbólicas das populações que são subalternizadas pelas suas características fenotípicas. Sodré utiliza os termos “claros e escuros”, por acreditar que são eles os que mais circulam entre a população para identificar as diferenças fenotípicas – cor da pele – que, a despeito da incontestável certeza científica da não existência de raças humanas diferentes, são distinções que não podem ser abandonadas, já que, sociologicamente, sustentam as relações sociais brasileiras em todos os seus segmentos. Assim, “em torno disso, mantêm-se privilégios de classe, levantam-se barreiras migratórias, legitimam-se discriminações alfandegárias, construíram-se e constroem-se identidades culturais ou nacionais” (Sodré, 2015, p. 9).

O autor afirma que a “identidade cultural/nacional [...] marca fortemente a história intelectual do país” (Sodré, 2015, p. 10). Sociólogos, antropólogos, historiadores e literatos se debruçaram fortemente na observação deste fator no Brasil, tentando encontrar respostas para a questão “o que é ser brasileiro?”, que significa definir a identidade nacional. Como vimos, gera-se um processo de conflito a partir do encontro dos indígenas com os brancos europeus e, posteriormente, com a chegada de negros africanos.

Ynaê Santos aborda a questão de como os portugueses se referiam aos povos originários do Brasil. Primeiramente, chamaram-nos de *negros da terra*, o que para ela:

[...] diz muito sobre as visões de mundo dos portugueses de então, sobretudo no que diz respeito às diferenciações que faziam das sociedades com as quais travavam contato desde meados do século XV [...] A expressão usada pelos portugueses para se referirem aos indígenas não deixa dúvidas: os escravizados eram sempre os não

brancos, não importando muito, num primeiro momento, se eram os negros da terra ou os da África (Santos, 2022, p. 39-40).

Destarte, sejam os indígenas (negros da terra), sejam os negros africanos compõem o grupo dos “escuros”, aqueles que “suportaram o peso da acumulação primitiva do capital e constituem até hoje uma espécie de símbolo ontológico das classes econômica e politicamente subalternas” (Sodré, 2015, p. 11), enquanto os “claros” recebem, em maior ou menor grau, os dividendos positivos desta forma de organização social.

Claros e escuros “são cidadãos postos no interior de um paradigma étnico que socializa segundo as regras de uma branquitude imaginária, anacronicamente colocada no patamar superior de uma escala de valores com pretensão à universalidade humana” (SODRÉ, 2015, p. 12), ou seja, nesse paradigma, sujeitos de “pele clara” estariam no topo da cadeia hierárquica da sociedade, detendo o poder concreto e simbólico dos bens, enquanto os sujeitos de “pele escura” ocupam a base, sendo expostos às vicissitudes da escassez de recursos.

A identidade seria construída no reconhecimento de um “Eu” e um “Outro”, em que o primeiro atribui ao segundo uma identidade definida, estanque, que parte daquilo que os diferencia, sejam características estéticas ou culturais. E a essas diferenças se atribui um conjunto de valores – “orientação prática do sujeito para a ação social” (Sodré, 2015, p. 17) – e esse conjunto não é neutro, mas “espelha as convicções e as crenças de um sistema particular” (Sodré, 2015, p. 12), o que resulta em discriminações: “estamos querendo assinalar que existe um abismo entre o abstrato reconhecimento filosófico do Outro e a prática ético política (real-concreta) de aceitação de outras possibilidades humanas, da alteridade, num espaço de convivência” (Sodré, 2015, p. 17).

A busca por uma “essência humana universal” fornece as bases para toda forma de discriminação, ao não se reconhecer a amplitude das diferenças, da “variedade dos modos de crer, perceber, trabalhar, vestir-se e parecer somaticamente” (Sodré, 2015, p. 19) e são essas diferenças que atravessam as relações humanas hoje. É no encaço desse Ser, pretensamente universal e que se sustenta pela *outrairização* de seus aparentemente diferentes, que vamos seguir na tentativa de colaborar no entendimento do que os constitui, das estratégias para seu fortalecimento e proliferação e, quem sabe, estratégias coletivas para seu esmaecimento.

1.2. O “Eu hegemônico” e o dispositivo de racialidade

É Sueli Carneiro¹³ quem nos ajuda a destrinchar o paradigma “EU-OUTRO”. Em sua tese de doutorado, *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*, defendida na FEUSP, em 2005, e recentemente publicada no livro *Dispositivo de racialidade: A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser* (2023), ela constrói a noção de dispositivo de racialidade/biopoder, mobilizando aportes teóricos de Michel Foucault. Para ela, é através da articulação dessas duas tecnologias de poder, a racialidade e o biopoder, que emerge o epistemicídio, um dos mecanismos usados pela branquitude para se constituir como universal.

Em seu estudo, Carneiro vai inquirir a educação sobre sua participação na “reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz” (Carneiro, 2005. p. 2). Portanto, seu pensamento é pólen nesta dissertação, pois entendemos que a ideia de um “eu-universal” é codinome para a branquitude e que a educação formal, principalmente a de nível superior, é prenhe de ideias e ações que fortalecem a branquitude.

Visualizamos que os eventos que motivaram esta pesquisa se inserem dentro do mecanismo de epistemicídio e tentaremos mostrar isso com números, imagens e eventos da atualidade. Assim, concordamos com Sueli Carneiro quando ela diz que:

É através desse operador (epistemicídio) que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (CARNEIRO, 2005, p. 10, acréscimo nosso).

Há uma vasta produção de trabalhos cujo foco está nos primeiros sujeitos assinalados por Carneiro, ou seja, as pessoas negras. Podemos até afirmar que boa parte da sociologia e da antropologia se constituem a partir da investigação da vida da população negra como o “outro” por excelência, instaurando o que se conhece como “o problema do negro brasileiro” e com o intuito de inferiorizar as pessoas negras. Nas palavras do Sociólogo Guerreiro Ramos¹⁴ (1995,

¹³ Sueli Carneiro é ativista do Movimento Negro desde os anos 70, filósofa brasileira, doutora em educação. Uma das fundadoras do Instituto da Mulher Negra Geledés. Seu mais recente trabalho é o livro *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, de 2023, trata-se de sua tese de doutorado em filosofia defendida em 2005.

¹⁴ Alberto Guerreiro Ramos foi um sociólogo brasileiro, baiano. Foi professor de diversas universidades brasileiras e estrangeiras; foi Deputado Federal. Participou da fundação do Teatro Experimental do Negro. Ramos foi um dos pioneiros no interesse de estudar e entender o branco e o ideal de brancura que se espalhou pelo mundo e que no Brasil produziu o que ele chamou de patologia “do branco” brasileiro que refletiria o chamado problema do negro.

p. 234), “entre outros processos, transformaram-nos em assunto”, sempre do ponto de vista branco. Ramos sentencia: “foi uma minoria de ‘brancos’ letrados que criou esse ‘problema’, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas” (Ramos, 1999, p. 236).

A frase-denúncia de Ramos é ampliada por Carneiro logo no subtítulo de sua tese: “a Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, ou seja, para alguém Ser alguma coisa, alguém deve ser impedido ou até expulso da condição de Ser e ainda pode ser criado como oposição do que se quer afirmar ser. Desse modo, para ser o mais veloz, alguém precisa ser o mais lento; para ser o mais bonito, alguém deve ser escolhido como mais feio; para ser o inteligente, é preciso o ignorante; para ser o bem, tenho que encontrar o mau; para ser o superior, não há como não se ter, criar ou se fazer crer na existência de um inferior. E não há aleatoriedade nessa construção. É disso que se trata o dispositivo de racialidade.

Segundo Carneiro, o dispositivo de racialidade é um mecanismo que põe em ação o jogo dual entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, representado pela brancura e sendo o contrário representado pela negrura. Um dispositivo, a priori, é um conjunto de mecanismos que possuem a função de fazer algo funcionar. Para tanto, todos os elementos que o compõem precisam funcionar bem e de maneira interligada. Decorre daí a necessidade de que cada elemento esteja ordenado estrategicamente de maneira a facilitar o fluir do conjunto e alcançar o fim desejado.

O filósofo Michel Foucault transporta esse entendimento para o campo da filosofia ao investigar a sexualidade e, a partir disso, elabora o conceito de dispositivo de sexualidade, que, por sua vez, Sueli Carneiro transporta para entender o problema racial no Brasil. A filósofa compreende que a racialização das relações sociais brasileiras apresenta os traços conceituais que um dispositivo, tal como elaborado por Foucault, possui.

O dispositivo de racialidade pode ser entendido como uma rede que se estabelece entre um conjunto heterogêneo de elementos que vão, desde o que é dito e o que não é dito até elementos concretos e filosóficos que constituem um determinado campo da sociedade ou na sociedade, com vistas ao exercício do poder em determinado momento histórico e que pode se autorreproduzir, conforme as necessidades estratégicas.

Carneiro trabalha também a ideia de *contrato racial*, elaborada pelo filósofo Charles W. Mills¹⁵, a qual me deterei um pouco. Uma vez que só agora o pensamento de Mills vem ganhando mais notoriedade no Brasil e suas obras têm sido traduzidas, este dissertador agradece. Declara o autor que: “Supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje” (Mills, 2023, p. 33). É com essa afirmação assertiva e provocativa que o filósofo inglês, descendente de jamaicanos, abre o seu mais famoso livro *O contrato racial*.

Logo na introdução, Mills afirma que a academia, em especial a disciplina de filosofia, assumiu, e de alguma maneira continua assumindo, o privilégio racial de construir o mundo e o pensamento do mundo sob uma perspectiva do homem branco. O modo político de governar da supremacia branca é o da dominação de pessoas não-brancas. Esse sistema político, nem sempre se faz visível, mas sempre se faz presente. Em termos acadêmicos, as preocupações filosóficas tendem a direcionar-se para temas universais, abstratos, algo que na defesa de Mills esconde a estratégia da supremacia branca de ocultar a “experiência das minorias raciais” (Mills, 2023, p. 34), o que corresponde a dizer que o universal é branco, logo, este sistema político é racista e governa assim para privilegiar socioeconomicamente e oportunizar melhores condições de vida e direitos das “pessoas que contam” (Mills, 2023, p. 35), ou seja, das pessoas que são signatárias (direta ou indiretamente) do contrato racial.

O contrato racial de que fala Charles W. Mills possui peculiaridades em relação ao contrato social clássico. A primeira é que nem todos (o “nós povo”) fazem parte do contrato e sim o todos (“nós, os brancos”), ou aqueles que assim podem ser classificados. A segunda é que “as violações racistas aparentes dos termos do contrato social na verdade sustentam os termos do contrato social” (Mills, 2023, p. 36), ou seja, o contrato social é sustentado pelo racial. Nos termos de Mills (2023), o contrato racial é tanto descritivo, no sentido de nos permitir entender como a sociedade e o Estado nascem, se estruturam e governam (social, moral e psicologicamente) as pessoas, mas também é normativo, ao passo que pode subsidiar o sentido de Justiça e injustiça social com vistas a impactar positivamente a sociedade real (Mills, 2023, p. 39).

¹⁵ Charles W. Mills é um filósofo francês, descendente de jamaicanos, naturalizado estadunidense. Estudou física e filosofia e foi professor em importantes universidades nos Estados Unidos, dentre elas a de Illinois, Chicago, Northwestern e CUNY (Universidade da Cidade de New York). Autor de diversos livros que tratam da relação entre filosofia política e racismo, é considerado um dos precursores da teoria racial crítica. Informação disponíveis no site: <<https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/20165/charles-w-mills>>.

Para Mills, é possível definir afirmações básicas sobre o contrato racial: 1) Afirmação existencial: A supremacia branca global existe; 2) Afirmação conceitual: a supremacia branca é um sistema político; 3) Afirmação metodológica: a supremacia branca pode ser teorizada como um sistema político baseado em um “contrato” entre brancos. Em suma, o contrato racial é político, moral, epistemológico, real e econômico, e define “quem fica com o quê” (Mills, 2023, p. 41). É, portanto, um contrato de exploração.

No contrato social (político), o ser humano sai de seu estado de natureza e individualidade para o estado social e coletivo e passa a ceder autoridade para que um governo político passe a mediar suas interações. Em seu funcionamento moral, o coletivo define as bases que regulam seus comportamentos dentro do sistema político. Entendendo que em sua fase natural o ser possui uma estrutura básica de direitos, deveres e liberdades que moldam a psicologia moral dos cidadãos e que deveriam ser respeitadas dentro do contrato social. Já no contrato racial, o ser em seu estado natural sai dele para um estado social dividido em que ele se torna branco ou não branco. Em outros termos, o ser humano branco sai do seu estado não-político (natural) para o estado político, enquanto os não-brancos permanecem no estado de não-político, petrificados em um passado primitivo, selvagem, bárbaro.

No esquema acima, podemos compreender melhor a proposta de Mills, pois o contrato racial alça o “ser natural” para o estado de ser sociopolítico, mas esse estado é interdito aos seres não-brancos. E mais: nele é possível até mesmo retirar os não-brancos da categoria ontológica do “SER”. Nos termos do contrato racial, cabe ao homem branco controlar quem entra ou sai da categoria de Nós, de Humanos, e, portanto, controlar aqueles que vivenciaram a vida com mais ou menos qualidade física, psicológica, econômica, sociocultural e politicamente. É o que podemos entender como inclusão pela exclusão, já que só se pode ser superior em relação a algo ou alguém.

No processo de expansão colonial e da colonialidade, importa estabelecer que as sociedades, ou as formas de organização pré-existentes são categorizadas como selvagens ou bárbaras, sempre inferiores àquela trazida pelos colonizadores. Portanto, tais grupos precisam da tutela branca para “saírem” desse estado primordial, natural, mas com quase nenhuma chance de entrar no grupo de “homem universal”. Algo que podemos facilmente ver e ler nas estrelinhas dos discursos atuais sobre “ajudar a fortalecer a democracia” em determinados territórios, o que corresponde, na maioria dos casos, em estabelecer um sistema político, econômico e moral informado por ideias de supremacia branca do Norte.

Subordinar, dominar e controlar os não-brancos para que o sistema que privilegia os brancos seja implementado e posto a funcionar tão bem, ao ponto de não aparentar que desde o início esse era o planejado. Podemos dizer que, se o dispositivo de racialidade estiver bem instalado, ele passará despercebido, ou será ocultado por outros dispositivos que serão acionados como “gatilhos de segurança”. Os brancos nessas sociedades consentem que assim seja, oficialmente ou não, assinam, ou aceitam os termos do contrato, é o que chamamos hoje de pactos da branquitude (Bento, 2002, 2022).

O autor de *O Contrato racial* afirma que: “desde o início, então, raça não é de forma alguma uma ‘reflexão tardia’, um ‘desvio’ dos ideais ocidentais ostensivamente não racializados, mas sim, um constituinte central da formação desses ideais” (Mills, 2023, p. 47). É o que vimos acima. Na teoria contratualista de Locke e Kant, segundo Mills (2023), a liberdade e a igualdade são naturais aos homens e, portanto, no contrato social, estes ideais devem ser mantidos nas sociedades civis. No entanto, em sociedades cuja estrutura é informada pelo contrato racial, o conjunto dessas ideias é restrito aos racialmente iguais, aos que contam, ou seja, os brancos, o que Ynaê Santos nos informou também.

Assim, liberdade e igualdade são naturais ao homem branco e reguladas aos não-brancos, visto que eles estão em uma escala moral, epistemológica e cognitivamente inferior: “uma ontologia social particionada é, portanto, criada, um universo dividido entre pessoas e subpessoas raciais [...] que são conhecidos propriamente como ‘raças sujeitadas’ (Mills, 2023, p. 50), cujo destino é “nunca penetrar no teto de direitos normativos estabelecidos para elas abaixo dos brancos” (Mills, 2023, p. 50-51). A moralidade do contrato racial é a moralidade dos direitos naturais do homem branco.

Em termos epistemológicos, Mills afirma que as capacidades cognitivas de interpretar o que é bom ou ruim, justo ou injusto dentro do contrato racial são necessariamente deturpadas. Em suas palavras: “é preciso aprender a ver o mundo de maneira *errada*, mas com a segurança de que esse conjunto de percepções equivocadas será validado pela autoridade epistêmica branca, seja ela religiosa ou secular” (Mills, 2023, p. 52). É um pacto para o erro.

Todo um construto epistemológico e cultural será criado, inventado e valorado entre os positivos/superiores e negativos/inferiores. Para tanto, serão informados por diversas instituições (escola, mitos, cinema, literatura, religião, judiciário etc.), com vistas a assegurar a difusão da ideia deturpada e enganosa de supremacia racial branca, “uma economia cognitiva

e moral, psiquicamente necessária para a conquista, colonização e escravização” (Mills, 2023, p. 53). Tudo isso prescrito no contrato racial e posto em prática pelo dispositivo de racialidade.

Nesse sentido, adentrar o mundo da branquitude significa, ao mesmo tempo, ganhar um *diploma de branco*, como um diploma de patologia (nos termos de Guerreiro Ramos), de cegueira branca, de alucinação e delírio coletivo, ou, ainda, de déficit cognitivo, posto que passam a viver e ver um mundo com lentes que os impedem de vê-lo tal qual ele é, ou ao menos, mais próximo disso. É um consenso de ignorância ou de ignorância cognitiva, nos termos do próprio Mills, que trataremos mais à frente.

Para Carneiro, o dispositivo de racialidade se baseia nesse contrato racial que exclui e subordina e no epistemicídio que inferioriza e anula as pessoas negras como sujeitas de conhecimento. O contrato racial estrutura o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023). O dispositivo de racialidade é, portanto, uma forma de exercer o biopoder sobre a vida e a morte das populações racializadas, seja a morte física, seja a morte intelectual, quando não as duas conjuntamente.

Para que esse dispositivo funcione, o elemento racial é essencial. A raça é entendida como um elemento social, cujo significado moveu-se do campo da zoologia e botânica para o social no correr dos séculos XVI-XVIII. Portanto, trata-se de um conceito histórico que, em território brasileiro, funciona como fator principal de hierarquização social, cultural e econômica e condiciona a forma como determinados sujeitos serão entendidos, inseridos, ou não, no seio da Pátria.

No entanto, reconhecer a presença da raça e seus efeitos no cotidiano da sociedade brasileira nada tem a ver com essencialismos. É preciso compreender como esse conceito, como demonstramos acima, foi convocado pelos “criadores”, governadores, exploradores e colonizadores para justificar a expropriação física, cultural, emocional e psíquica impetrada contra as pessoas classificadas como índios (negros da terra) e africanos (negros) em um segundo momento. O entendimento sobre raça justificou a escravidão de pessoas indígenas e negras no Brasil por quase 400 anos, e as consequências dessas atrocidades cometidas por humanos contra outros humanos, têm efeitos nefastos na contemporaneidade. Como afirma o professor doutor Diego dos Santos Reis¹⁶:

¹⁶ Diego dos Santos Reis é filósofo, pesquisador, ensaísta e professor adjunto de Filosofia da Educação da Universidade Federal da Paraíba, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação

A violência do tráfico atlântico e do sistema escravagista deixaram marcas profundas no modo de organização da sociedade brasileira. Marcas que, como fraturas expostas e não suturadas, não cessam de interpelar o tempo presente e de evidenciar a impostura do mito da democracia racial, que durante longa data serviu para negar a realidade das relações raciais no Brasil, por meio da imagem da nação harmônica e cordial que se pretendia forjar (REIS, 2020, p. 2).

Por aqui, a raça é percebida pelos marcadores fenotípicos, ou seja, identifica-se a pertença racial de alguém através de suas características físicas (cor da pele, textura do cabelo, largura dos lábios e narinas), sendo a cor da pele a característica mais premente quando se trata de classificação racial. Assim, raça e cor andam juntas pelas ruas da sociedade brasileira, servindo como parâmetro para determinar privilegiados e desprivilegiados, abrindo ou fechando portas.

Como já mencionado, se, de um lado, o conceito de raça não encontra fundamento de base biológica ou científica, de outro lado, ele socialmente é útil para explicar a posição dos cidadãos brasileiros na pirâmide social, que passa a ser uma pirâmide sociorracial. Com Allan da Rosa (2019, p. 34), entendemos que a “raça, em seu uso contemporâneo, é um termo que traz à tona relações de poder e de dominação, afinal é entendido ideológica e politicamente. É uma categoria que agrega etnia e formação cultural, tendo significado variável em diversos locais e sociedades”. Portanto, é importante ressaltar que o reconhecimento da ação concreta e dos impactos do conceito de raça na organização de lugares e espaços, físicos ou simbólicos, é condição *sine qua non* para se combater o preconceito racial, ou seja, o racismo.

É através da articulação desses fatores, instrumentos e dispositivo, que, no Brasil, o que antes não existia, como nos falou Kopenawa a respeito dos brancos, passa a existir e a compor e modificar a paisagem brasileira tanto do ponto de vista da paisagem natural – demarcação de terras, divisões geográficas, extração de matéria prima – quanto identitária – costumes, línguas, religião, etc.

A presença de brancos no Brasil impacta toda a forma de organização dos povos que aqui habitavam. Impacto que, como vimos, ocorre orquestradamente em outras terras por meio de movimento transcontinental, marcado por ocupações indevidas e violentas, exploração e

Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (Diversitas/PPGHDL/FFLCH) da Universidade de São Paulo. É autor de *O governo da emergência: Estado de exceção, guerra ao terror e colonialidade* (Multifoco, 2020). E é o ORientador desta pesquisa.

aniquilação de seres humanos por eles considerados durante séculos como não-humanos, ou, quando muito, seres inferiores, de segunda categoria.

Demarcar a narrativa histórica pela ótica daqueles que viram as naus apontarem na costa brasileira tem como propósito desnaturalizar o discurso hegemônico que centraliza a história tendo o continente europeu como o umbigo do mundo. Um exercício que a G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira realizou em samba-enredo, em 2019:

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde e rosa, as multidões.
Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra.
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato.
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri.
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati.
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês.
(MIRANDA; OLIVEIRA; *et al.*, 2019).

Trago também aqui uma tela intitulada *Pindorama-brasil, terra indígena*, do artista Emerson Rocha (@de.saturno), que se contrapõe ao quadro pintado por Modesto Brocos e amplia nossos sentidos para a compreensão de uma nação diversa, plural e, por isso mesmo, capaz de romper com a estreiteza de mundo imposta pelo racismo e pela colonialidade.

Figura 2 - “Pindorama-brasil, terra indígena” (2022) – Emerson Rocha



Fonte: Emerson Rocha (Instagram do artista).

Na tela, inspirada em uma fotografia de Ricardo Stuckert (@ricardostuckert), um indígena preto e de punhos cerrados sobe no mastro da bandeira, em Brasília, e hasteia uma outra versão da bandeira do Brasil – desenhada pelo artista e carnavalesco Leandro Vieira –, em que o verde vira rosa e o dístico “ordem e progresso” é substituído por “índios, negros e pobres”, em uma inequívoca referência às pessoas que, verdadeiramente, podem fazer do Brasil um país equânime.

1.3. Branquitude – o nome que denomina os denominadores

Meu conterrâneo, Mestre Nêgo Bispo¹⁷ (2019), tece o pensamento segundo o qual os colonialistas amam denominar as coisas e usam essa operação como arma, como um peso a seu

¹⁷ Antônio Bispo dos Santos ou Mestre Nêgo Bispo, como é mais conhecido, é lavrador, ativista político e militante dos Movimentos Quilombolas. Piauiense do Quilombo Saco-Curtume é também autor de livros e artigos que nos incitam para uma organização contracolonizadora. Com ele, temos aprendido sobre a necessidade de confluir conhecimentos, entendimentos e ações na luta por uma vida mais orgânica.

favor. Bispo, estrategista, nos ensina a usar a mesma arma para equilibrar a conversa. Assim, dizer branco e branquitude é um momento decisivo na luta contracolonialista, pois nomeia o transparente, corporifica o “drácula” (Cardoso, 2020) e, nos termos explícitos lá no prólogo, batiza-o.

Titulando este capítulo, temos a frase de Davi Kopenawa (2015) em *A queda do Céu*, escolhida por refletir o que vimos no tópico acima: que raça é uma construção social e que mesmo a branca foi inventada, foi construída, e essa construção se deu em oposição à raça negra, que condensa seu polo negativo. Ao se colocar como ser primordial, ser mais elevado da humanidade, o branco precisava¹⁸ criar a referência negativa e encontrou na negritude o seu contrário negativo, ruim, feio e desprovido de inteligência. Essa dicotomia é a maior explicação do que vem a ser a branquitude, pois aqueles que dela fazem parte são entendidos como símbolo da humanidade, do que é bom e belo.

Anunciada por Guerreiro Ramos na década de 50, negada e desqualificada por Gilberto Freyre, utilizada *en passant* por Darcy Ribeiro em seu *O povo brasileiro*, acidamente revolvida por Lélia Gonzalez em muitos de seus textos; antes da virada do século, o tema da branquitude ensaiou ganhar os holofotes. Mas não teve o imã que o “negro tema” (Cardoso, 2020) possuía. Só no século XXI é que o branco como tema passa a ser perseguido por intelectuais e ativistas internacionais e brasileiros.

Não podemos dizer, contudo, que o tema não esteja na ordem do dia. Nos últimos três anos, por exemplo, o Instituto Ibirapitanga¹⁹ realizou um conjunto de debates sobre o tema. Posteriormente, a transcrição dos debates foi publicada em livro digital e, mais recentemente, ganhou uma versão física com a publicação do livro *Branquitude* (2023), que põe em circulação as palavras de uma dúzia de intelectuais e suas contribuições para a discussão sobre a identidade branca.

Outra iniciativa atual foi a criação do “Observatório da branquitude” (<https://observatoriobranquitude.com.br/>), uma iniciativa da sociedade civil que “produz e

¹⁸ Usamos o pretérito simplesmente por estarmos trilhando uma linha histórica, mas para quem lê, fique à vontade para atualizar para o presente ou futuro, pois este trabalho, como um todo, objetiva demonstrar como definições estanques de eventos temporais não correspondem com a realidade empírica.

¹⁹ O Instituto Ibirapitanga é uma organização dedicada à defesa de liberdades e ao aprofundamento da democracia no Brasil. Fundado pelo cineasta Walter Salles, o Ibirapitanga opera com recursos próprios a partir dos rendimentos de um fundo patrimonial.

dissemina conhecimento, de maneira contínua e sistemática, para popularizar o debate sobre branquitude e suas consequências para as desigualdades raciais”. O observatório é codirigido por Thales Vieira.

A despeito da proliferação de iniciativas, ainda consideramos a branquitude um tema periférico, pois, ao olharmos, por exemplo, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), nenhum texto sobre os verbetes branquitude ou branca foram encontrados. No *Google Acadêmico*, aparecem pouco mais de 8 mil referências; na *SciELO*, aparecem 23 indicações de textos, grande parte deles publicados entre 2018 e 2020, sendo este o ano de maior interesse pelo tema. Isso demonstra como a branquitude ainda é um tema pouco interessante para a academia e para as pessoas interessadas no estudo das relações raciais, principalmente no Brasil.

O flagrante desinteresse da academia, em especial da área das Ciências Sociais, pelo tema da branquitude é o que venho chamando de estratégia do “branco sai, preto fica”, pois entendo, junto com outras pessoas pensadoras, que o interesse dos/as acadêmicos/as ao centralizarem seus estudos na figura dos negros foi criando, pouco a pouco, o que se pode entender como “o problema do negro”, segundo o qual, para entender como os problemas da sociedade brasileira se entrecruzam com o dos negros, é este que precisa ser entendido, escrutinado etc.

Se o negro é pobre, estudemos o negro para entender o porquê de sua pobreza; se é maior alvo de violências, analisemos as pessoas negras e suas condutas. Nessas investigações, o negro e sua racialidade são entendidos como *fenômenos* a serem compreendidos e o branco sai, sai como cientista, investigador, ao mesmo tempo em que se torna ontológico, universal, não racializado, o SER maiúsculo. Considero, nessa perspectiva, a branquitude como tema periférico, porque boa parte dos estudos de envergadura sobre foram escritos por pessoas negras (os periféricos do mundo), numa virada que o já citado professor Lourenço Cardoso chamou de “a rebeldia do desejo”; que Lélia chamou de “o lixo vai falar, e numa boa”; Milton Nascimento de “lixo ocidental” que se dá a conhecer; Nêgo Bispo de contracolônização, num verdadeiro processo de “gorar” os ovos colonialistas chocados nas universidades (Bispo, 2019).

É assim que Maria Aparecida Bento, Cida Bento²⁰, começa o processo de trazer “novos ovos” para a universidade e para a *intelligentsia* brasileira. Ovos fecundados por décadas de estudos e militância no campo do trabalho, fecundados por observação vivida, vívida e vista do que a branquitude conseguiu fazer e como conseguiu se fazer. Não resta dúvidas de que o trabalho mais importante para os estudos críticos da branquitude no Brasil é a tese de doutorado *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, escrita por Cida Bento nos idos de 2002.

Em sua tese, Bento desenvolve um estudo sobre as relações raciais no mundo do trabalho e nos fornece material de suma importância para a compreensão da racialidade branca, ou seja, da branquitude. Após a leitura, passamos a entender como a branquitude subjetivamente influencia escolhas promocionais, contratações e ascensão de carreiras, bem como nos processos de demissão nas instituições, enquanto, no fim, os privilégios que gozam as pessoas brancas pelo fato de serem brancas segue recebendo manutenção.

Importante ressaltar o período dos primeiros trabalhos elaborados por Cida Bento sobre o tema, no ano de 2002, ou seja, lá se vão 21 anos passados e a situação de desigualdade, o desequilíbrio entre negros e brancos no mercado de trabalho é ainda gigante; podemos até dizer que inalterado, se compreendermos que exemplos pontuais não demonstram mudanças estruturais no modo como as instituições privadas ou públicas enfrentam o problema. Portanto, se há mais uma justificativa necessária para a realização da dissertação presente, é esta.

Em seu trabalho, Bento nos ensina que branquitude:

[...] refere-se à racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/mantém/ reproduz as desigualdades raciais no trabalho (BENTO, 2002, p. 5).

E, ainda, a branquitude se caracteriza por ser “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”. Ela se concretiza na “preservação de

²⁰ Cida Bento é doutora em psicologia com a tese aqui citada, é uma das fundadoras e atua como conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Intelectual referência nos estudos sobre branquitude. Escreve para jornais e revistas e recentemente publicou seu mais recente trabalho, *O pacto da branquitude*. Um importante registro de Cida Bento foi sua entrevista ao programa Roda Viva, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pA7bZnpRWnY>>.

hierarquias raciais, como pacto entre iguais” (Bento, 2002, p. 7). O pacto entre iguais é nomeado por Cida Bento de *pacto narcísico*, sustentado pela negação de que há uma estrutura racista, por uma inclinação a evitar o tema, pelo silenciamento ou mesmo a minimização da questão. Esse conjunto de ações (e silêncios) tem o propósito de manter a continuidade dos privilégios que gozam as pessoas brancas, ou seja, privilégios que possuem direta ligação com sua raça/cor.

Os pactos narcísicos se fortalecem no interior das instituições pela ambiguidade com que o tema é tratado, por um processo silencioso de “interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social”. Nas palavras de Bento:

[...] tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade (BENTO, 2002, p. 7).

A autora questiona a falta e/ou as lentas respostas das instituições frente às enormes desigualdades raciais, denúncias de discriminação racial sofridas pela população de trabalhadores/as negros/as. Para ela, a “inércia e a omissão da sociedade brasileira frente a uma realidade que atinge metade da sua população caracterizam um silêncio eloquente.” (Bento, 2002, p. 1). E este silêncio beneficia alguém ou alguns.

Bento sinaliza que, mesmo nos grupos ditos mais progressistas, e até os aliados do Movimento Negro, muitas vezes possuem um discurso que se volta para a leitura das diferenças pela lente das classes sociais, e pela negação do racismo no Brasil. Tais agentes não levam em conta que a sociedade brasileira é uma sociedade racializada, cuja dificuldade de reflexão sobre o tema favorece de forma consistente as relações e processos de trabalho (Bento, 2002): “desta forma, brancos podem ver o trabalho antirracista como um ato de compaixão pelo ‘outro’, um projeto esporádico, externo, opcional, pouco ligado às suas próprias vidas, e não como um sistema que modela suas experiências diárias e seu sentido de identidade” (Bento, 2002, p. 164).

Em uma leitura sob a perspectiva da psicologia, a branquitude conforma uma “a visão de mundo” em que pessoas brancas não se enxergam como racializadas, e negam a racialização como elemento estruturante da sociedade e de suas relações. Em ambientes corporativos, institucionais, pautados por decisões tidas como pragmáticas, as discriminações raciais são

facilmente escamoteáveis; no entanto, decisões estão impregnadas de subjetividade, e como já dito, a racialidade, ainda que não nomeada como tal, é elemento constituinte da subjetividade.

Através do não reconhecimento da racialidade como elemento da estrutura social brasileira, ou seja, que a sociedade brasileira é uma sociedade racializada e que se organiza de maneira tal que, em todos os seus setores, pessoas brancas possuem melhores condições de vida, de sucesso, de respeitabilidade do que as pessoas não-brancas, omite-se o fato de que é uma sociedade hierarquizada racialmente, já que em qualquer recorte social encontraremos a população negra constituindo majoritariamente o lado exposto a maiores vulnerabilidades.

Esse não reconhecimento é uma das principais características da branquitude e anda de mãos dadas com outro: o silenciamento sobre as diferenças raciais, sobretudo, da racialidade branca. O silenciamento ocorre quando, ao reconhecer as diferenças raciais, o branco se distancia, entende que como o “racismo é um problema do negro”, ele, branco, nada tem a ver com isso, pois é desracializado, esquecendo que usufrui de privilégios devido à divisão racial do país. Desta forma, “não se reconhecer como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade” (Bento, 2002, p. 28).

Os benefícios e vantagens que pessoas brancas detêm, através do legado da escravidão, são do âmbito econômico e simbólico. Quanto ao primeiro, os estudos têm demonstrado as diferenças salariais entre pessoas brancas e negras, em todos os postos de trabalho, menos ou mais reconhecidos socialmente; em relação ao segundo, por exemplo, temos o branco como ideal de beleza, inteligência e bondade, enquanto os contrários encontram na corporeidade negra sua concretude. Isso explica os motivos do não reconhecimento, a priori, e o silenciamento, a posteriori, dessa condição, já que isso implicaria a associação com um construto racista e talvez na perda desses privilégios.

Nas palavras de Bento (2002, p. 46), “de qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”. Destarte, o que se diz, o que não se diz, o que se apaga ou minimiza é tão importante quanto o que se diz. São todas essas características que fermentam o pacto narcísico da branquitude, esse conjunto de modos, ações e inações que funcionam como um instrumento de autopreservação, que se alimenta do medo do outro e “vem acompanhado de um pesado investimento na colocação enquanto grupo como

grupo de referência da condição humana” (Bento, 2002, p. 31). É o “medo ao pequeno número”, nas palavras de Appadurai (2009).

Bento associa a branquitude com o narcisismo, visto que o narcísico ama o que lhe é semelhante e rejeita, odeia, evita o que não é seu igual. Citando Piza (1996), Cida Bento (2002, p. 47) diz que “a racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco”. Desta forma, a defesa de que a branquitude é invisível não encontra sustentação sólida, já que, ao rejeitar “o diferente”, é preciso ter ciência de uma identidade, ainda que não totalmente explícita. É o amor e o ódio narcísico manifestando-se nas relações raciais hierarquizadas. Segundo Cida Bento, “o amor narcísico está relacionado com a identificação, tanto quanto o ódio narcísico com a desidentificação” (Bento, 2002, p. 44).

O conceito de *pactos narcísicos da branquitude* descreve os mecanismos psicossociais pelos quais a identidade branca se mantém e é reproduzida, reforçando a supremacia branca e o racismo estrutural. De acordo com Bento, esses pactos são formas de defesa da identidade branca diante de desafios e ameaças à sua posição de privilégio. Eles são baseados em mecanismos de negação, invisibilização e silenciamento que permitem que os brancos evitem reconhecer sua posição de poder e a responsabilidade na manutenção das desigualdades raciais. Os pactos narcísicos da branquitude, estão, como dito anteriormente, nas entrelinhas do contrato racial e se baseiam em um narcisismo coletivo, em que os brancos se veem como superiores e valorizam sua própria identidade e cultura, negando as experiências e conhecimentos das pessoas não-brancas.

A partir da leitura de Cida Bento é possível identificarmos quatro tipos de pactos: 1) pacto da invisibilidade, que consiste em negar ou minimizar a existência do racismo e suas consequências, reforçando a ideia de que a igualdade racial já foi alcançada ou que não há problemas significativos a serem abordados; 2) pacto de silêncio, que envolve evitar discussões sobre racismo e evitar confrontar atitudes e comportamentos racistas, perpetuando assim a negação do problema; 3) pacto da neutralidade racial, pois compreendem que a identidade branca é neutra e universal, considerando outras identidades raciais como “diferentes” ou “exóticas”. Isso implica na invisibilização das experiências e perspectivas não-brancas; e 4) pacto da superioridade, que pressupõe a superioridade racial branca, e a desvalorização e desqualificação das culturas e contribuições das pessoas não-brancas.

Esses pactos narcísicos da branquitude atuam como mecanismos de defesa que protegem a identidade branca, evitando a reflexão crítica sobre o racismo e a responsabilidade na transformação das estruturas desiguais. Eles mantêm o *status quo* e perpetuam a supremacia branca, ao negar ou minimizar a existência de desigualdades raciais e a necessidade de ações antirracistas. Ao destacar esses pactos, Cida Bento busca promover uma conscientização crítica e incentivar as pessoas brancas a confrontarem sua própria posição de privilégio, a refletir sobre suas atitudes e a se engajar ativamente na desconstrução do racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tudo isso aponta para a necessidade de se entender as questões étnico-raciais, visualizando a presença do branco como um dos atores principais nas ações discriminatórias e na salvaguarda dos privilégios raciais que ele possui.

Bento acrescenta que a branquitude fomenta a culpabilização e desvalorização do que lhe é diferente, a ponto de tornar-se indiferente com seu sofrimento e violações de direitos, o que a leva a provocar dois questionamentos: “a branquitude é aética? Os valores humanitários ficam suspensos?” (Bento, 2002, p. 146). Uma provocação que essa dissertação faz, à sua maneira, quando tenta investigar como a instituição acadêmica e os/as intelectuais posicionam-se sobre o tema.

Contrariando o que os estudos de Piza elaboraram, para Bento, os brancos sabem que são brancos, pois em seus estudos identifica “algum nível de consciência sobre a discriminação positiva relativa aos brancos [...] Os brancos entrevistados se sabem brancos e se sabem seres de privilégio em nossa sociedade” (Bento, 2002, p. 152). Dessa forma, a branquitude seria a racialidade branca, mesmo quando não nomeada, vista como lugar de privilégios conseguidos via legado do regime escravocrata e da acumulação capitalista, e mantidos através de alianças de proteção mútua dos detentores da brancura, ainda que esses manifestem e sustentem publicamente ações antirracistas, o que Lourenço Cardoso (2008) nomeia de “branquitude crítica”.

Essa proteção se caracteriza pelo não reconhecimento das diferenças raciais na conformação da sociedade brasileira, bem como, quando essas são reconhecidas, do silenciamento quanto à presença do branco como participante dessas relações. O pacto narcísico garante ao branco a possibilidade de não se ver racializado, mas de se ver como ideal e irradiador do que é belo, bom, inteligente e racional. Ou seja, a branquitude se vê, mas tenta disfarçar que não, no intuito de preservar seus privilégios, visto que o reconhecimento das discriminações raciais lhe implica diretamente e de forma positiva, o que requereria

posicionamento ético, moral e crítico frente a essa situação e, para além disso, um conjunto de ações práticas no combate às discriminações, o que fatalmente lhe tiraria do lugar de poder econômico e simbólico.

Falamos aqui de silêncio, não reconhecimento, medo da diferença, desigualdade, e de mecanismos que são acionados para se manter uma estrutura racista em que o branco sai sempre vencedor, mesmo que esses mecanismos estejam bastante diluídos no bacião da democracia racial. É assim que a mais recente contribuição de Muniz Sodré (2023) para o tema se encaixa aqui. Para nós, a branquitude é a estafeta do que o autor chama de “*forma social escravista*”, mas em que sentido? Reparemos.

Em seu mais recente livro, o intelectual Muniz Sodré aborda o tema do racismo brasileiro de forma a defender a ideia de que o racismo no Brasil é ainda elemento constituinte da estrutura social em todas as esferas que se investigue. Mas, diferente do entendimento comumente propalado atualmente sobre o tema, Sodré não advoga a ideia de racismo estrutural, ao menos não nos moldes comuns desse entendimento. Para o autor, o racismo no Brasil é mais profundo, mais complexo, visto que, atualmente ou desde o pós-abolição, a sociedade brasileira deixou de funcionar sob um sistema econômico, político e jurídico da escravatura, mas a forma, os sentidos da organização social como um todo se mantêm racista, ou seja, os elementos estruturantes foram formalmente extintos, mas o modo de organização cotidiana de uma sociedade escravista pode ainda ser encontrado.

Resta arraigado nos processos e nas dinâmicas sociais algo como um “sentimento racista”, uma forma de ver, pensar, interpretar, planejar e gerir o mundo que mantém as lentes com as mesmas regras do jogo escravista, que Sodré (2023), entende como uma sociedade em que vigora uma organização pautada por uma “forma social escravista”. Esta forma social funcionaria como uma paraestrutura, ou seja, funcionaria mesmo fora ou “ao lado” do que entendemos como estrutura propriamente dita, no caso, da estrutura jurídico-política da escravidão. Uma paraestrutura que é facilmente encontrada nas práticas sociais.

O fator econômico, ou de classe, não deixa de ser pensado, mas é remanejado para uma compreensão do que ele entende como “dinâmica das afecções ou dos afetos”, ou seja, do âmbito do sensório. Caso contrário, continuaríamos a correr o risco de buscar justificativas nas macrocategorias e desprezando o micro, o que pode tornar o racismo “invisível diante da altura ou (elitismo) categorial que o contempla” (Sodré, 2023, p. 52). Mesmo que se queira defender

que, no modo capitalista, haveria uma “neutralidade” racial, a realidade demonstra outra coisa, visto que o fator racial está presente com suas muitas facetas e de seu funcionamento nem sempre de forma integrada, ou estrutural, mas com sua imensa capacidade de metamorfose ou camuflagem.

Tal é que Sodré exemplifica, ao analisar a continuidade da “superexploração do trabalho”, que implica em uma “reescravização” da mão-de-obra mais facilmente encontrada no Brasil, ou seja, a mão-de-obra negra. Vide a grande quantidade de pessoas encontradas recentemente em trabalhos considerados análogos ao trabalho escravo – fenômeno cuja racialidade das vítimas carece ainda de investigação e publicidade (Sodré, 2023), configurando expressão do racismo socioeconômico.

Assim, se política e juridicamente a escravidão foi extinta, pois não se tem uma legislação que sustente a discriminação negativa de pessoas de pele escura, no pós-abolição, todavia, os/as ex-escravizados/as não receberam qualquer tipo de paga, indenização, compensação ou reparação, em quaisquer níveis da vida social, que pudesse ampliar suas possibilidades de entrar em igualdade no mundo moderno, no modo de produção capitalista. Estavam fadados/as, dessa forma, à subordinação, à marginalização em um mundo para o qual lhes foram negadas as formas principais de capacitação e sobrevivência. Ao contrário, saberes foram elaborados para essencializar esse “despreparo” – e desprezo.

É com esse entendimento que Muniz Sodré advoga uma maior complexidade no racismo brasileiro, visto que somente a consideração desse diagnóstico – necessidade de reparação econômica – poderia levar a crer que compensações econômicas poderiam, por si só, erradicar o racismo. Para o autor de *O fascismo da cor*, o racismo no Brasil continua vigente ao reinterpretar a estrutura escravista do país, que herda delas as práticas que mantêm as oposições, por isso mesmo funcionaria de maneira autônoma. No entanto, há sempre um grupo parasitando o outro. A branquitude é esse grupo que se vê como superior e parasita os grupos não-brancos, “o que leva à suposição de que o imaginário da raça esteja na base da definição de classe social no Brasil, ou seja, a classe social é sempre racializada” (Sodré, 2023, p. 56-57). O racismo funcionaria dentro das instituições, mesmo sem um aparato estritamente racional ativo, mas na estrutura racista “o racismo aparece como uma significação imaginária central” (Sodré, 2023, p. 59), transmissível e transmitido pelas instituições que catalisam as intenções das políticas discriminatórias de seus esquemas e as dinâmicas das ações humanas anteriores.

Na prática, mudam-se as peças ou a aparência delas, mas o tabuleiro e as regras do jogo continuam. A finalidade do jogo segue voltada à manutenção de um esquema que privilegia uns em detrimento de outros. Assim, o elemento cor da pele é o paradigma racial brasileiro. Uma hierarquia que discrimina, “pautada por um paradigma de brancura parcialmente alheio à suposição de supremacia racial [...], mas atento às aparências; isto é, a cor e ao status social” (Sodré, 2023, p. 60). Nesse sentido, o autor tratará do racismo morfológico/morfofenotípico e do racismo cultural.

O racismo brasileiro é epidérmico, cromático, como já argumentado anteriormente, e o que vai sustentar a brancura de todo o imaginário social, cultural e econômico e, nos termos dessa pesquisa, o imaginário de intelectual, a imagem do intelectual e da inteligência como sinônimos da pele clara. Para Sodré (2023), se o fim da estrutura escravista tivesse abolido a forma social escravista, o Brasil teria uma classe média negra consolidada na atualidade, o que não é realidade, haja vista a classe média majoritariamente branca. Essa constatação só seria explicável se compreendêssemos a existência de “um espírito”, um fator invisível nos ânimos e comportamentos atuais que “transcrevem’ existencialmente as prescrições racistas, seja reproduzindo-as ativamente, seja aceitando-as dentro do curso inercial dos fatos sociais” (Sodré, 2023, p. 68).

Ao realizarmos uma leitura semiótica da presença da cor preta e do elemento negro na sociedade brasileira, é possível concluir que a brancura ainda é símbolo positivo por si só. Os exemplos não faltam e a pesquisa tenta demonstrar com mais elementos a necessidade de uma compreensão ética, uma real vontade de se entender e explicar o racismo da sociedade brasileira, pois o domínio da lei não tem se mostrado suficiente. Podemos dizer, sem exageros, que as leis constantemente são relativizadas, não aplicadas, ou deturpadas para beneficiar a branquitude.

Decorre daí o entendimento de Muniz Sodré e a associação que o autor faz com o fascismo europeu com uma “forma de vida”, relacionando-o ao “conservadorismo senhorial brasileiro, cujos componentes sensíveis cristalizam-se no fascismo nacional” (Sodré, 2023, p. 69). É este sentimento que será responsável pela negação de igualdade e por etnocídios/genocídios que levam determinados grupos a enxergar o “outro” com horror e aversão tanto mais próximos eles estiverem de igualdade.

Nasce, então, o “medo do negro”, ou como já citado, “o medo do outro, do pequeno número” quando ele, na visão do grupo hegemônico, está fora do lugar. O medo do intruso, que nem sempre é nomeado, nem sempre encontra eco na racionalidade dos sistemas organizados, transparece em gestos, ritos, olhares, disposições, rejeições e interdições, cujas circunstâncias podem variar. Não por acaso, a *aparência* conta. Dessa forma, “o racismo é o espelhamento social do sonho elitista de uma sociedade com um povo uno e depurado da ‘mancha da escravidão’” (Sodré, 2023, p. 91).

1.4. Representação social

Chegamos até aqui remando junto com Charles Mills, que nos fala sobre o contrato racial vigente nas sociedades atuais. Também nos apoiamos em Sueli Carneiro, ao incorporar o entendimento de Mills amalgamado com o de Foucault, para defender uma ideia da racialidade como um dispositivo que pode ser armado em qualquer sociedade, com vistas a manter o “Outro” na zona do não-ser. Muniz Sodré contribui para pensarmos o racismo como uma forma social escravista, ou seja, a possibilidade da realidade ser subsidiada por elementos sensíveis, emocionais, afetivos que informam o senso comum, que “limpam o terreno” para a materialização de uma estrutura racista.

Encontramos similaridades no pensamento de Sodré com a ideia de profecia realizadora, da qual nos fala Carneiro. Nessa perspectiva, a representação social de brancos e negros na sociedade brasileira quase se torna cristalizada na sensibilidade dos brasileiros e “a sensibilidade social implica representação, afeto e ação concreta”, como nos fala Sodré (2023, p. 134). É importante, igualmente, tratarmos como a representação social da identidade racial branca dentro do contexto acadêmico e a sua hiper representação é um dos pilares que sustentam a branquitude como símbolo de autoridade e poder.

Em seu mais recente livro, Cida Bento (2023) faz uma observação bastante elucidativa sobre como a representação social, a ideia que se tem de uma pessoa, grupo ou sociedade, pode influenciar a vida das pessoas. Ela nos diz que percebeu “como esse imaginário sobre brancos, expurgado, ‘lavado’ de suas dimensões negativas, por exemplo, do seu lugar de descendência e herança escravocrata, impactava a área de recursos humanos” (Bento, 2023, p. 9). No exemplo trazido por Bento, vemos a forma social escravista materializando o imaginário de que a

escravidão e os problemas dela decorrentes foram resolvidos no dia seguinte da assinatura da Lei Áurea. Os brancos cumpriram o papel que lhes cabia, isto é, de extinguir legalmente a escravidão e, portanto, nada devem a ninguém. Mas a concretude é outra e se faz perceber nas desigualdades de acesso às oportunidades de trabalho bem remunerado, saúde e educação, para ficarmos nos direitos humanos básicos.

A visibilidade ou a invisibilidade de determinados grupos em espaços de poder, em condições favoráveis e dignas, tem o poder de alimentar o imaginário social sobre esses mesmos grupos. É nesse sentido que compreendemos a representação social da identidade racial branca no contexto acadêmico e a sua hiper representação como um dos alicerces que sustentam a branquitude como símbolo de autoridade e poder. Penso que a branquitude acadêmica maneja o dispositivo de racialidade de forma a se perpetuar como o “cérebro do mundo”, irradiador e validador do que é verdade e mentira, bom ou ruim, válido ou inválido. Para tanto, manipula os signos, as representações (Sodré, 2023).

Em texto de 1998, Muniz Sodré nos falava como os discursos que circulam na sociedade possuem um papel importante tanto na “produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo. Desses discursos provêm os modelos cognitivos e as atitudes relativas às minorias de qualquer natureza, especialmente os negros na sociedade ‘clara’ do Ocidente” (Sodré, 1998. p. 23). Os discursos imagéticos prestam um serviço bastante favorável à branquitude, uma vez que plasmam sua imagem. Nas palavras poéticas de Paulina Chiziane:

Os invasores falam dos seus atos com palavras soberbas:
ocupação chamaram de cruzadas, descobertas
escravatura e colonialismo chamaram de civilização
Descrevem a colonização como uma causa divina
(CHIZIANE, “Nomes, sílabas, fonemas”, 2018, p. 73).

Dizem-se muitas mentiras em nome da Filosofia
Com palavras rebuscadas enrolam-se as mentes
Mente-se sobre raças, continentes e pessoas
E sacralizam-se os crimes contra a humanidade

(CHIZIANE, “Harmonia”, 2018, p. 115).

Nos dois trechos dos poemas da Moçambicana Paulina Chiziane, vemos como o imaginário pode ser torcido para beneficiar pessoas ou grupos. Alimentar o senso comum com informações distorcidas ou incompletas é uma estratégia bastante profícua da branquitude na construção de um mundo no qual ela seja encarada como centro. Os poemas contêm a mesma mensagem da fala de Cida Bento, quando ela nos informa que “os pactos narcísicos exigem a

cumplicidade (quase sempre) silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram” (Bento, 2023, p. 121).

O que se questiona é como um grupo que praticou tamanhas crueldades por um tempo tão longo conseguiu e consegue sustentar a ideia de símbolo da perfeição? A negativa na participação desses atos é uma das respostas. Mas, quando não é possível negar, ameniza-se, ao naturalizar as diferenças. Para tanto, é preciso delimitar espaços físicos, sociais, culturais e econômicos e fixar o perfil de quem ocupa esses lugares, pois, como bem diz Sueli Carneiro: “é preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa ser naturalizada” (Carneiro, 2023, p. 21). É esse o sentido do que ela chama de profecia autorrealizadora, ou seja, no funcionamento do dispositivo de racialidade, pessoas ou grupos possuem papéis definidos e os outros elementos do dispositivo irão funcionar para que esses papéis sejam cumpridos de uma maneira ou de outra. O dispositivo é uma armadura que, ao mesmo tempo que demonstra poder, protege o poder. O “EU hegemônico” se constituiu destituindo o outro ao designá-lo como outro. Uma operação para a qual convocou-se a filosofia, a história, as ciências, inclusive as sociais, as religiões, a literatura etc.

Se a intenção é ser reconhecido como mais inteligente, o dispositivo de racialidade funcionará para que pessoas brancas tenham mais e melhores condições de educação do que outros grupos raciais. Se o que se quer é fazer crer na ideia de pessoas negras associadas ao crime, à violência e à preguiça, elaboram-se leis da vadiagem, medidas que garantam subemprego e desemprego sistêmico, o super encarceramento de jovens negros etc. Dessa forma, a profecia se autorrealizará sem que, necessariamente, se tenha uma lei escravocrata vigente, pois o dispositivo de racialidade, quando em operação, se beneficia das representações sociais construídas ao longo do tempo, pois saberes foram erigidos dentro de relações de poder e, por conseguinte, o poder produziu saberes que beneficiam seus detentores. Nas palavras de Carneiro (2023, p. 39), “o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça, produzidos no interior de relações de poder”.

Como dito anteriormente, o epistemicídio, no entendimento de Sueli Carneiro (2023), é parte indissociável do dispositivo de racialidade. Carneiro identifica ao menos seis (06) formas com que o epistemicídio se manifesta na contemporaneidade no interior das universidades brasileiras: 1) ele cria um antagonismo entre o que seria discurso acadêmico e discurso militante

em que, via de regra, os conhecimentos produzidos por pessoas negras é desqualificado ao ser alocado dentro de uma perspectiva de militância, não neutro; 2) a perspectiva branca sobre as relações raciais é priorizada; 3) o engessamento das bibliografias e referenciais teóricos dos quais prepondera autores brancos; 4) a dificuldade de intelectuais negros alcançarem prestígio social pela sua produção; 5) pessoas negras são tidas como fonte de saber e não necessariamente como autoridades sobre algum tema racial; e 6) quase sempre os intelectuais negros são “aprisionados ao tema exclusivo do negro” (Carneiro, 2023, p. 48).

Disso retemos o seguinte: se a pessoa negra é fonte e não autoridade, se ela só é autorizada a falar de raça e racismo e, quando fala, trata-se de militância e não de produção de conhecimento sobre o tema, não se ocupam os espaços tendo a negritude como referência, tampouco eventos acadêmicos que podem se constituir como um momento de reconhecimento social de sua intelectualidade. No lado oposto, cabe à pessoa branca ocupar esse lugar social e representar a figura do conhecimento.

Diante desse quadro, temos visto que a universidade acatou a política de ingresso e de permanência dos estudantes não-brancos, mas não tem sido eficaz na produção de medidas internas que promovam uma educação antirracista com vistas à transformação do status de espaço hegemonicamente ocupado por pessoas de pele branca, que se beneficiam de tal condição fenotípica, e de todo o imaginário fantasmagórico criado em torno do conceito de raça, que as coloca em uma pretensa superioridade em relação às pessoas não-brancas, e assim, mantêm sob seu controle os bens simbólicos, econômicos e sociais, reservando lugares de subalternidade e invisibilidade aos que não se enquadram no seu grupo.

A intelectual estadunidense bell hooks, que tinha medo de ser aprisionada pelas burocracias, normatividades e parcialidades da academia – que identifico como elementos constituintes do dispositivo de racialidade em operação nas universidades –, defende em suas obras que a sala de aula precisa ser um local de partilha, em que se crie possibilidades radicais de aprendizado através da ampliação do verdadeiro interesse em ouvir diferentes vozes, reconhecer, respeitar as diferenças de classe, raça, geração, sexualidade. Essa não abertura para as diferenças, na visão de hooks, torna a academia “moribunda e corrupta” (hooks, 2017, p. 45).

Em um contexto de colonialidade do saber, é preciso, nas palavras do prof. Diego dos Santos Reis (2020, p. 10), “problematizar os modos de enunciação unívocos, monofônicos e universalistas, que se materializam na força impositiva do cânone moderno/colonial,

manifestadamente nos currículos acadêmicos e na produção científica atual”. Essa atitude coaduna com os estudos pós-estruturalistas, que empreendem trabalhos pautados em problematizar e se contrapor aos discursos hegemônicos, numa busca por histórias não contadas e na desconstrução de narrativas fixadas como verdades absolutas.

Lélia Gonzalez (2020), ao abordar o tema da discriminação racial e da representação social, em especial das mulheres negras na sociedade brasileira, afirma que:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representação social, mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto alvos como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular [e todas as pessoas negras] desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (GONZALEZ, 2020, p. 42).

A argumentação de Gonzalez é bastante contundente, ao resumir o processo de discriminação que se efetiva através de representações sociais repisadas de pessoas negras associadas ao que é ruim e a hiper representação de pessoas brancas com o que é bom. Lélia aponta para uma construção mental, um senso comum da naturalização das desigualdades raciais e de gênero em todos os níveis da vida humana. O processo de naturalização da negatividade negra e da positividade branca começa cedo, com a representação de pessoas negras de forma negativa e das pessoas brancas sempre de forma positiva nos livros escolares, procedimento que se repete na publicidade, no audiovisual e nas telenovelas.

Um simples e já rotineiro exemplo é o sucesso mundial da telenovela *A escrava Isaura*, em que o mundo se comove com o sofrimento de uma pessoa escravizada, mas somente porque ela é uma mulher branca, uma vez que os outros escravizados da novela não receberam o mesmo afeto e torcida que a mocinha escravizada, que mais parecia uma sinhá. Não é preciso dizer que os horrores da escravidão só se tornaram horrores para a branquitude quando a vítima passou a ter os mesmos traços fenóticos da branquitude. Rosa, a escrava preta, foi alçada a co-vilã ao lado do escravocrata branco nas maldades contra Isaura, mesmo Rosa tendo sofrido os mesmos – e até mais violentos – castigos, interdições e mazelas, não foi alvo do afeto da audiência.

Em algum lugar aqui, já falamos sobre como o sofrimento de pessoas brancas parece ser maior quando comparado ao de pessoas negras. Mas o exemplo da telenovela nos serve como chave para ilustrar toda a tessitura do que González chamou de “racismo cultural”, em que a raça determina até mesmo o nível de afeto que uma pessoa irá receber.

Nesse sentido, Achille Mbembe (2018) nos informa sobre como a raça, “um complexo de microdeterminações”, se torna “uma realidade especular e uma força pulsional. Para que possa operar enquanto afeto, instinto e *speculum*, a raça deve se converter em imagem, forma, superfície, figura, e, acima de tudo, estrutura imaginária” (Mbembe, 2018, p. 68-69). No caso da racialidade branca, essa “estrutura imaginária” será abastecida de imagens positivas, desejáveis, que irão se traduzir em benefícios concretos para o grupo em escala mundial. Em suas palavras: “a fantasia do branco age, desse ponto de vista, como uma constelação de objetos de desejo de marcadores públicos de privilégio. Esses objetos e marcadores afetam tanto o corpo quanto a imagem, a linguagem e a riqueza” (Mbembe, 2018, p. 90).

Mas Mbembe acrescenta um ponto importante nesse imaginário, que é o imaginário com total esteio na concretude dos fatos, de que a branquitude foi e é associada ao poder destrutivo. Vimos nas narrativas indígenas sua associação à morte. Aliada à contínua ideia do branco como superior, encontramos o branco como produtor de violências sem comparação:

[...] a fantasia do branco foi bem-sucedida nisso porque, por fim, se tornou a marca de um modo ocidental de estar no mundo, de uma determinada figuração da brutalidade e da crueldade, de uma forma singular da predação e de uma capacidade inigualada de sujeição e de exploração de povos estrangeiros [...] São essa violência estrutural e o modo como contribuiu para uma redistribuição profundamente desigual dos recursos da vida e os privilégios da cidadania numa escala planetária que conferem à fantasia do branco parte do seu apuro. (MBEMBE, 2018, p. 91).

O dispositivo de racialidade, para a branquitude, funcionou não só como estratégia de diminuição de outros povos, mas como um vírus que contamina tudo com a ideia de superioridade branca e, como todo vírus, é temido por causa das dores imensas que pode causar. Ao tratar das representações, Moscovici (2015, p. 32) nos faz pensar que elas são “um conjunto de estímulos feitos pelos homens, que têm a finalidade de servir como um substituto a um sinal ou som que não pode ocorrer naturalmente”.

Assim, ao falarmos de representação social, estamos falando de estímulos produzidos para se criar uma realidade que será convencionalizada e prescrita tornando “familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (Moscovici, 2015, p. 54). As estratégias para se criar ou sustentar essa realidade podem ser inúmeras. Moscovici cita a invisibilização de outros, no sentido de que a invisibilidade de algumas pessoas ou grupos, em determinadas situações, não seria um esquecimento ou desinformação, mas uma “fragmentação preestabelecida da realidade” (Moscovici, 2015, p. 31).

Toda nossa investigação aponta para a invisibilização dos grupos não-brancos em espaços de poder, decisão e sucesso, enquanto demonstra a super visibilização, a saturação da branquitude nesses mesmos espaços e lugares. Seguindo esse raciocínio, ao encontramos a prevalência quase exclusiva de corpos brancos nas imagens e, principalmente, exercendo o papel de cientista, produtores de conhecimento, alimentando o imaginário da branquitude como a cara da intelectualidade, compreendemos então que há um efetivo “controle dos rostos” ou *Gesichtskontrolle*, conceito que fomos buscar na caixa de ferramentas de Muniz Sodré, para quem esse controle “passa pela decisão cotidiana sobre quem pode entrar em clubes, boates, restaurantes de luxo ou mesmo ser aceito para seguros de automóveis” (Sodré, 2015, p. 19). No caso de nossa investigação, trata-se do controle de quem pode aparecer no exercício do papel da intelectualidade *pública*:

Entendemos que o controle de quem pode ser visto como o “rosto da universidade” e como cientista está nas mãos da branquitude, logo ela sustém a ideia de que o branco é superior intelectualmente, numa persistente hierarquização da vida social. Esse controle sobre os rostos, garante que a imagem do homem branco seja reincidentemente afirmada como positiva, superior, limpa, pura, sempre associada ao bem, bom, belo e desejável (ideal de branqueamento), enquanto, a falta do rosto negro em lugar de poder, em situações positivas, de beleza e de inteligência, aliadas a ausência de imagens negativas de pessoas brancas e a exploração de imagens negativas de pessoas negras servem para reiterar a construção racista do ser negro como cultural e intelectualmente inferior ao branco (RIBEIRO, 2022, p. 3).

O trecho acima foi retirado de um artigo que escrevi em 2022, portanto, já no bojo dessa dissertação e que se soma a ela como mais um exemplo empírico da branquitude acadêmica que abordaremos no próximo capítulo.

2. “A COTA PARA BRANCO É QUASE 100%”²¹

*No sertão da minha terra, fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força, parece até que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro e ver tudo verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada, de viola em vez de enxada.
Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos
Peixe bom dá no riacho de água tão limpinha, dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada, conta histórias pra moçada.
Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante
Não esqueça, amigo, eu vou voltar, some longe o trenzinho ao deus-dará.
Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha pra apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha.*

(NASCIMENTO, 1967)

A história/poesia/manifesto-musicada, composta pelo intelectual e pensador do Brasil Milton Nascimento, que abre este capítulo, ilustra bem como a educação formal impacta de diferentes formas a vida das pessoas. Na crônica, acompanhamos a passagem do tempo sobre duas crianças na fazenda Morro Velho. Um é filho de preto e outro, filho de branco. Crianças unidas pelas criancices da vida.

Apesar das diferenças latentes de acesso aos bens econômicos e sociais, os dois jovens camaradas conviviam de forma quase equivalente em termos de conhecimento de mundo, do fruir da infância e da vida, mas só aparentemente, pois Nascimento demarca com um substantivo qual era a real condição de uma dessas crianças, pois ela é uma “fazenda”, ou seja, é uma propriedade, um bem, um bem que trabalha com afinco, quase como se a terra fosse sua. Mesmo dentro desses termos contratuais, ambos encontravam prazer na relação, pois a “fazenda” pode ser compreendida como a amizade entre os dois rapazes. Nessa relação o filho do preto ainda encontrava tempo e força para trocar a enxada pela viola e contar histórias para seu companheiro, o filho do branco, com quem corria atrás de passarinhos e pescava.

Em *Morro Velho* é o filho do preto que, apesar da mesma idade do outro, conduz os camaradas na socialização, na cultura, no conhecimento da terra e tendo esse conhecimento respeitado. Mas o trenzinho da vida passa e ao passar, leva o filho do branco para estudar na cidade grande. Um tempo programado, um tempo reservado, um tempo exclusivo para estudar.

²¹ Adaptação de uma frase de Cida Bento (2022).

É o momento da *cisão*, em que os camaradas se separam em tudo. É o momento em que se escancara o recorte sociorracial, momento em que o dispositivo de racialidade é posto a funcionar de maneira mais acelerada para distribuir os dividendos do racismo entre os camaradas.

Nascimento nos faz abandonar o ponto de vista do camarada preto para nos fazer ver o crescimento do camarada branco na viagem do trem da vida. Quando o trem o traz de volta, já não o traz como um menino que corre atrás de passarinho e escuta a viola do camarada preto, mas traz um doutor, um homem casado com a sinhá-mocinha, uma das figuras femininas símbolos da escravidão. O juvenzinho agora manda em tudo na fazenda, inclusive no velho amigo preto. Não há mais nem espaço para a brincadeira, só para o trabalho.

Dedilhando seu violão e cantando com sua voz de deus quase invariável, Nascimento marca, através do vocabulário, a mudança sociorracial dessa fazenda/relação: camaradas, filho do branco e do preto, filho do senhor, sinhá mocinha, doutor, trabalhador. Os títulos vão sendo agremiados pelo camarada branco de forma vertiginosa. Enquanto o filho do preto trabalha, o do branco usufrui dos frutos do trabalho do seu velho camarada, a quem vai passar a dar ordens. O título de doutor transforma os dois, transforma a fazenda, o Brasil. A educação formal chegando para cada um de formas opostas e garantindo essa oposição desde que ela positive econômica e simbolicamente o lado que detêm o título.

Milton Nascimento (1967), em seu disco de estreia nos dá a letra sobre a desigualdade de acesso à educação formal e, portanto, das possibilidades de ascensão social e econômica. Demarca como ela é um ponto de inflexão nas relações e na forma como se vai viver a vida. Tanto é assim que, na primeira prensagem do disco, encontramos este trecho da música que antecede a já citada e que fala de trabalho e de salário melhores após os estudos:

Trabalhando o sal
Pra ver a mulher se vestir
E ao chegar em casa
Encontrar a família a sorrir
Filho vir da escola
Problema maior de estudar
Que é pra não ter meu trabalho
E vida de gente levar

(NASCIMENTO, 1967, grifo nosso)

Vemos a educação como o caminho esperançoso de um pai para o filho, de um pai que quer um outro modo de viver que não só extenuar-se no trabalho em busca de um parco salário. Levar vida de gente está intrinsecamente ligado à condição de educação que se tem. O contrário é a labuta, é construir a riqueza para outros usufruírem. Não à toa, a educação foi e é um grande fator de disputa na sociedade brasileira. E as estatísticas vêm demonstrando que o filho do branco tem sistematicamente saído na frente desde os anos iniciais de estudos e, principalmente na academia, eles têm diante de si um caminho já bastante pavimentado que facilita sua corrida rumo à vida de gente.

Usamos a literatura e a música, pois concordamos com Sodré quando ele diz que a arte, o texto, nesse caso, a música-literatura é “lugar privilegiado para o escrutínio da ética conformadora de consciências [...] é cena das vicissitudes da representação e das ideologias identitárias” (Sodré, 2015, p. 164). Na literatura, ou na arte brasileira de forma geral, podemos afirmar que o desenvolvimento de personagens negros e brancos se deu de forma binária, em que os primeiros são desqualificados e os outros alçados ao posto de parâmetro de qualidade. Assim, temos “ao longo dos tempos, uma imagem sombria e desfavorável que se incorpora às representações intelectualizadas e, subsequentemente, ao senso comum das populações de cor clara” (Sodré, 2015, p. 170).

Neste capítulo, abordaremos a branquitude na academia, com o intuito de demonstrar como o campo da educação formal, em especial o nível de ensino superior, foi utilizado pela branquitude como ferramenta institucional de preservação e defesa de ideias racistas, excludentes e inferiorizantes a respeito das pessoas negras e indígenas no Brasil, o que garante seu local de não-racializado, ou em último caso, de uma raça superior intelectualmente.

Pretendemos expor características da branquitude, especificamente daquela que domina as universidades brasileiras. Interessa-me investigar os instrumentos que ela utiliza a seu favor e como se comporta quando as bases que sustentam seu domínio sofrem qualquer abalo. O que Milton Nascimento já tratava em *Morro Velho*, lá nos idos de 1967.

2.1. O ensino superior no Brasil

Entendemos que há vasta produção intelectual que aborda a questão da não presença de pessoas negras e indígenas na educação formal brasileira, sobretudo no ensino superior. Entre

os textos que abordam a exclusão de pessoas negras e indígenas na história da educação superior no Brasil, podemos mencionar *O Silêncio dos Vencidos: Exclusão Racial e Educação Superior no Brasil*, de Kabengele Munanga; *Caminhos Cruzados: a Universidade e as Populações Afro-Brasileiras*, de Nilma Lino Gomes; *Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios*, organizado por Maria Aparecida Silva Bento e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; e, ainda, *A Invenção do Ser Negro: Um Percurso das Ideias que Naturalizam a Inferioridade dos Negros*, também de Kabengele Munanga.

Esse conjunto de textos é capaz de nos pôr a par de como a educação superior no Brasil foi e tem sido marcada por desigualdades e exclusões, especialmente em relação à presença de pessoas negras e indígenas em seus bancos. Durante muitos anos, o acesso e a permanência desses grupos na educação superior foram limitados, devido a barreiras estruturais, preconceito racial e falta de políticas públicas de reparação.

Durante o período colonial, a educação era voltada principalmente para a elite branca e privilegiada, com poucas oportunidades para a população negra e indígena. Os jesuítas, que eram responsáveis pela educação no Brasil na época, não priorizavam o ensino para esses grupos. A educação para os indígenas era mais voltada para a catequese e assimilação cultural do que para a formação acadêmica.

Após a independência do Brasil, houve algumas iniciativas para expandir o acesso à educação superior, como a criação das primeiras faculdades de direito e medicina. No entanto, a presença de pessoas negras e indígenas nessas instituições era extremamente limitada, em grande parte devido à segregação racial e à exclusão social vigentes na sociedade.

Durante o período da República Velha (1889-1930), a educação superior continuou sendo dominada pela elite branca, com pouca representatividade de pessoas negras e indígenas. As políticas de imigração promovidas pelo governo nesse período buscavam o “branqueamento” da população, priorizando a entrada de imigrantes europeus em detrimento dos brasileiros negros e indígenas.

Foi somente a partir da segunda metade do século XX que surgiram movimentos e políticas voltados para a expansão da educação pública superior. Os movimentos negro e indígena lutaram pela democratização do acesso, pela implementação de políticas de ação afirmativa e pela valorização das culturas e conhecimentos desses grupos. Na década de 2000, após intensa luta e amplos debates, foram instituídas as cotas raciais e sociais em diversas

universidades brasileiras, como forma de promover a inclusão e a diversidade na educação superior. Essas ações afirmativas têm contribuído para aumentar a presença de pessoas negras e indígenas nas universidades, ampliando suas oportunidades de acesso ao conhecimento e à formação acadêmica.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma verdadeira inclusão e igualdade na educação superior. É necessário combater o racismo estrutural, investir em políticas de permanência e valorizar a diversidade de saberes e perspectivas trazidos por pessoas negras e indígenas nas instituições de ensino. Isso requer a criação de espaços seguros e acolhedores, além do fortalecimento de programas de assistência estudantil e políticas de valorização da diversidade étnico-racial.

Apesar dessa pesquisa ter como horizonte de análise a branquitude, com foco no ensino superior, não podemos nos furtar de olhar, por exemplo, para dados do ensino médio, visto que é nele que os/as estudantes começam a se preparar para a disputa de uma vaga nas universidades. Assim, trazemos um brevíssimo, mas importante dado, recentemente apresentado pela Organização da Sociedade Civil (OSC) “Todos pela Educação”.

Em maio de 2023, a referida organização realizou um levantamento em que compara os dados de matrícula *versus* conclusão do curso dos estudantes brancos e negros no ensino superior, utilizando os dados do IBGE colhidos entre 2012 e 2022. O levantamento concluiu que o acesso de jovens negros em comparação aos jovens brancos, mesmo quando se percebe avanços, ainda equivalem a 10 anos de atraso para os primeiros. A OSC, em sua nota técnica, afirma que

a desigualdade não diz respeito às capacidades de pessoas negras. Os números revelam o resultado de um ciclo de exclusão desse grupo sub-representado que, no contexto educacional, também é determinado por décadas de ausência de uma política de educação para equidade das relações étnico-raciais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2023, p. 4).

Ainda nesse diapasão, trago os dados do *Observatório de Educação: ensino médio e gestão*, do Instituto Unibanco, entendendo que um banco, ao falar de educação, tenderia a escamotear diferenças raciais. Mas o que encontramos é que o *Observatório* aponta que, em 2019, 10,8% de estudantes negros contra 6,6% de estudantes brancos estavam fora da escola; 19,8% dos estudantes brancos nesta mesma faixa de idade estudavam em escola privada, enquanto 6,9% de negros estão nesta modalidade de ensino. A faixa de abandono de estudantes

negros é o dobro da taxa de brancos, e o maior número de abandono ocorre ainda no primeiro ano do ensino médio, o que, conseqüentemente, leva a uma taxa de distorção que:

[...] é calculada em anos e representa a discrepância entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. A distorção é uma consequência de problemas ocorridos ao longo da vida estudantil dos alunos: se um aluno abandonar, reprovar, evadir da escola e voltarem períodos seguintes, ele não terá mais a idade correta para frequentar a série (OBSERVATÓRIO, 2019, s.n.).

Assim, tomamos conhecimento de que 21,2% dos estudantes negros apresentam distorções entre idade e série recomendada, o que aponta para uma maior incidência de intempéries durante o seu percurso escolar. A distorção chega a 44% quando desagregamos os dados do período noturno. Interessante mencionar que a taxa de reprovação/aprovação entre estudantes negros e brancos é quase a mesma, indicando que o problema não está na capacidade de uns sobre os outros e, sim, em problemas sociais externos. O padrão de equilíbrio sofre uma variação quando analisamos a média de notas no ENEM. Nesse quesito, há sim uma variável relevante de diferença de aproveitamento/absorção de conteúdo, chegando a uma média de 20% de notas superiores quando o estudante é branco (OBSERVATÓRIO, 2019, s.n.).

Os dois estudos, nos informam que há sim uma grande discrepância, uma desigualdade latente de acesso, permanência e sucesso de estudantes negros e brancos ainda no ensino médio, o que vai se refletir diretamente no ensino superior e, por conseguinte, no mercado de trabalho, na ascensão socioeconômica e nas relações sociais entre brancos e negros, bem aos moldes do que Milton Nascimento aponta nas letras das canções que ouvimos e lemos acima.

Consideramos importante, ainda que de maneira breve, registrar aqui apontamentos sobre o nível de ensino superior no Brasil, com intuito de verificar como as políticas públicas e o arcabouço de legislações nacionais podem ter impactado, por exemplo, na constituição dos quadros docentes das universidades brasileiras. Buscamos entender, ainda, como o campo acadêmico/científico lidou e lida com o racismo institucional, uma vez que vemos a formação de um efeito dominó preparado para derrubar boa parte da população negra do quadro de diplomados e titulados academicamente. Penso que tudo isso revela o dispositivo de racialidade funcionando em perfeito silêncio e sincronia. Silêncio que só se rompe quando os movimentos negros erguem a voz.

Insta lembrar que o quadro apresentado pelos dois institutos civis não é de uma sociedade cujo acesso aos bens da democracia são restritos legalmente, mas eles são dados de

uma política educacional universal, pautada nos ditames da Constituição Federal de 1988, cujo teor insere a educação como pilar da democracia brasileira e que deve ser oferecido e disponibilizado igualmente para todas as pessoas. Digo isso pois, mais à frente, iremos tratar da mobilização de intelectuais renomados contra as políticas de igualdade racial e, em especial, contra as cotas raciais no ensino superior. Tal mobilização tem em comum uma ferrenha defesa da universalização do ensino de qualidade, pois esta seria a forma de inclusão mais rápida e democrática possível num país miscigenado como o Brasil.

Os dados que trazemos atestam exatamente a falência da política universalista, pois revela que ela ou avança pouco ou não avança nada na construção de uma sociedade educada igualmente. Logo, apontam para a necessidade de uma nova forma de combate às desigualdades educacionais. Por hora, é preciso afirmar que não se pode negar que o trem da educação no Brasil leva uns e deixa outros sem a menor cerimônia, e quando os devolve, devolve com um cristalizado rastro de benefícios sócio-econômicos-culturais para pessoas brancas, o que será alardeado como meritocracia.

Poucos anos depois que Milton Nascimento nos fez refletir sobre o efeito do acesso à educação nas relações de poder entre dois jovens, o escritor Jorge Amado publicaria o livro *Tenda dos Milagres* (1969). Nele, o personagem principal, Pedro Archanjo, um “mulato pardo” (conforme descrito no livro), candomblecista, bedel da Faculdade de Medicina da Bahia, mesmo sem formação acadêmica, tornar-se-á no decorrer da história um intelectual importante, o foco de seus estudos é a defesa da mestiçagem como característica principal do brasileiro e que, por consequência, o racismo não poderia encontrar lugar no seio da nação.

A mestiçagem é tema central na trama de *Tenda dos Milagres*, mas isso não nos interessa aqui neste momento. Pois bem, nos interessa no livro o ponto em que o pensamento do mestre Archanjo causa interesse em um renomado intelectual americano, que chega ao Brasil para “conhecer a cidade onde viveu e trabalhou um homem notável, de ideias profundas e generosas, um criador de humanismo” (Amado, 2010, p. 24). Como ele se vê atônito com o desconhecimento da academia sobre ele, mesmo às vésperas de seu centenário de nascimento, tem-se início uma investigação sobre quem foi Pedro Archanjo e sua importância para a intelectualidade brasileira: “a notoriedade, o reconhecimento público, o aplauso, a admiração dos eruditos, a glória, o sucesso — inclusive mundano, com a citação de seu nome nas colunas sociais e gritinhos histéricos de mulheres de primeira ordem, insígnias e dadivosas — Pedro Archanjo só os teve *post-mortem*” (Amado, 2010, p. 25).

Após o aval do americano branco,

começou então a corrida em torno de Archanjo e de sua obra. Muito papel, muita tinta e muito espaço em jornal foram gastos, a partir da entrevista de Levenson, para saudar, analisar, estudar, comentar, louvar o injustiçado escriba. Era necessário tirar o atraso, corrigir o erro, apagar o silêncio de tantos anos (AMADO, 2020, p. 29).

Essa breve descrição já poderia nos servir para trazer à memória diversos autores e intelectuais cuja *intelligentsia* brasileira só passou a dar crédito após seu reconhecimento internacional: Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, Milton Santos, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e outros/as.

Contudo, é no filme homônimo, lançado em 1977, com direção de Nelson Pereira dos Santos, que uma cena nos chama atenção. Na adaptação cinematográfica, o jornalista e narrador da história realiza um filme sobre Pedro Archanjo Oju Obá, “um dos maiores cientistas sociais do mundo”. Temos o seguinte diálogo:

Editor da película: é, mas pra mim, **esse cabra aí não tem cara de cientista não**”. (Na tela vemos a imagem de um homem negro, o próprio Archanjo)

Diretor: Ah, Dadá, **cientista tem cara** Dadá?

Alguns takes depois...

Editor: sem querer ofender a ninguém, **pra mim quem tem pinta de cientista é esse cara aí**. (Na tela vemos a chegada do renomado sociólogo norte-americano, James D. Levenson – branco, louro de olhos azuis).

Tanto a história do livro quanto a cena de abertura do filme servem de exemplo para dois movimentos da branquitude acadêmica. O segundo movimento conversa diretamente com a questão da representação social de quem pode ser (re)conhecido como cientista, intelectual. Dadá, o montador do filme, expressa a incompatibilidade do negro Pedro Archanjo com a imagem de um cientista de prestígio, enquanto vaticina a ideia de que o homem branco já tem “pinta” de quem produz conhecimento científico, mesmo ele tendo viajado ao Brasil para beber na fonte de conhecimento de Archanjo.

No filme e no livro *Tenda dos Milagres*, a negritude de seu herói e de outros personagens será sempre um causador de interrogação sobre a possibilidade de encontrar algo intelectualmente digno daqueles que possuem tal característica. Em ambos, o caráter antirracismo é bastante nítido, ainda que a ideia principal, ou seja, a mestiçagem, o embranquecimento, a democracia racial, seja bastante questionável e hoje já decantada e insustentável como caminho para a destruição do racismo. Em suma, nossa análise nos leva a encontrar nesses dois produtos culturais a expressão das desigualdades de acesso à educação

formal e, portanto, aos benefícios socioeconômicos e simbólicos, desigualdades informadas pelo quesito racial. Não à toa, um simples funcionário de uma faculdade, ao demonstrar sua capacidade intelectual, a despeito do conhecimento produzido no seu local de trabalho, incomoda os doutores dali a tal ponto que os acadêmicos não veem outra coisa a fazer se não se mobilizarem para descredibilizar o conhecimento produzido pelo bedel Arcanjo.

2.2. A branquitude acadêmica

No primeiro capítulo, tratamos de branquitude de forma geral, informando aspectos comuns dessa identidade racial, que é elemento indissociável no dispositivo de racialidade atuante no Brasil. Nele vimos como a branquitude se estabelece como identidade racial em relação aos Outros, como ela estabelece pactos narcísicos para autoproteção, bem como tenta a todo custo não se deixar racializar, uma vez que o processo de racialização o coloca como ser comum e não como o “EU” por excelência e por essência do que é humanidade. Como nos diz Cardoso:

[...] o branco foi aquele que disse: não sou racialidade (raça-etnia), sou humano. Não sou ‘raça’, sou brasileiro. Não sou ‘raça’ nem ‘etnia’, sou ‘mestiço’. O negro sempre a observá-lo disse entre si: “Branco, o branco é branco”. Porém não possuía “autoridade” acadêmica para dizer ao branco que ele é também pertença étnico-racial. Enquanto o branco acadêmico disse ao negro: você é negro (CARDOSO, 2022, p. 17).

Nesse tópico, retomaremos alguns aspectos característicos da branquitude, mas reservando nosso olhar para o *modus operandi* da branquitude no contexto acadêmico, ou seja, nos interessa evidenciar a “branquitude acadêmica” e suas estratégias no âmbito da educação superior para se perpetuar como figura-chave do pensamento, das epistemologias e das ciências. O intuito é tentar compreender as características do que chamamos de *branquitude acadêmica*, para, no terceiro capítulo, verificarmos empiricamente como essas características se manifestam na contemporaneidade, ou seja, elas não são fenômenos isolados no passado, mas estão incrustadas na gênese da educação formal superior brasileira.

O termo “branquitude acadêmica” tem sido utilizado pelo professor doutor Lourenço Cardoso desde 2020. O termo aparece como subtítulo do livro que Cardoso publicou baseado em sua tese de doutorado, defendida em 2014. Apesar de não haver nenhuma definição direta sobre o que ele chama de “branquitude acadêmica”, sua tese, somada ao artigo intitulado *A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca*,

o pesquisador branco e o objetivo-fim, de 2022, possui elementos suficientes para preencher o conteúdo semântico do termo, não sendo ele somente uma expressão solta.

Com base no que nos propõe Lourenço Cardoso, diríamos que a branquitude acadêmica seria uma expressão particularizada da branquitude em sentido geral. Assim é que, tendo o branco acadêmico como objeto de estudo, podemos encontrar características, modos de ação que vão dar uma espécie de identidade branca especial para aqueles que adentram as universidades brasileiras e se tornam oficialmente intelectuais, pensadores, o cérebro da humanidade. Portanto, se branquitude é a identidade racial que diz respeito a pessoas brancas, a branquitude acadêmica é um recorte dessa identidade. Na definição mais acabada de Cardoso (2020, p. 13), entendemos que, “no ambiente acadêmico, ser branco significa ser o cientista, o cérebro, aquele que produz o conhecimento”.

Sendo assim, dizer branquitude acadêmica é dizer mais que uma racialidade branca. É tratar de um lugar de poder e privilégio que, em último caso, pode ser entendido como constituindo o único ser com direito ao pensamento validado, com capacidade para produzir epistemologias, ou quando muito, validar outras não-brancas. Podemos depreender do pensamento de Cardoso, Guerreiro Ramos, Sueli Carneiro e Nego Bispo que a branquitude acadêmica, ao utilizar do seu lugar de poder, possui como característica o fato de ser um lugar de *privilégio epistêmico*; é a chave para ver sem ser visto e, portanto, de abrir ou fechar a porta para o espaço da humanidade; é um lugar seguro para perpetuar um pensamento excludente sobre o outro, pois a branquitude acadêmica possui o auto outorgado direito de validador de pensamentos de mundo e, com este poder, ela age de maneira a *dificultar, invisibilizar e invalidar* pesquisas feitas por pessoas não-brancas.

A branquitude acadêmica se entende como *autoridade* para expressar opinião sobre tudo e todos, e, por isso, ela boicota ou valida determinados grupos de pesquisadores/as, principalmente aqueles/as cujos temas de pesquisa colocam em xeque sua posição de validadores do conhecimento. Cardoso (2022) segue o rastro de Guerreiro Ramos e demonstra como, sistematicamente, o sociólogo teve sua produção acadêmica invisibilizada, principalmente pela estratégia da academia em lhe deixar “falando sozinho”, ou seja, a branquitude acadêmica ao não encontrar interlocutores capaz de refutar as teses de Ramos, o deixou apartado das discussões sobre a sociologia e antropologia como matérias científicas e também na construção intelectual sobre o país, no que Cardoso entende como uma expressão do racismo institucional-acadêmico.

Para o autor de *O branco ante a rebeldia do desejo*, a branquitude acadêmica, em sua maioria, só reconhece a pessoa negra como corpo e sem cabeça, ou seja, não com tendo a capacidade de produzir pensamento e conhecimento. Assim, ele conclui que:

[...] a reação à sua produção científica geralmente consiste na ausência do comparecimento ao debate. A presença do branco seria o reconhecimento da produção científica negra. Seria reconhecer o negro enquanto igual, cientista, cabeça, intelectual. O cientista negro é o cabeça e o corpo, um corpo completo sem corte (separação). O branco ainda não o reconhece como igual. São exceções os brancos que o consideram igual em cérebro (CARDOSO, 2022, p. 16).

Um exemplo recente desse entendimento racista de que o branco pensa mais e melhor pode ser inferido da seguinte enunciação: “Não podemos ter uma política muito agressiva, que coloque em risco a qualidade de uma universidade com o prestígio da USP”. A declaração foi proferida pelo reitor da Universidade de São Paulo ao jornal *Folha de São Paulo*, em 22 de maio de 2023, quando questionado sobre a mais recente política de contratação de docentes da USP. Uma das principais universidades públicas do país é a única que, até aquele momento, não possuía cotas raciais e já vinha discutindo o tema há anos.

Na data da reportagem, a instituição acabara de aprovar sua nova política para os concursos públicos de provimento para seu time de docentes, instituindo que só serão reservadas vagas para pessoas negras e indígenas quando o edital prever mais de três vagas, o que foi criticado por movimentos negros dentro e fora da USP. A universidade, no entanto, para mitigar as críticas, optou pelo sistema de pontuação diferenciada quando o edital não cumprir a exigência de mais de três vagas. Cabe dizer que isso ocorre com frequência, pois de 140 concursos analisados pela matéria, apenas 1 previa a contratação de três ou mais docentes. Na prática, é o sistema de pontuação diferenciada que valerá daqui para a frente.

É nesse contexto que o reitor emite a frase que retomo aqui no seu íterim:

[...] o sistema de bonificação deve acabar sendo mais usado para os concursos para docentes, já que, em geral, os departamentos abrem apenas uma ou duas vagas. Avalio que foi o melhor formato encontrado. **Não podemos ter uma política muito agressiva, que coloque em risco a qualidade de uma universidade com o prestígio da USP** (CARLOTTI, 2023, s.n. grifo nosso).

A declaração revela, *ipsis litteris*, que o reitor da maior universidade do Brasil entende que políticas de cotas que promovam o acesso de intelectuais não-brancos no seu quadro docente é um risco à qualidade do ensino da USP. É colocar “em risco” o prestígio alcançado pela universidade e, sem tergiversar, o discurso proferido implica dizer que a USP só possui qualidade e prestígio por contar, em seu time de docentes, com 2,3% de pessoas negras e

indígenas. Na prática, no entendimento do reitor, a USP só tem a qualidade e prestígio que possui devido ao fato dos/as docentes serem brancos/as. Um exemplo acabado e definitivo do que vem a ser a branquitude acadêmica. As palavras de Cardoso arrematam bem este ponto: “Ou seja, a intelectualidade branca constrói empecilhos para inteligência negra” (Cardoso, 2022, p. 9).

Esse processo de invisibilização ou desvalorização do pensamento e produção acadêmica de intelectuais não-brancos é característica constante da branquitude acadêmica. Talvez seja a principal delas. Tanto é que Sueli Carneiro vai tratar disso nos termos de um verdadeiro epistemicídio do pensamento não-branco. Carneiro também cita a empreitada para a desqualificação de Guerreiro Ramos e, não por acaso, como já abordamos, Ramos foi um dos primeiros a evidenciar a branquitude, ou seja, foi uma das primeiras e mais contundentes vozes a se erguerem contra a hegemonia branca do pensamento e produção de conhecimento.

Para Carneiro, ao fim legal da escravidão, a pessoa negra passa a ocupar o lugar de objeto de estudo das ciências, “de objeto de trabalho para objeto de pesquisa” numa constante de apagamento da contribuição dos negros na construção do país e de suas riquezas, e, logo, sua interdição no usufruto dessas riquezas:

[...] a invisibilização da presença negra na cena brasileira, que gradualmente vai se processando, contrasta com a vasta produção acadêmica que irá se desenvolvendo em torno dessa nova condição de objeto de estudo. **Um epistemicídio** que constrói um campo de saber [...] A contrapartida é o também crescente **embranquecimento da representação social**. Duas manobras que vão promovendo, ao nível da reconstrução do imaginário social sobre o país, o branqueamento em todas as dimensões da vida social (CARNEIRO, 2023, p. 44-45).

Uma rápida e simples pesquisa no *Google* imagens é prenhe de exemplos da interdição física da pessoa negra nos espaços de poder. Constantemente, “viralizam” fotos de empresas privadas com seus trabalhadores quase 100% brancos ou, ainda, fotos oficiais da composição de Ministérios do poder Executivo, tanto à direita como à esquerda, que vão desde a ausência total de pessoas não-brancas a um punhado delas. Nesse sentido, vai se emplacando a brancura como representação do poder.

Analisei o fenômeno no artigo *Branquitude em revista: um estudo de caso sobre representação sociorracial da imagem dos produtores de conhecimento* na revista acadêmica *EntreTeses*, publicado nos Anais do XII Congresso Nacional de Pesquisadores Negros. Em nossa investigação, comprovamos empiricamente que há uma interdição do corpo negro como produtor de conhecimento, o que ficou evidenciado na ausência de pessoas negras ilustrando as

reportagens da revista acadêmica e ou na presença desses corpos no coletivo, não nomeados, ou em posições que podemos entender como inferiores se comparadas com a massiva presença de corpos brancos como pesquisadores/as. Dentre nossas conclusões, uma restou inquestionável:

[...] a revista encerra em suas páginas a narrativa da branquitude, que enquanto comunica à sociedade o importante conhecimento que seus membros produzem, apresenta esses sujeitos com uma única cara: a branca, o que produz significações, cria narrativas de superioridade, e hierarquias sociais discriminatórias, e nesse jogo, mantêm os privilégios conseguidos à base da exploração do trabalho forçado de pessoas negras, seja essa exploração com maior grau de violência, como no caso da escravização, seja na invisibilização de suas produções acadêmicas, no enquadramento delas em determinados lugares, ou ainda no silêncio que impera quando o assunto é a responsabilização das pessoas brancas no que tange o combate ao racismo (RIBEIRO, 2022, p. 7).

Para Cardoso, a branquitude acadêmica possui vantagens também na hora de propagar e divulgar suas pesquisas em detrimento de outras racialidades. Assim, “trata-se de um conflito que é pano de fundo das discussões políticas sobre representação nos espaços de militância e acadêmicos” (Cardoso, 2022, p. 3). O apagamento ou a ocultação da produção intelectual de não-brancos é uma das ferramentas da branquitude acadêmica, “ação de ocultamento não é inocente, contribui para sustentar a ideia de que determinadas ocupações sociais são exercidas de forma mais eficiente pelo branco” (Cardoso, 2022, p. 15).

Essa vantagem se revela, além do exemplo da revista *Entreteses*, quando olhamos as referências bibliográficas da maioria das disciplinas da USP. E, neste caso, minha própria trajetória no mestrado uspiano serve para ilustrar o que faço questão de trazer aqui. Boa parte das unidades curriculares que cursei tiveram impacto na formação deste trabalho, mas não foi fácil encontrar, na imensidão de UCs oferecidas pela USP, alguma diversidade intelectual e, principalmente, encontrar uma UC cuja bibliografia fugisse do padrão homem-branco-europeu. Afora disciplinas bastante específicas sobre o tema do negro ou africanidades, a lista de autores citados acima é totalmente desprezada. Cursei a matéria “Educação e Governo das Diferenças: Ontem e Hoje”, na qual esperava uma diversidade de pensadores, ainda que em diálogo com Michel Foucault em torno de quem a matéria se organizava. Não existiu diversidade, o diálogo se deu quase exclusivamente entre os hegemônicos. Ficou a cargo de poucos estudantes negros citarem outros/as pensadores/as não-brancos/as, encontrando interesse dos professores responsáveis pela disciplina, mas que deixavam evidente a pouca aproximação com o pensamento dos intelectuais que eram citados.

Em “Do Cinema ao Videoclipe: Um Debate Sobre a Estética da Imagem nas Perspectivas Benjaminiana, da Teoria Feminista e do Debate Decolonial”, UC que abriu os caminhos dessa minha trajetória no mestrado, ministrada por duas professoras brancas e um professor negro, pouco da bibliografia do curso dialogava diretamente com meu trabalho. Coube ao professor trazer a maior parte das referências com a temática racial, enquanto outras perspectivas ausentaram-se de se pensar de modo racializado. Tive que construir essas lacunas com outros autores e autoras, o que confesso, foi um processo bastante árduo. Ressalto que esta dificuldade se manteve durante essa primeira etapa, visto que, a despeito do crescente interesse nos estudos críticos da branquitude no Brasil, o tema ainda carece de maior visibilidade dentro dos currículos, principalmente naqueles que ensejam discutir as relações étnico-raciais. Observei como o tema mexe com paixões, afetos, atravessa a corporeidade.

Os ânimos em alguns momentos se exaltaram, e logo de início se discutiu fervorosamente, a partir da afirmação de uma das professoras, a validade de se ver e estudar filmes abertamente racistas somente pela sua importância para o cinema mundial, por suas qualidades técnicas etc. A turma se dividiu entre os que achavam válido e os que não, mesmo que a exibição viesse acompanhada de discussão sobre o tema. Não discutirei aqui sobre isso, mas remarco que ficou explícita a capacidade que a temática racial tem de envolver as emoções, mesmo daquelas supostamente mais técnicas, acadêmicas, racionais, imparciais (tudo isso entre aspas, mas não as usarei).

Poucos autores e autoras com quem mantenho diálogo neste trabalho são usados nas UCs da prestigiada USP, o que demonstra o silenciamento, a interdição, a ocultação e o entrave ao sucesso acadêmico de pessoas não-negras, além, é claro, de evidenciar como a branquitude ainda é tema quase invisível dentro da academia e, autores/as negros/as e negros serem quase inexistentes nos currículos. Em alguns momentos, foi curioso ver a reação de espanto e desconcerto de professores/as e estudantes quando citava o nome de Sueli Carneiro, Ailton Krenak, Muniz Sodré, Lélia Gonzalez, Nego Bispo, Clóvis Moura e Cida Bento, pois o desconhecimento desses gerava desconforto visível nos colegas.

Pouco tempo antes de entrar no mestrado, havia concluído o bacharelado em Letras na Universidade Federal de São Paulo, com uma breve passagem pela Universidade Federal de Ouro Preto. Nessas duas universidades, o quadro de apagamento de autoras/es negras/os e indígenas também foi encontrado até no âmbito da literatura. Não só escritoras/es negras/os são marginalizadas/os, como as próprias personagens negras são invisibilizadas e silenciadas e sua

imagem costumeiramente é reificada na figura da/o escravizada/o. Trarei alguns apontamentos sobre a mão branca na literatura brasileira e como ela escreve o sujeito negro

Conceição Evaristo chama atenção para o que podemos chamar de “silenciamento sistemático” das personagens negras na ficção brasileira desde os seus primórdios. Para a autora, quando se faz um estudo da literatura brasileira destaca-se:

[...] a roupagem estereotípica com a qual os negros são vestidos em várias obras brasileiras, é possível ressaltar um imaginário construído em que o sujeito negro surge destituído do dom da linguagem. Uma afasia, um mutismo, uma impossibilidade de linguagem caracteriza muitas das personagens ficcionais negras, sob a pena de muitos autores (EVARISTO, p. 22, 2019).

Citando como exemplos os personagens negros de romances como *O tronco do Ipê*, de José de Alencar (1881); *São Bernardo*, de Graciliano Ramos (1934); e *A grande arte*, de Rubem Fonseca (2013), Evaristo resalta que os personagens negros nesses romances aparecem com “anomalia linguística”; “meia linguagem” e que “não tem um modelo próprio e negro da linguagem”. Essas construções, segundo a autora, revelariam que “o espaço não-negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante pretende exercer sobre a cultura negra” (Evaristo, 2019, p. 22).

Para Cuti (2010, p. 16), “a literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido [coisificação dos africanos e sua descendência] ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, por tanto, humanidade”. Ao coadunar com Evaristo, Cuti afirma que “os discursos (todos) passam pelo poder dizê-lo [...] falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também” (Cuti, 2010, p. 47). Portanto, é possível afirmar que a possibilidade de falar e ser ouvido é um campo em disputa constante entre subordinados e opressores.

A intelectual negra e feminista bell hooks (1952) confere especial atenção ao tema da fala, da voz, e de poder usá-las para ser ouvida; com um recorte de gênero, a autora publica nos Estados Unidos, em 1989, seu livro de ensaios intitulado *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black* (*Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2015), em tradução de Maringolo), em que “erguer a voz”, significava, no contexto americano, “falar como uma igual a uma figura de autoridade” (hooks, p. 31, 2015), o que é desencorajado desde a infância, criando um ambiente de repressão da fala, o controle do quê, do como, e do quando falar.

Não é difícil transpor para o contexto brasileiro as palavras de hooks. Essa supressão da fala de homens e mulheres negras, sendo estas últimas as maiores vítimas do silêncio

compulsório em todas as esferas de poder, não deixa de se evidenciar na literatura e no campo editorial. Ainda que em outras áreas da cultura brasileira, como a música, a dança e o futebol, a presença dos corpos e vozes negras seja comum, na literatura “quando se trata do campo literário, cria-se um impasse que vai da dúvida à negação” (Evaristo, p. 19, 2019). Há um silenciamento, uma invisibilização e um embargo para os corpos-vozes negros na escrita de ficção brasileira. A própria Conceição Evaristo afirma que:

[...] com bem menos visibilidade, existe, no interior mesmo da literatura brasileira, uma gama de produções que vêm se afirmando, aos poucos, como um discurso diferenciado ao compor personagens negras e seus enredos. Discurso que subverte não só o sistema literário brasileiro, mas também contesta a história brasileira (EVARISTO, 2019, p. 24).

O que hooks já apontava ao dizer que “os esforços de mulheres negras escritoras para chamar a atenção para o nosso trabalho servem para sublinhar tanto nossa presença quanto nossa ausência” (hooks, 2015, p. 37). No campo da literatura, outro exemplo que acreditamos adensar nosso pensamento, foi o episódio literário ocorrido em 2021, já durante o período de minha pesquisa, que é exemplar sobre o dispositivo de racialidade funcionando através da literatura e do campo editorial. Falo da polêmica envolvendo o livro infantil *Abecê da liberdade: A história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras*, publicado pelo selo Alfaguara em 2015, e reeditado pela Companhia das Letras, a maior editora do país, através do seu selo infantil. De pronto, é importante dizer que a publicação de um livro infantil que resgata a figura de Luiz Gama é uma iniciativa positiva, dada a carência de livros com personagens negros no mercado editorial nacional. Mas, neste caso, o conteúdo é que chama atenção, mesmo após cinco anos de circulação do livro sem que fosse contestado.

Em um dos trechos do livro, os autores descrevem crianças negras brincando de roda em um navio tumbeiro durante o percurso que as trazia para serem escravizadas no Brasil. Com a reedição e maior aporte para divulgação, o livro voltou a circular e foi aí que se conseguiu perceber a gravidade da imagem que o livro trazia, fazendo chegar às mentes das crianças brasileiras. Estava instituído o debate.

O episódio evidenciou, não só o fato de que as tentativas de minimizar a escravidão continuam latentes, mas também como a indústria editorial brasileira continua racista, ao permitir que a história circulasse durante tanto tempo sem nenhuma contestação. O que explica as escolhas narrativas dos autores? O que explica que essas escolhas tenham passado por editores, revisores, lojistas e toda a cadeia de circulação de livros e ninguém tenha percebido

os problemas nele contidos? Cidinha da Silva (2021) nos ajuda a entender, ao analisar a situação em suas redes sociais ela concluiu que:

[...] a experiência nos mostra sua ancoragem na assumpção de que aos brancos é concedida a liberdade criativa, ninguém os fiscaliza a ver se seu discurso é militante (neste caso, militância a favor do racismo), se eles têm qualidade estética suficiente para publicar pelas grandes editoras. Brancos são criadores, aos quais se destinam os espaços oficializados de poder e isso basta (SILVA, 2021, In: <<https://www.instagram.com/p/CUC7SxpLq9b/>>).

José Roberto Torero, um dos autores do livro, teceu comentários sobre a difícil tarefa de escrever para crianças “em tempos de vigilância constante de patrulhas ideológicas”. Em seu texto, faz um compilado de episódios nos quais teria sido censurado por pais de alunos ao escrever, por exemplo, a palavra bunda e calcinha em alguns dos seus livros, bem como outros episódios que corroboraram para a sua defesa de que estaria sendo censurado novamente, mas não faz menção nenhuma ao livro alvo do quiproquó nem, ao menos, para localizar a discussão, muito menos para teorizar sobre suas escolhas literárias colocadas no “abecê”.

Tornar similares a indignação de uma mãe com a palavra bunda e crianças negras dentro de um tumbeiro cantando alegremente, não parece ser uma equação justa. No entanto, é o que o autor faz. Não há pedido de desculpas pela possibilidade de seu livro ser instrumento de representação negativa para crianças. Numa espécie de “quem gostou bate palma e quem não gostou paciência”, se coloca como vítima de censura.

Já a Editora Companhia das Letras, retirou de circulação o livro, pediu desculpas pelo erro e informou que tem trabalhado para que suas publicações passem por um processo de “leitura sensível”, sem explicar o que seria isso. Polêmica armada, desculpas dadas, notas de repúdio publicadas por diversas entidades do Movimento Negro e muitos comentários entendendo tudo isso como “mimimi”, como censura, como perseguição da liberdade de expressão, como patrulhamento ideológico dos politicamente corretos.

É possível afirmar, por essa via, que além de sofrer um processo de invisibilidade, a personagem negra, quando aparece, tem sua representação atrelada ao estereótipo racista, que a apresenta, via de regra, como violenta, malandra, perigosa, animalizada, seres sem subjetividades, cujas emoções e manifestações afetivas são sempre colocadas no campo da agressividade. Suas vozes não são ouvidas, suas descrições são reducionistas, muitas vezes aparecem sem nome, sem família e tendo, quase sempre, um fim trágico, com mortes descritas

com alto teor de violência. No caso do livro *Abecê da liberdade*, como pessoas que se divertem em meio ao sofrimento.

A construção de imaginários e de símbolos faz da literatura um campo privilegiado para percebermos quais discursos foram e são construídos em determinados momentos históricos. Evaristo, tratando dessa construção em relação aos sujeitos negros na sociedade brasileira, percebe “um discurso literário que, coincidentemente, ao construir seus personagens negros, o faz sob a mesma ótica do pensamento e das relações raciais brasileiras, do Brasil colônia à contemporaneidade” (Evaristo, 2009 a, p. 20).

Mesmo reconhecendo a impossibilidade de a literatura retratar com fidelidade a sociedade, o discurso literário nasce e circula impregnado dos afetos, emoções e ideologias do meio em que foi criado. Ele possui, sim, uma visão de mundo e expressa essa visão de alguma maneira, ao criativamente “imitar a vida”, concordando ou discordando e expondo suas percepções, “o sujeito autoral acaba por colocar no texto sinais reveladores da constituição de uma sociedade em determinado momento histórico” (Evaristo, 2009 a, p. 19).

Como já afirmei aqui, no Brasil, a literatura assumiu em muitos momentos essa função de formalizar o pensamento brasileiro, criando personagens tipos, elaborando representações sociais e refletindo as ideologias de uma época, e analisando o cânone brasileiro. Encontramos reiteradamente a pessoa negra sub representada e ou representada como inferior, infantilizada, sem alma, portanto, não-humana. Ao trabalhar o conceito de *forma social*, o autor de *Claros e Escuros* nos diz que ela (a forma) garantiria a transmissibilidade de uma memória e identidade coletivas, a qual deixa transparecer a objetividade e a subjetividade da vida e dos indivíduos, em que a representação e a consciência não aparecem separadas totalmente (Sodré, 2015).

Destarte, a arte se apresentaria como “conector histórico, uma espécie de fio intergeracional e preserva os valores éticos de um passado pronto a ser narrado” (Sodré, 2015, p. 134). Na construção de uma identidade brasileira, olhando para a literatura e para os literatos, desse modo, é possível identificarmos certas “formas simbólicas preservadoras de uma forma simbólica e constitutivos de um tipo específico de consciência coletiva” (Sodré, 2015, p. 135). Carregada de afetos, sentimentos, crenças e não só de uma intelectualidade pretensamente neutra, na literatura “desenvolve-se deste modo, ao longo dos tempos, uma imagem sombria e desfavorável que se incorpora às representações intelectualizadas e, subsequentemente, ao senso comum das populações de cor clara” (Sodré, 2015, p. 170).

Nesse sentido, conseguimos entender a circulação de um livro indiscutivelmente racista ao minimizar os aspectos deletérios do período escravagista, em que o discurso soa como um “não foi tão grave assim”, já que as crianças, mesmo acorrentadas, brincam. O livro dilui a brutalidade das cenas que cercava essas crianças, ao passo que dá abertura para um abrandamento do processo de desumanização empreendido por brancos escravistas contra pessoas negras. Os exemplos que cataloguei aqui são, infelizmente, uma porcentagem ínfima no vasto mundo de personagens e livros literários que inscrevem a pessoa em um lugar subalterno, infantilizado, inferior. Durante a minha graduação em Letras não foi difícil concluir que o campo literário é prenhe de situações em que os pactos da branquitude pipocam sem cerimônia. Daí que já se pode falar que eles não são tão silenciosos assim, ao contrário do que alguns analistas da branquitude tem afirmado²².

Ainda com a contribuição de Lourenço Cardoso, temos uma importante elaboração sobre a branquitude acadêmica, qual seja, os estudos de pessoas brancas sobre as relações étnico-raciais e, em especial, sobre a branquitude, tende a buscar um objetivo-fim que é o de encontrar nos seus estudos um lugar de paz, ou de pacificação para as fricções sociorraciais. Nas palavras de Cardoso:

[...] após abordar os privilégios/vantagens raciais que se têm na sociedade por ser branco, ele tende a caminhar para um “grande final”. Estou falando a respeito das estratégias, o manual de como o branco deve proceder para se tornar branco não racista. A dor que o pesquisador branco sente ao abordar suas vantagens raciais será aliviada na parte final do seu trabalho, a partir do ensinamento de suas estratégias para o branco não ser racista (CARDOSO, 2022, p. 18).

É neste âmbito que Cardoso insere os estudos que tentam emplacar os termos branquitude e branquidade não como sinônimos, mas com diferenças conceituais em que o primeiro seria direcionado a uma identidade branca que foi positivada e o segundo a uma branquitude negativa, proposta elaborada por Edith Piza (2005) e aprofundada por Camila Moreira (2012). A principal característica da branquitude positivada seria seu empenho público na luta antirracista, na qual pesquisadores/as brancos da branquitude seriam os/as maiores representantes, enquanto branquidade seria reservada para pessoas cujos privilégios da brancura não são um problema e nem são alvo de questionamentos.

²² Concordamos com Cida Bento quando ela diz não ser razoável acreditar que pessoas brancas, na atualidade, façam reuniões em suas empresas para criarem estratégias de exclusão de pessoas brancas dos seus quadros de trabalhadores, personagens etc. Mas não é razoável, no meu entender, dizer que pessoas brancas não enxergam o potencial excludente de suas ações cotidianas. Há escolhas, no caso da literatura, escolhas estéticas, que não seriam razoáveis imaginar que o literato tenha acreditado realmente na positividade de tal escolha.

[...] isto é, o branco com branquitude encontra-se num nível elevado superior ao branco com branquidade porque é uma pessoa autocrítica contra seus privilégios raciais, enquanto o branco com branquidade não é. Porém, tanto branco com branquitude quanto com branquidade serão tratados da mesma forma pela sociedade, ambos terão vantagens raciais (CARDOSO, 2020, p. 211).

A distinção semântica, portanto, beneficiaria somente as pessoas pesquisadoras que a elaboraram, colocando-as num lugar de privilégio dentro do já privilegiado lugar da branquitude. Em contraposição a esta distinção, Cardoso elabora outra, com a qual estou de acordo. Para ele, há sim diferentes formas de se vivenciar a branquitude: crítica e acrítica. A branquitude crítica seria a que rejeita, rechaça o racismo publicamente; a branquitude acrítica, por sua vez, estaria no lado oposto, ou seja, seriam aqueles que advogam a superioridade racial de pessoas brancas (Cardoso, 2008).

Com esta distinção em mente, questiono como classificaríamos os/as intelectuais que se arvoraram contra as políticas de ações afirmativas, tendo em vista que estamos falando de uma lista que, na sua maioria, é composta por pensadores e pensadoras reconhecidos por seus trabalhos no campo das relações étnico-raciais, muitos declaradamente antirracistas e que, em seus textos pregressos, defendiam uma sociedade mais justa e igualitária, mas que, diante de iniciativas encabeçadas pelos movimentos negros com vistas a acelerar a “integração do negro no mundo dos brancos”, se juntaram para gritar “divisões perigosas”. Como classificar quem, até o debate das cotas raciais se adensar, poderia ser classificado como branquitude crítica? Branquitude crítica *pero no mucho*? Veremos.

Em suma, entendemos que a perspectiva dos estudos críticos da branquitude acadêmica nos fornece ferramentas para analisar como a identidade racial branca influencia e perpetua hierarquias e privilégios no contexto acadêmico e, sobretudo, a partir dele. Com a lente ajustada para o contexto acadêmico, podemos examinar como ela opera dentro das instituições de ensino superior, moldando as relações de poder, acesso e sucesso na produção de conhecimentos, bem como perscrutar estratégias acadêmicas cujas pesquisas estão permeadas por suposições e perspectivas brancas, resultando em uma produção de conhecimento que negligencia ou invisibiliza experiências não-brancas.

Os estudos têm demonstrado que, nas dinâmicas do ambiente acadêmico, a branquitude se protege e se fortalece através de mecanismos que perpetuam desigualdades raciais dentro das universidades, incluindo a predominância de pesquisadores/as brancos/as, a falta de representatividade e inclusão de estudantes e professores/as negros/as, bem como a produção

de conhecimento e currículos brancocentrados. Como vimos, os brancos podem falar de tudo, mas os negros, preferencialmente, só podem falar de racismo e, quando muito, de esporte e arte, desde que o campo artístico seja também mistificado.

O campo acadêmico e seus braços (universidades, campo editorial, congressos, pesquisas...) se organizou de forma a fazer passar por naturalizado o domínio da identidade branca sobre os recursos econômicos, sociais e culturais que a fazem chegar lá e se manter, mas sempre sob o manto da meritocracia. Os pactos narcísicos, ou o contrato racial, nos termos de Mills, asseguram que as pessoas brancas ou que possam ser identificadas como brancas exerçam de forma privilegiada o controle sobre os mecanismos, ferramentas e engrenagem que possam, de um lado, embarreirar o acesso e o sucesso de pessoas não-brancas no mundo acadêmico e, do outro, facilitar e garantir o sucesso dos que refletem sua imagem e semelhança.

Os inúmeros estudos quantitativos e qualitativos nos fazem afirmar, a não ser que um certo cinismo domine o analista, que as universidades brasileiras têm como regra histórica uma inclinação para uma ideia de supremacia branca, ainda que esta frase seja maldita e não dita nos corredores brancos. A análise da branquitude acadêmica busca desnaturalizar e desestabilizar a ideia de que a identidade branca é neutra, universal, o cérebro da humanidade por excelência, evidenciando as formas pelas quais ela é sustentada e reproduzida no ambiente acadêmico.

2.3. A “ignorância branca” e a relação com o epistemicídio e a justiça cognitiva

No capítulo 1, dialogamos com Sueli Carneiro e a ferramenta conceitual de dispositivo de racialidade que a autora forjou em sua tese de doutoramento. Vimos que um dos elementos constituintes do dispositivo é o epistemicídio, ou seja, o dispositivo é prenhe de modos, organizações e ações que possuem como produto a desvalorização, a marginalização e de forma final o apagamento de outros sistemas de pensamento, conhecimento e saberes que não sejam aqueles advindos de grupos hegemônicos e que para eles concorram com privilégios e ganhos no âmbito do pensamento do mundo.

Os apontamentos anteriores caminharam no sentido de informar sobre o processo de desvalorização do conhecimento de comunidades, povos e indivíduos não-brancos durante a história moderna e contemporânea. O fenômeno de supressão, apagamento, entraves institucionais na circulação de diversidades epistêmicas, no dispositivo de racialidade, como

nos mostra Carneiro, é substanciado pelo fator racial. O epistemicídio caminha *pari passu* com a hipervalorização e hiper divulgação de conhecimentos e pensamentos de mundo a partir da ótica do homem branco. Nesse sentido, coloca dúvida sobre a capacidade cognitiva enquanto se exalta a cognição dos grupos hegemônicos, cujas perspectivas, saberes e tradições são valorizados, enquanto as de outros grupos são postas em lugares menores, mitológicos, folclóricos ou simplesmente sem validade, ou ainda precisando ser avalizado por alguém do grupo hegemônico.

Penso que o processo de epistemicídio é, em muito, alimentado pela “ignorância branca”, no termo cunhado pelo filósofo Charles W. Mills. O principal argumento de Mills é de que há diversas formas de ignorância e, dentro do conceito de ignorância, ou desconhecimento, um tipo particular que ele denomina de “ignorância branca”, um tipo de ignorância cujo componente de grupo, em específico da racialidade branca, seria a base, ou seja, para Mills, o entendimento do que é conhecimento-desconhecimento, verdade-mentira, informação-desinformação é influenciado, dentre outras, de forma crucial pela raça, pela pertença racial. Mills ressalta que há uma:

[...] assimetria epistêmica fundamental entre visões típicas de brancos sobre negros e visões típicas de negros sobre brancos: estes não são conhecedores conectados por uma ignorância recíproca, mas sim grupos cujos respectivos privilégios e subordinações tendem a produzir autoenganação, má-fé, evasão, má representação, de um lado, e percepções mais verídicas do outro (MILLS, 2018, p. 418).

Assim, os sistemas de conhecimentos informados por não-brancos e por brancos são colocados no mundo de forma assimétrica. A perspectiva branca é valorizada e defendida, enquanto outras visões de mundo são desvalorizadas e apagadas. Daí que temos um vasto conhecimento de brancos sobre negros circulando e informando o mundo, ao passo que a racialidade branca carece de informações sobre si mesma. É o que já tratamos quando falamos do silêncio da branquitude e sua luta por não racialização. Mas, na perspectiva de Mills, essa assimetria de conhecimentos sobre um grupo e outro produz uma série de ignorância na branquitude, mas não só.

A ignorância branca seria diferente de outros tipos de ignorância por ser determinada pelo fator racial de seus possuidores, mesmo que seja bastante difícil de determinar como, quando e se esta ignorância sofreu ou sofre influência da racialidade. Mas é justamente esse o ponto central do texto, compreender, delinear caminhos para identificar e combater tal modalidade de ignorância. De primeira, o fenômeno cognitivo da ignorância branca precisa ser

historicizado, pois parte do princípio que raça biologicamente não existe, portanto é um fenômeno sócio-histórico, e não psicobiológico, ainda que opere através dela (Mills, 2018).

Para além da historicidade do fenômeno, Mills nos informa outros pontos de atenção que devemos ter ao tratarmos do tema, que não abordaremos aqui, mas insta listá-los: a dificuldade de distinguir quando um não-conhecimento sobre determinado fator ou efeito teve influência do marcador racial; a necessidade de não fazer uma ligação direta entre ignorância branca e preconceito, racismo, má-fé, portanto, não seria ético acusar alguém de racista logo que a ignorância branca for detectada, pois tal vinculação não se daria de maneira tão direta, ainda que na maioria dos casos sim; a ignorância branca não se restringe a pessoas brancas, ou que podem ser classificadas como brancas, mas ela pode ser, e não raro, compartilhada por pessoas não-brancas “em maior ou menor grau, por causa das relações de poder e padrões de hegemonia ideológica envolvidos [...] Dada a rota causal apropriada, negros também podem manifestar ignorância branca” (Mills, 2018, p. 422).

Mills frisa ainda a possibilidade de uma ignorância moral consubstanciando a ignorância branca, no sentido de que “melhorias na nossa prática cognitiva devem ter um resultado prático no aumento da sensibilidade à opressão social, na tentativa de reduzir e ultimamente eliminar essa opressão” (Mills, 2018, p. 422-423). Para ele, a ignorância branca não é a única que pode ser mapeada com base em grupos e cita como exemplo a ignorância masculina, e que ela não é uniforme dentro da população branca, ou seja, nem todo branco é um ignorante em termos raciais sobre a branquitude e que o nível de ignorância ou não vai sofrer variações sob a influência de outros marcadores como gênero, classe social, religião etc. Nesse sentido, “a ignorância branca não é incorrigível (mesmo se às vezes pareça que seja!), e algumas pessoas que são brancas irão, por conta de suas histórias particulares (e/ou da intersecção da branquitude com outras identidades), superá-la e ter crenças verdadeiras sobre o que os outros brancos se equivocam” (Mills, 2018, p. 423).

Por fim, nos adverte de que falar de ignorância branca tem como objetivo entender que

há maneiras típicas de errar para as quais precisamos ser advertidos sob a luz da estrutura social e das características específicas de grupo, e teremos uma chance melhor de acerto através de um reconhecimento autoconsciente da sua existência, e do auto distanciamento correspondente delas (MILLS, 2018, p. 423).

A partir desses pressupostos, o autor de *O contrato racial* elenca cinco modos pelos quais a raça pode afetar “os processos de cognição, individual e social”. Para ele, o fator racial pode influenciar nossa percepção, concepção, memória, validade do nosso testemunho e o

interesse motivacional de grupo, componentes que podem ser isolados, mas que estão constantemente imbricados.

O filósofo entende que nossa percepção é influenciada por fatores sociais que são colocados aprioristicamente ao indivíduo antes de seu nascimento. Assim, percebe-se o mundo em que foi concebido antes mesmo de poder fazer qualquer mediação crua.

[...] ela não é uma questão de predicados monádicos, isolados reciprocamente uns dos outros, mas sim de conceitos conectados através da interligação de suposições e conjuntos de crenças de fundo em certos complexos de ideação que, por sua própria natureza, tendem a estabelecer certa interpretação do mundo. Então, em muitos casos os conceitos não serão neutros, mas orientados em direção a um certo entendimento, inseridos em subteorias e teorias mais amplas de como as coisas funcionam (MILLS, 2018, p. 424).

No entendimento de Mills, independente do nome que se dê, ideologia (para a teoria marxista) ou discursos, para Foucault, o que é preciso reter é que, em sociedades estruturadas em relações de dominação e subordinação, pode-se afirmar que a percepção e concepção de mundo será enviesada pelo grupo dominante. E quando investigamos esta afirmação com olhos voltados para o fator racial, encontramos, por exemplo, o dado quase natural de que o mundo é organizado tendo a Europa e o Norte como centro dele. O que é justificado pelo processo de exploração da dominação/colonização de outros povos para os quais é imposto todo um aparato discursivo com fins de justificar uma superioridade branco-euro-estadunidense sobre outros povos. Eles seriam superiores porque dominam o mundo e dominam o mundo porque são superiores (Mills, 2018).

Mills enxerga nessa “normatividade branca” uma “má representação e um exagero histórico” (Mills, 2018, p. 426), dos quais nascem ideias equivocadas de superioridade e inferioridade sociorracial. Assim, “a branquitude é originalmente coextensiva com a humanidade completa, de modo que o Outro não-branco é compreendido através de uma série histórica de conceitos cujo denominador comum é a localização de seus sujeitos em um degrau ontológico e moral mais baixo” (Mills, 2018, p. 426). O outro estaria então cristalizado em categorias como a de “selvagem” e, em caso extremo, na categoria de não-humano. Nesse sentido:

[...] a normatividade branca se manifesta em recusa branca de reconhecer a longa história de discriminação estrutural que deixou brancos com os recursos diferenciais que eles possuem hoje, e todas as suas vantagens consequentes na negociação de estruturas de oportunidades. Se originalmente a branquitude era raça, agora é ausência

de raça, um status igual e uma história comum que todos compartilharam, com o privilégio branco sendo conceitualmente apagado (MILLS, 2018, p. 427-428).

Daí que a administração da memória e da “amnésia” coletiva passa a ser um instrumento ativo na justificativa dessa negação de humanidade e igualdade entre brancos e não-brancos. Discursos, arte, literatura, monumentos e esculturas, homenagens em nomes de rua e premiações, por exemplo, ancoram um processo de apagamento ou inscrição de memórias, cujos efeitos são o de fazer esquecer ou lembrar determinados feitos ou pessoas, com fim de “higienizar”, “embelezar” ou minimizar os processos de escravidão, colonização e demais empreendimentos genocidas encampados pela branquitude.

Segundo Mills: “a edição da memória branca também tem consequências mais concretas e práticas: [...] ela permite uma autorrepresentação na qual o privilégio branco diferenciado, e a necessidade de corrigi-lo, não existe. Em outras palavras, a mistificação do passado subscreve uma mistificação do presente” (Mills, 2018, p. 430).

A percepção de mundo é influenciada pela concepção informada por um processo de operacionalização da memória coletiva, da qual o testemunho de alguém ou de um grupo, seus conhecimentos, saberes e modos de pensar podem ser acatados ou descartados como verdade ou mentira, a depender de sua racialidade – lembrando que não de forma exclusiva. Mills salienta a secular construção social de que a palavra de pessoas não-brancas é quase totalmente desacreditada de pronto, simplesmente pelo seu enquadramento racial. O testemunho, o conhecimento e a palavra de pessoas negras, por exemplo, para ter certa relevância ou credibilidade, precisariam de um avalista ou fiador branco.

No campo acadêmico, diz Mills (2018, p. 433), “em qualquer disciplina que é afetada por raça, o ‘testemunho’ da perspectiva negra e seus *insights* conceituais e teóricos particulares tenderão a ser apagados. Brancos irão citar outros brancos em um círculo fechado de autoridade epistêmica que reproduz desilusões brancas”. É aqui que conseguimos vislumbrar o epistemicídio como estratégia ativa da ignorância branca.

Por fim, Mills (2018), nos alerta que às características da ignorância branca já citadas é preciso somar o que ele chama de “*interesses do grupo branco*”, ou seja, não se pode eliminar da análise a possibilidade de que essa ignorância receba manutenção pelo simples fato de que o *status quo* privilegia o grupo branco, ou aqueles que podem ser classificados como brancos. Isso “precisa ser reconhecido como um fator importante no encorajamento das distorções cognitivas brancas de vários tipos” (Mills, 2018, p. 434).

Tal forma de agir não está petrificada no passado escravagista, mas encontra seu lastro e atualização na contemporaneidade, visto que raça é um divisor social ativo na nossa sociedade. Ela é uma ignorância resistente, que revida, militante, ativa, dinâmica e difusa.

[...] inevitavelmente, então, isso irá afetar a cognição social branca – os conceitos favorecidos (e.g.: o “daltonismo” atual), a recusa em perceber discriminação sistemática, a amnésia conveniente sobre o passado e seu legado no presente, a hostilidade ao testemunho negro sobre o privilégio branco continuado e a necessidade de eliminá-la para alcançar a justiça racial (MILL, 2018, p. 431).

Toda essa contribuição de Charles W. Mills é bastante elucidativa em nos fazer entender como foi e continua sendo possível a ideia de uma “superioridade branca”, de uma superioridade epistemológica e cognitiva com bases raciais, ainda que não nomeada, pois ela está calcada em uma ignorância branca que sobreviveu por seculares primaveras. Ela foi protegida pelo grupo branco de muitas maneiras, sendo que, no nosso entendimento, o campo educacional foi utilizado como uma das suas principais armas de defesa e ataque, tendo nos diversos epistemicídios, historicamente perpetrados contra grupos não-brancos, o seu mais bem acabado exemplo.

Mills termina seu texto incentivando os processos de resistências, ou de contracolonização, pois “apenas ao começarmos a quebrar essas regras e meta-regras é que podemos começar o longo processo que irá levar à eventual superação dessa escuridão branca e à realização de um esclarecimento que é genuinamente multirracial” (Mills, 2018, p. 435). Consonante a isso, e em sintonia com nossa escolha de usar a literatura ficcional como parte de nossa análise, é certo dizer que na literatura, especificamente, houve confrontação e resistências a essa ignorância branca e aos epistemicídios. Não foram poucas as vozes que se levantaram contra o sistema racista que sustenta o campo literário brasileiro.

Autoras e autores que se identificam como negros/as, ainda que com poucos recursos, correndo pelas margens econômicas e culturais, conseguiram criar uma literatura contundente, com personagens protagonistas, trabalhados para dismantelar os estereótipos criados e perpetuados pelos detentores dos meios de produção e divulgação da literatura brasileira. Autoras e autores contemporâneos/as estão construindo seus personagens, preocupando-se em conferir-lhes subjetividades, permitindo que manifestem suas emoções e afetividades.

Movimentos literários cuja identificação racial está na base provocaram e provocam mudanças no quadro de hegemonia branca na narrativa brasileira. Há um crescimento de escritores e escritoras negras que ganham reconhecimento no cenário literário, assim como uma

maior presença de personagens negros nas obras escritas nas décadas finais do século XX por parte de escritoras e escritores negros e, em especial, nos anos 2010, com o nascimento de editoras especializadas na publicação de autoras e autores negros, indígenas e que identificam sua literatura com o movimento LGBTQIAP+. Nas palavras de Conceição Evaristo, os autores negros e negras constroem seus personagens com um “sentimento positivo de etnicidade”, e os descrevem “sem a intenção de esconder uma identidade negra [...] a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais” (Evaristo, 2009 b, p. 19).

Esse enfrentamento às esferas de poder político-econômico-social que domina o fazer literário brasileiro vem se adensando desde os anos 70, com a criação de grupos organizados por escritores/as negros/as que, segundo Evaristo, ampliam

um discurso negro, orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil e igualmente afirmativa do mundo e das coisas culturais africanas e afro-brasileiras, o que a diferencia de um discurso produzido nas décadas anteriores, carregados de lamentos, mágoa e impotência (EVARISTO, 2009 b, p. 25).

No bojo dessa crescente organização de pessoas em torno do enfrentamento aos preconceitos raciais que estruturam a sociedade brasileira, cujo campo literário não ficou incólume, mas tornou-se instrumento importante na construção de um ideário de nação brancocêntrica, “o Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil [...] esse movimento ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (Gomes, 2017, p. 21).

Uma das iniciativas mais significativas e que até hoje reverbera positivamente no cenário literário brasileiro é a publicação dos *Cadernos Negros*, iniciada na década de 70, que de forma coletiva foi – e é – responsável por lançar diversos autores e autoras negros. Um desses autores é Cuti, autor do conto que abriu esse trabalho.

Informados por esses rápidos exemplos, podemos afirmar que a ignorância branca resiste muito por empenho de seus possuidores, ou seja, da branquitude, e não por falta de informação. Tanto é que, como veremos, muitos dos mais renomados intelectuais das universidades brasileiras se mobilizaram com um forte arsenal midiático contra as políticas de ações afirmativas, mesmo que muitos dos seus próprios trabalhos acadêmicos os informasse com uma enorme quantidade de evidências científicas sobre a necessidade da implantação desses mecanismos de diferenciação positiva em favor de grupos historicamente subjugados.

Tal foi a ferocidade dos contrários que Sueli Carneiro, muito atiladamente, chamou o movimento de “pelourinho eletrônico”.

2.4. A branquitude acadêmica e o “pelourinho eletrônico”

Tratamos aqui da movimentação da sociedade acadêmica em torno da implementação de políticas de ações afirmativas e da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010). Proponho essas linhas por entender que a promulgação desses dois instrumentos legais, com vistas a acelerar o processo de acesso à educação superior para pessoas negras e pobres foi um importante ponto de inflexão na então vigente política educacional. E, ainda, porque a mobilização contrária a essas iniciativas do poder público em favor da população negra foi intensa, servindo quase como uma síntese do que registramos nas páginas anteriores, no sentido de ilustrar a autodefesa da branquitude contra a estratégia de diminuir os impactos do racismo sobre a vida das pessoas negras na contemporaneidade.

Escolhemos subsidiar esta sessão com a análise de um livro que foi publicado em 2007, intitulado *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. O livro é uma coleção de artigos colhidos, pelos organizadores, e que foram publicados em diversos jornais e revistas acadêmicas, que tinham um único intuito: marcar a posição contrária de seus autores e suas autoras às cotas raciais e ao Estatuto da Igualdade Racial.

Organizado por cinco intelectuais, e encabeçado pelos antropólogos Peter Fry, Yvonne Maggie *et al.* (2007), o livro foi publicado no bojo do acirramento das discussões sobre o PL 73/1999 (Projeto de Lei das Cotas Raciais) e o PL 3.198/2000 (Estatuto da Igualdade Racial), ambos aprovados. Na publicação, é possível, de uma só vez – graças ao empenho dos próprios organizadores em juntar as posições de inúmeros intelectuais em um só volume –, ver as justificativas de importantes intelectuais para serem contrários às políticas de ações afirmativas. Esses intelectuais defendiam a inconstitucionalidade de políticas sociais que tivessem a raça como critério para políticas públicas na busca por diminuir as desigualdades socioeconômicas no Brasil.

A PL foi transformada na Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012) e apresentada pela então Deputada Federal Nice Lobão. Em suma, a Lei institui a obrigatoriedade de que as universidades federais brasileiras reservem 50% de suas vagas para estudantes oriundos de

famílias cuja renda seja igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*. Mas é o artigo 3º da Lei que causou a indignação e a mobilização dos intelectuais citados. O referido artigo acrescenta que as vagas devem ser distribuídas para estudantes autodeclarados/as pretos/as, pardos/as e indígenas e para pessoas com deficiência. A Lei previa ainda a sua revisão no prazo de 10 anos após a promulgação, o que ocorreu em 2022, trazendo novamente o debate à tona, o que nos possibilita ainda sondar como os intelectuais presentes no livro se posicionaram ou não.

Já o PL 3.198/2000 (Estatuto da Igualdade Racial), de autoria do então Deputado Federal Paulo Paim, “Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências”, que foi pensada ao PL 6.912/2002, não sofreu tantas críticas dos intelectuais, mas não deixou de ser atacada.

O livro *Divisões perigosas* conta com 46 artigos escritos por 38 autores/as, e ainda com um prefácio, um preâmbulo e um texto de apresentação e um outro texto intitulado de “Racialização das políticas sociais: mais olhares críticos”, que vem a ser um compêndio de pequenos textos colhidos pelos organizadores entre as ditas cartas de leitores de veículos de imprensa também contrários aos PLs. A publicação ainda conta com a reprodução da já famosa *Carta pública ao Congresso Nacional: Todos têm direitos iguais na República Democrática*, que foi encaminhada ao Congresso em 2006, e seu conteúdo expressa o temor dos 114 signatários em relação às possíveis consequências para a democracia brasileira caso a PL fosse aprovada. Tanto o livro quanto a carta publicada antes são registros históricos do pacto da branquitude, um exemplo do que tratamos como branquitude acadêmica.

As cotas e o Estatuto feririam de morte a democracia brasileira ao abrir em suas terras uma divisão perigosa, uma cisão num país tão harmônico racialmente: “por que ressaltar apenas o que divide e não o que aproxima os cidadãos – no limite, a própria igualdade da condição humana?” é a pergunta central do livro e é manifestada pelo cientista político Bolívar Lamounier (2007, p. 11) no prefácio.

É Lamounier também o responsável por apresentar os três eixos centrais dos argumentos daqueles contrários às cotas/Estatuto: um dos principais argumentos encontrados no compêndio é o da preocupação com o projeto de “racialização” da sociedade brasileira, a criação jurídica da raça no país, o que seria um atentado à Constituição Federal. Outro argumento, o mais

defendido, é o das políticas universalistas como solução para o abismo educacional, econômico e sociocultural entre os brasileiros pobres e ricos, já que, para eles, a desigualdade entre brancos e negros não seria tão consolidada no país.

Esse é outro dos principais argumentos, ou seja, no Brasil as desigualdades seriam mais uma questão de classe e menos da influência da cor/etnia dos brasileiros e, portanto, melhorar a condição econômica dos brasileiros seria por si só mais eficiente e suficiente, sem que fosse necessário “aprofundar o racismo ou, na pior das hipóteses, inaugurar um tipo de racismo popular, de massa, que não existe entre nós” (Sorj; Miranda; Maggie, 2007, p. 15).

Há, ainda, outros argumentos, como aquele segundo o qual os defensores das cotas/Estatuto são os verdadeiros racistas e os contrários, os antirracistas, argumento que coloca principalmente os Movimentos Negros (que encabeçaram a luta por políticas reparatórias) como propagadores de racismo, de racismo reverso, de equivocados, mal informados, e até de genocidas da população indígena (Fry, Maggie *et al*, 2007, p. 113). Os favoráveis aos projetos seriam semeadores do ódio, da discórdia, eles escavam, ou abrem o caminho para o acirramento do racismo. E mais, os pró-cotas são os que buscam privilégios e incentivar o desejo dos negros em serem brancos, como explicitado no pensamento de José de Souza Martins:

É nesse sentido que, quando o negro reivindica privilégios, como o das cotas e o das compensações, nada mais faz do que mover-se no território não emancipador de supostos direitos de brancos, os privilégios de casta. No fundo, a história branca desta sociedade negra não deixou ao negro senão a alternativa de ser branco (Martins *in* Fry, Maggie *et al.*, 2007, p. 98).

Esse argumento vem envolto na ideia de que a escravidão foi um recurso amplamente utilizado também por pessoas negras e, portanto, não seria informada pela raça/cor, já que negros tiveram escravos, foram capatazes, alguns conseguiram comprar sua alforria e até enriquecer no período. Assim nos informa José Roberto Martins de Góes (2007, p. 59-60): “[...] no Brasil, a escravidão também estava longe de ser coisa de ‘branco’. O negro “vivia, trabalhava, casava, se amancebava, envelhecia e morria do mesmo jeito que os sem cor, digamos assim. E até participava do mercado de escravos, o que era facilitado por uma incessante oferta da mercadoria humana, o que a tornava relativamente barata”.

Esse argumento se repete em quase todos os textos e nele está implícito a tentativa, ora tímida, ora direta de minimizar a crueldade do regime escravocrata no Brasil. Embora não pudessem negar as evidências (até porque teriam que enfrentar muitos de seus próprios achados arqueológicos, antropológicos e históricos), muitos/as dos/as cientistas que publicaram textos

contrários às cotas, se apegaram a pequenos exemplos de exceções dentro de uma enormidade de inegáveis provas do racismo antinegro da escravidão e da atualidade brasileira:

[...] mistificação das cotas e dos privilégios compensatórios faz do negro um branco, o branco que não sabe pensar nem ver o mundo além do horizonte branco da privação da humanidade que impôs ao outro. Não faz dele um cidadão informado pelos clamores justos e necessários da consciência negra. Mistificar a história e a consciência da própria desumanização é alienação, pura e simples. Como o branco, o negro nunca foi, no Brasil, um paladino da liberdade. Nem podia. Havia escravidão em Palmares (Martins, 2007, p. 99).

No enxerto acima, temos o resumo do que alimenta o pensamento dos/as autores/as presentes no livro *Divisões perigosas* e, por conseguinte, da branquitude. Se a escravidão não pode ser negada, pode-se incluir os negros como beneficiários dela; se não se pode negar que há privilégios no acesso a direitos sociais e econômicos para brancos, pode-se dizer que quem luta para ter esses privilégios/direitos, de alguma maneira, está tentando ser branco.

Compreendemos tal argumento como um cabal exemplo de como a branquitude entende a brancura como um ente universal, cujo direito ao bem-viver é inato a eles. E lutar para ter tal direito é uma tentativa de usurpá-lo. No pensamento do autor supracitado, ele é capaz até de informar aos negros o que é que é a consciência negra verdadeira. É o branco ensinando o negro o que é ser negro, como pensar. Soa como um “venham cá, deixa eu esclarecer pra vocês o que é ser negro”.

Mas o argumento mais utilizado é o da dificuldade de se saber quem é negro no Brasil. Ponto comum entre os que tomaram a “mais radical posição antirracista” (Fry, Maggie *et al*, 2007, p. 18) é que a mestiçagem transformou o Brasil em um país multiétnico, o que é verdade, mas não que isso tenha feito do Brasil um país igualitário em termos raciais, visto que são numerosos os dados que informam o atravessamento da raça/cor nas desigualdades sociais. E isso os/as autores/as também não conseguem negar em seus artigos, no mais, minimizar e buscar uma exceção da exceção.

Não vou me prolongar com citações do livro, pois acredito que a síntese trazida já nos serve, mas antes de seguir gostaria de me deter em uma pergunta que ficou rondando a minha cabeça enquanto lia o livro, e que é expressa em uma entrevista feita pelo jornal *Folha de São Paulo* ao professor Peter Fry, em 2006. A pergunta é: se as cotas não são a solução, qual seria então a solução, já que os críticos criticam, mas dão quase nenhuma contribuição propositiva para solucionar a diferença de acesso ao ensino superior no país?

A resposta do professor aponta para ampliação da universalização do acesso, mas principalmente a melhoria da educação pública, pois, assim, negros e brancos pobres teriam mais tarde a possibilidade de concorrer de igual pra igual com os brancos ricos. Nesse sentido, o argumento só adia mais ainda a entrada de jovens negros no ensino superior e a formação para profissões de maior prestígio social e remuneração, ocupando lugares de poder e decisão. Pois, quem já tivesse saído do péssimo ensino público, que corresse por conta própria, pois a preocupação seria preparar os que ainda estariam por vir. Em síntese, aumentar a demanda reprimida por décadas.

O que parece não ser percebido pelos críticos é que as cotas, em nenhum momento, impedem o aumento de investimento na educação fundamental e média, nem impedem o aumento de vagas nas universidades, muito menos outras quaisquer outras iniciativas que possam ser criadas para pôr fim a uma cultura secular de dominação econômica e sociocultural de um pretenso grupo de humanos superiores. Elas não são divergentes, não são água e óleo. Podem e devem perfeitamente conviver bem na luta pela equidade.

A falta de soluções contundentes para o tempo presente, porém, faz dos argumentos dos/as autores/as mera retórica acadêmica de pretensa defesa da democracia racial, que seus próprios estudos negam, mesmo quando tentam relativizar a discriminação racial presente nas instituições e na sociedade brasileira como um todo.

Alguns dos autores presentes no livro e signatários da *Carta Pública* mudaram de opinião, mas não me parece interessante desenvolver isso no trabalho, uma vez que não encontramos uma mobilização tão forte por parte deles em desfazer os próprios argumentos, ou seja, não houve organização de livros, cartas públicas, aulas públicas, publicação de artigos em veículos de comunicação de massas etc. Com isso, estamos demarcando que empenho, força intelectual e capital cultural não foram arregimentados para informar à população brasileira sobre os benefícios das cotas e do Estatuto, nem como o argumento de “divisão” não encontrou lastro na realidade, nem que a qualidade das universidades públicas brasileiras não sofreu qualquer retrocesso.

Dessa forma, entendemos que a empreitada de mobilização contra as cotas e, de forma mais ampla, contra os Movimentos Negros, não recebeu o mesmo entusiasmo e recepção nos meios de comunicação e da mídia como um todo, mesmo quando apresentaram inúmeros

estudos que demonstraram a inveracidade dos argumentos contrários as cotas que outrora foram utilizados. Mais um silenciamento conveniente da branquitude.

Até aqui, a dissertação fez uma aproximação teórica sobre a branquitude/supremacia branca, e como ela foi, ao longo de séculos, plantando, regando e colhendo os frutos da ideia de que há, sim, seres humanos superiores e inferiores, seja fisicamente, seja em termos de inteligência, capacidade cognitiva e aptidão para o que é bom, belo.

É, pois, informado por esses elementos que partimos para a análise empírica de tudo o que debatemos até então. Analisaremos alguns eventos acadêmicos na busca de afirmação ou negação, avanços ou retrocessos nas relações étnico-raciais brasileiras desde o campo das universidades brasileiras.

3. “CONGRESSOS DA BRANQUITUDE”: Eis os resultados

O título desse capítulo foi utilizado em uma apresentação da Iniciação Científica, já citada aqui, no Congresso da Unifesp. Com intuito de registrar o título, agora reedito-o aqui por acreditar que ele foi adensado, passou a ser uma sentença mais analítica e menos de atitude, pois substanciado com aquele primeiro bloco de análise e somada ao que foi exposto anteriormente e com o que se segue. Ele revela fatos, sintetiza um pensamento que podemos evidenciar empiricamente, qual seja, que a academia, a universidade brasileira, ainda é um clube restrito para pessoas brancas, numa espécie de “branquialismo”, ou seja, com fortes traços de patrimonialismo, só que amalgamado com a racialidade branca.

O título remete diretamente ao corpus analisado, mas também a uma ideia de reunião, encontro entre pessoas com interesses em comum, com vistas a discutir um tema. *Congressos da branquitude* indica não só os resultados encontrados na pesquisa, a prevalência de pessoas brancas em eventos acadêmicos, como também abre um espaço para a discussão do tema, da situação, do fenômeno que estamos investigando. Nosso objetivo foi *observar* as interações acadêmicas materializadas nos eventos acadêmicos que compõem o corpus da pesquisa e, assim, analisar como elas se comportam em termos étnico-raciais, tendo como paradigma os conceitos explicitados, sobretudo o de *dispositivo de racialidade e branquitude acadêmica*.

Para alcançarmos esse objetivo, realizamos o levantamento do perfil dos/as palestrantes e mediadores/as de 10 eventos acadêmicos realizados entre os anos 2020 e 2022 por Universidades públicas brasileiras e 1 evento nacional da categoria profissional de Assistentes Sociais, que vem a ser a minha profissão. Foi escolhido ao menos um evento de cada região do país, com vistas a identificar possíveis diferenças “regionais” relacionadas ao fenômeno investigado. Também optamos por analisar diferentes edições do mesmo evento, no sentido de captar possíveis mudanças na configuração e organização dos eventos em anos diferentes.

3.1. Metodologia

Do ponto de vista técnico-metodológico, essa pesquisa faz um levantamento quantitativo do perfil étnico-racial dos/as palestrantes e mediadores/as de eventos acadêmicos realizados de maneira remota em universidades públicas brasileiras entre os anos de 2020 e

2022 e, em um segundo momento, analisa qualitativamente os dados, com fins de apreender de que forma o fator étnico-racial se faz perceber em termos de diversidade, ou pela falta dela, nos eventos analisados. Além disso, busco me debruçar sobre a construção e manutenção de um imaginário social em que as pessoas brancas são tidas como mais inteligentes e intelectualizadas do que as pessoas não-brancas.

Em outra chave, compreendo que a pesquisa faz um pequeno registro histórico. Ela faz um retrato de como as universidades brasileiras foram e são espaços de consolidação do dispositivo de racialidade, nos termos de Sueli Carneiro, em benefício da parcela da população que se identifica ou pode ser identificada como branca pela sociedade. Com isso, quero dizer que as universidades brasileiras são polos agregadores dos benefícios de ser identificado como uma pessoa branca, ou seja, são locais que fermentam a branquitude através de práticas institucionais, oficiais ou não, que criam, consolidam, ampliam e propagam privilégios socioculturais, visando os ganhos econômicos e simbólicos de tal pertença racial.

A pesquisa registra a última etapa dessa engrenagem acadêmica: a possibilidade de obter reconhecimento e visibilidade do trabalho intelectual que, pelas características das sociedades cujo contrato racial é vigente, faz tudo funcionar para que a branquitude seja beneficiada também nesse quesito. Em outros termos, o trabalho capta um dos momentos em que o dispositivo de racialidade funciona para cristalizar a ideia comum e racista de que pessoas brancas possuem uma inclinação quase inata, uma vocação, um dom para o sucesso intelectual.

Por isso, a pesquisa detém seu olhar na imagem física da intelectualidade brasileira e como ela se quer e tem se feito branca, mesmo quando é possível redimensionar, reconfigurar as presenças, as vozes, o pensamento, as epistemologias, para além daquelas hegemonicamente consolidadas.

Dessa forma, a pesquisa é mais do que a exposição de dados e informações de quantos brancos, pretos, pardos, amarelos, indígenas, homens ou mulheres palestraram nesse ou naquele evento. Ela se configura como um *registro* de um passado estrutural que teima em viver e se reconfigurar, materializando-se entre nós. Um passado em que os filhos dos brancos, se tudo correr bem para a branquitude, serão doutores, enquanto os filhos dos pretos e não-brancos, quando muito, serão exceções de sucesso na academia.

Trabalho com a abordagem quanti-qualitativa de caráter exploratório. Assim, partiremos da coleta de dados quantitativos e, posteriormente, os analisaremos com base nos pressupostos

das pesquisas quantitativas. A experiência que tive durante a Iniciação Científica me mostrou que, dadas as especificidades de cada evento, formas de divulgação e disponibilidade dos materiais visuais, dentre outras, cada um dos eventos analisados precisará ter uma metodologia própria de análise. A pesquisa nos dirá, desse modo, qual a metodologia mais adequada para melhor extrair os dados. No entanto, algumas vértebras precisam ser criadas:

- a. Em linhas gerais, a pesquisa valeu-se das regras de heteroidentificação/classificação racial consolidadas pela Orientação da Portaria Normativa 04, de 06 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria de Gestão de Pessoas, que Regulamenta o Procedimento de Heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. No entanto, face à dificuldade de se conseguir uma autodeclaração racial de cada um/a dos/as participantes, preferiu-se realizar a heteroclassificação a partir das características fenotípicas. Tal procedimento foi realizado pelo autor dessa dissertação, tendo como base seu conhecimento e sua vivência sobre o tema.
- b. Foram analisados eventos realizados entre os anos de 2020 e 2022, no formato remoto, cuja divulgação ficou registrada nas plataformas digitais, com fotos e/ou vídeos das e dos palestrantes e mediadores/as dos eventos.
- c. Foi analisado ao menos 01 evento por macrorregião, dando preferência para aqueles realizados por universidades federais; bem como analisamos, a título de comparação, o fenômeno em edições diferentes de um mesmo evento, sempre respeitando o marco temporal.
- d. Somente as principais mesas dos eventos foram analisadas.
- e. A classificação racial foi realizada pelo pesquisador, que analisou fotos e/ou vídeos usadas pelas próprias universidades na divulgação dos eventos que compõem o corpus; ou seja, escolhemos o modelo de heteroidentificação telepresencial de formato digital, em que a banca avalia fotos e/ou vídeos de forma remota, sem contato ao vivo, como

nos fala a professora Marcilene Garcia de Souza (2022). Modelo este também adotado pelas bancas de heteroidentificação do PPG do qual faço parte, o PPGHDL/Diversitas.

- f. A classificação de gênero foi realizada considerando os pronomes pessoais e de tratamento utilizados nos materiais de divulgação.
- g. A heteroclassificação foi realizada com vistas a responder a seguinte diretriz: *“através da análise da imagem que se apresenta e considerando as dinâmicas étnico-raciais do Brasil, como você classificaria a pessoa da imagem em termos étnico/raciais e de gênero? Considerando somente as categorias branco, preto, pardo, amarelo, indígena, no primeiro caso, e masculino e feminino, acrescido da informação “trans” quando a pessoa for heteroidentificada como uma pessoa transsexual, no segundo caso, e não classificada quando da impossibilidade de classificar a partir da imagem dada”*.
Erguida essa espinha dorsal, analisamos a metodologia e suas orientações teóricas.

3.1.1. Heteroidentificação/classificação racial

A escolha da metodologia da heteroidentificação/classificação nessa pesquisa, para a coleta dos dados sobre a pertença étnico-racial dos/as participantes dos congressos aqui investigados, se dá diante da dificuldade de encontrarmos fontes seguras sobre a autoclassificação dessas pessoas. Ou seja, não há um levantamento nacional sobre o tema e são pouquíssimas universidades cujo dado étnico-racial é colhido e/ou disponibilizado para a consulta.

A ausência dessa informação foi verificada também nos eventos analisados. Por si só, esta constatação já é um dado analítico da pesquisa, por apontar ao menos três caminhos interpretativos: o primeiro, é o de que não se tem esses dados, pois os concursos são um modelo meritocrático de se conseguir emprego e não são influenciados pela etnia-raça das e dos candidatos; o segundo, tem mais a ver com a ferramenta já referida anteriormente acerca do silenciamento e do apagamento da questão étnico-racial nas universidades brasileiros; e um terceiro seria o entendimento da não necessidade desse recorte ser registrado. No fim, dá na mesma: um apagão nos documentos públicos sobre a racialidade de seus funcionários.

Destarte, não é possível realizar uma heteroidentificação que complemente ou afira a autoclassificação desses/as participantes, de modo que o que a pesquisa considera é, em suma, como as pessoas classificariam os/as docentes das universidades brasileiras em termos étnico-raciais. Para mais, como as universidades se fazem ver.

Ponto comum entre as instituições e o aparato legal, nós temos a autoclassificação étnico/racial como o processo mais recomendado e aceito. Em sua dissertação de mestrado, o professor Lourenço Cardoso, ao empreender uma análise da emergência dos estudos sobre branquitude no Brasil, debruçou-se sobre a produção acadêmica, quantificando o volume de trabalhos sobre o tema. Mas, ao apontar a necessidade de aprofundar os estudos na direção empírica, ele reforça a constatação da dificuldade de obter estes dados, devido ao fato desses dados não estarem registrados nas fontes de sua pesquisa (Cardoso, 2008, p. 119).

Apesar de concordamos na centralidade da autoclassificação/identificação racial como o mais recomendado, visto que ela é usada pelos órgãos de pesquisa e amplamente defendida pelos movimentos negros e ainda por ser a autodeclaração de pertença racial a primeira ação daqueles/as que pretendem concorrer a uma vaga nas universidades públicas e nos concursos públicos brasileiros, dada a complexa dinâmica racial do Brasil, há um o desafio de como classificar racialmente as pessoas em um país multiétnico. Dito de outra forma, é difícil dizer quem é negro, branco e indígena, dado o intenso processo de miscigenação.

Essa dificuldade de autoclassificação tem servido, no entendimento de diversos analistas, como instrumento da branquitude. O uso dessa “confusão” racial, como ficou bastante nítido nos debates sobre as ações afirmativas, especialmente em relação às cotas raciais, tem colaborado para a manutenção do falso mito da democracia racial, denunciado há décadas pelo Movimento Negro.

O nó principal desse impasse está na classificação racial das pessoas pardas que, por suas características fenotípicas, encontram bastante dificuldade em se posicionarem em um dos lados. A frase “branco demais para ser preto, preto demais para ser branco” é comum entre os auto classificados como pardos. No Brasil, a quantidade de pessoas que se declararam pardas no Censo do IBGE de 2022 ultrapassou os 45% da população, em um universo de mais de 203.062.512 pessoas.

Politicamente, as pessoas pardas são contabilizadas junto com os autodeclarados pretos (10, 6%, em 2022), constituindo assim a raça negra, que chega em 2022 ao equivalente a 55,9%.

Esse posicionamento possibilitou avanços substanciais nas políticas públicas e na luta contra o racismo. No entanto, esta fluidez racial, conforme as margens do rio que se mergulha, tem sido usada por algumas pessoas brancas para burlar a lei de cotas em diversos certames, aproveitando-se da autoclassificação para tanto.

Tal estratégia chamou, primeiramente, a atenção dos estudantes negros, que perceberam o uso indevido das cotas raciais, percepção que vem sendo cada vez mais comprovada com dados reconhecidos pelas universidades e pela justiça brasileira. Assim, de um instrumento político-social de autoafirmação racial, a autodeclaração demonstrou que, por si só, em nossa sociedade, é um instrumento ainda frágil para ser usado como único critério de acesso a políticas reparatórias, como as cotas. Daí que muitas instituições passaram a realizar uma avaliação posterior a autodeclaração, as chamadas bancas de heteroidentificação ou bancas de aferição da autodeclaração.

Optamos por utilizar o termo heteroclassificação entendendo que não partimos de uma autodeclaração, mas de uma classificação feita a partir da análise de características físicas dos perfis. Este processo considera que, no Brasil, como demonstrado por Muniz Sodré, a raça e etnia se constroem na relação social, atravessadas por outros elementos, tais como a regionalidade e territorialidade, que podem influir na percepção sociorracial dos brasileiros.

Importante ressaltar que o procedimento realizado nesta pesquisa não teve por intuito questionar a autoclassificação de quaisquer um dos perfis analisados, tanto é que não menciona o nome de quaisquer um/a dos/as participantes. Em outras palavras, queremos entender qual a percepção do público quanto ao tema, bem como investigar a presença ou não de pessoas não-brancas nos congressos que compõem nosso corpus, entendendo ser necessário o debate, visto que a rara presença de docentes/intelectuais negros e não-brancos nas universidades brasileiras é uma límpida demonstração da deficiência da democracia, da desigualdade educacional que possui o fator étnico/racial como suporte.

Utilizamos a metodologia criada pela professora socióloga Marcilene Garcia de Souza, que ela nomeou de “Método Oju Oxê” (Olhos da e para a Justiça). Outra observação tem como ponto principal as diferenças regionais, que existem nos cotidianos dos diferentes territórios. Porém, fazendo coro ao método da professora Marcilene, nessa pesquisa tentou-se padronizar a classificação de forma nacional, isso porque, nas palavras de Souza:

[...] o entendimento dos membros de banca, seguindo o método, é de refutar estereótipos que tentam consubstanciar representações de senso comum traduzidas,

por exemplo, na ideia de que “na região Nordeste todo mundo é *pardo*” ou que “*no Sul passou de branco, negro é*”. O método considera a análise objetiva do fenótipo, considerando que em todas as regiões do Brasil existentes pessoas brancas, pretas ou pardas em quantidade e percentual diferentes, e que as análises devem ser padronizadas, considerando que em média, os processos seletivos de Universidades públicas ou concursos públicos mesmos sendo municipais, estaduais ou federais, podem ser considerados nacionais, dado o perfil de inscritos (Souza, 2022, p. 19).

Outras considerações importantes: cada categoria étnico-racial foi usada no sentido dado pelo IBGE; as fotos podem ter sofrido efeitos de edição por parte da própria pessoa ou por parte da equipe de divulgação, assim levamos em consideração também esta possibilidade, visto que não há regulação entre elas.

3.1.2. O corpus

O corpus da pesquisa foi composto pela análise de 11 eventos acadêmicos que foram realizados de maneira remota, ou seja, foram eventos mediados pela ferramenta digital, ficando assim registrados em fotos, vídeos e materiais de divulgação. Esses materiais permitiram não só a heteroclassificação racial daqueles/as que participaram como palestrantes ou na mediação dos eventos, mas também analisar os discursos práticos e os não ditos sobre a branquitude e relações étnico-raciais no desenrolar das palestras proferidas e dos debates realizados.

As seguintes diretrizes foram consideradas: terem sido realizados dentro do recorte temporal, por universidade públicas, e não serem restritos a uma única área do conhecimento, mas que tenham envolvido mais de duas áreas distintas. A exceção se deu para o Congresso Nacional de Assistentes Sociais, dada sua abrangência nacional, e por ser o congresso da categoria profissional deste pesquisador, de modo a investigar como a categoria se apresentaria diante do tema. Assim, chegamos ao seguinte corpus:

Região Norte:

- Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, edições IX, X e XI (respectivamente 2020, 2021 e 2022).

Região Nordeste:

- EPEN – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Edições XXV-2021 e XXVI (2022).

Região Sul:

- 18ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SEPEX UFSC.

Região Sudeste:

- Congresso Acadêmico Unifesp 2020 e 2022 - Universidade Federal de São Paulo.

Centro-Oeste:

- XIX Encontro Nacional de Pós-Graduação em Filosofia e Direito da ANPOF.
- Encontro de Licenciaturas e Educação Básica (ELEB) 2020 e 2021.

Evento de Nível Nacional

- XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS-2022).

3.2. Apresentação e análise dos dados

No diálogo que travamos com Ailton Krenak, Sueli Carneiro, Cida Bento, Lourenço Cardoso, Muniz Sodré e Charles Mills, para citar alguns nomes, nos interessou não interpretar ou traduzir o que tais intelectuais disseram, mas depreender dos seus trabalhos elementos que pudessem nos fazer compreender como a situação de diferenciação sistemática e contínua de seres humanos informada pelo marcador de raça/cor constitui o campo da educação superior como *locus* privilegiado dessa cultura da exploração, subordinação e de extermínio do pensamento de pessoas e grupos não-brancos, quando não de suas vidas.

Se Mills nos fala de uma sociedade signatária de um contrato racial, Carneiro nos fala sobre um dos artigos do contrato, ao registrar a necessidade de apequenar determinado grupo (no caso o grupo negro) em uma condição de não-ser humano. Não sendo humano, este grupo pode vir a ser qualquer coisa, ou simplesmente “uma coisa”. Por sua vez, Bento nos faz

compreender que o contrato racial é informado por pactos entre brancos, “pactos narcísicos”, por meio dos quais o que importa é o branco e seus iguais. Nesse sentido, pouco importa as inúmeras evidências de que os grupos não-brancos possuem as mesmas potencialidades de desenvolvimento sociocultural, e mais, que não há nenhuma evidência de que pessoas brancas possuam qualquer traço de superioridade em relação a qualquer outro grupo étnico-racial.

Quando Cardoso nos fala de que a branquitude na academia significa ser o cérebro, o que pensa a verdade, ele está nos informando, junto com Carneiro, sobre a estratégia da branquitude de exterminar o pensamento-mundo de pessoas não-brancas, em outro termo, uma empreitada de epistemicídio, que efetua de diversas maneiras dentro do dispositivo de racialidade. Um epistemicídio pode, e vem sendo perpetrado, através do apagamento de pensadores/as e da obra de intelectuais não-brancos/as, na dificuldade de acesso, permanência e sucesso acadêmico, como vimos nos exemplos que trouxemos aqui.

Mas é principalmente na superexposição de pessoas brancas nos espaços de poder e de prestígio intelectual que o epistemicídio se naturaliza. Uma vez que a sociedade só vê intelectuais brancos, há grande chance de que não-brancos não sejam vistos como intelectuais, ou não possuindo a capacidade de sê-lo. É, pois, informados por estes pensadores que apresentamos os resultados que seguem.

3.2.1. Perfil dos/as participantes do Congresso Acadêmico Unifesp 2020 e 2022

O primeiro evento analisado foi o **Congresso Acadêmico Unifesp 2020**. Este talvez tenha sido o primeiro grande evento acadêmico realizado na pandemia de Covid-19. Foi acompanhando este evento que o tema da pesquisa se apresentou a mim, como já narrado acima. De lá pra cá, foram realizadas 4 edições do Congresso, das quais analisaremos duas. A primeira edição já foi alvo de escrutínio, cujos resultados foram publicados por mim em parceria com a professora doutora Marina Mello (2021). Portanto, o que se segue é a reprodução de parte do artigo, mas com uma alteração. Apresentamos agora os dados desagregados em termos de raça/cor.

Na primeira versão, incluímos pardos e pretos já na categoria de negros. Desta vez, optamos por apresentar esses dados isolados, com vistas a compreender melhor o fenômeno. Em seguida, apresentamos os dados da terceira edição do congresso, realizado em 2022, para posteriormente analisar e comparar os resultados.

Entre os dias 13 e 17 de julho de 2020 ocorreu o primeiro Congresso Acadêmico Unifesp, em formato totalmente virtual, em decorrência das medidas sanitárias de distanciamento social necessárias para combater a propagação da Covid-19. “Reinvenção, inclusão e qualidade” foi o tema escolhido. Uma extensa programação de palestras, mesas de debate e atividades culturais foi preparada, com objetivo de divulgar a produção acadêmica da universidade, e ainda debater sobre temas atuais da sociedade.

Em vídeo de divulgação publicado na página do congresso, no *YouTube*, temos a seguinte afirmação: “vamos conversar sobre tudo que a Unifesp vem produzindo”. Os números demonstram a grandiosidade do congresso, bem como da própria universidade, no que tange à produção científica em todos os campos do saber. Foram “mais de 25 mil inscritos, mais de 250 horas de conteúdo, transmitidos simultaneamente em seis salas, 62 palestras e mesas, as quais reuniram 261 palestrantes nacionais e internacionais, além da apresentação de 1.745 trabalhos”²³. Mas, como mostram os resultados da pesquisa, em se tratando da diversidade nos perfis das pessoas convidadas como palestrantes e mediadores/as das principais atividades, ao menos no quesito inclusão, anunciado no tema, não se concretizou. Vejamos.

O evento apresentou um perfil racial e fenotípico de convidados/as oficiais majoritariamente branco. Foram analisados 249 de 261 perfis, pois nem todas as fotos de divulgação estavam com qualidade suficiente para serem analisadas. Desses 249 perfis, 86% foram identificados como brancos, 10% como pretos, e 4% foram classificados como não-brancos. Analisamos ainda o gênero dos/das convidados/as e 51% eram do gênero masculino e 49% feminino.

²³ Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Reitora e vice-reitor realizam balanço do Congresso Acadêmico 2020, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/4618-reitora-e-vice-reitor-realizam-balanco-do-congresso-academico-2020>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Gráfico 1 – Gênero dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2020), elaborado pelo autor (2023)

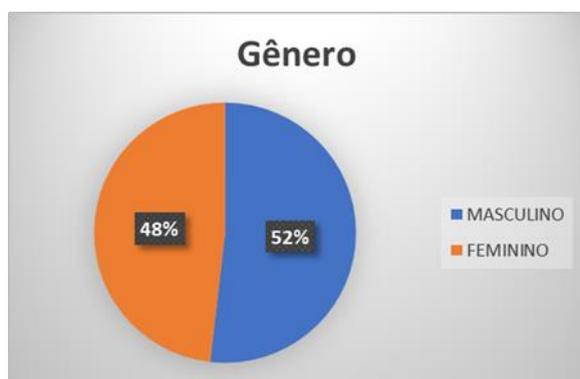
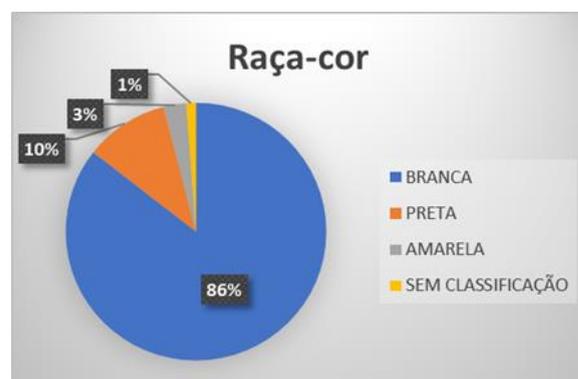


Gráfico 2 – Raça-cor dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2020), elaborado pelo autor (2023).



Visualizamos a paridade de gênero e a majoritária presença de convidados brancos, sendo que, aqueles e aquelas que não foram classificados/as como brancas ou não foram classificadas racialmente, não somam 14% do total.

Antes de passarmos para a os dados de 2022, insta observarmos que, na edição de 2021, apresentamos os resultados prévios da pesquisa de iniciação científica, da qual esta dissertação é fruto. Apesar de não analisarmos a referida edição, por não termos tido acesso aos dados, uma vez que a página do evento se encontrava fora do ar até o momento em que realizei a coleta dos dados do evento. Não é demais afirmar que, no quesito diversidade, a situação sofreu pouca alteração, chegando mesmo a ter a participação de pessoas não-brancas diminuída.

Já em 2022, o Congresso Acadêmico Unifesp 2022 foi realizado entre os dias 27 e 30 de junho de 2022 e 1 de julho de 2022, com o tema: “Universidade, conhecimento e democracia”. Em reportagem de 1 de julho de 2022, ressaltou-se que, do universo de mais de 2000 trabalhos apresentados, houve um crescimento de 100% no número de trabalhos de iniciação científica na área de ações afirmativas em relação à edição anterior. Na análise de uma das integrantes da comissão central do congresso: “É um tema sobre o qual a Unifesp tem se desafiado nos últimos anos; esse aumento mostra que o compromisso com a inclusão tem dado certo”²⁴. A análise é interessante, pois aponta para dois aspectos: o primeiro é o de que a universidade está preocupada em demonstrar uma movimentação para a diversidade; o segundo

²⁴ Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Unifesp realiza VIII Congresso Acadêmico com o tema Universidade, Conhecimento e Democracia, 1 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/eventos-antiores/item/5808-unifesp-realiza-viii-congresso-academico-com-o-tema-universidade-conhecimento-e-democracia>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

é que o tema das ações afirmativas cresce, mas não encontra nas principais mesas do evento respaldo representativo, como veremos.

O evento apresentou um perfil racial e de cor dos convidados/as oficiais majoritariamente branco. Foram encontrados 113 convidados e convidadas, e a heteroclassificação de todos/as foi possível. Destes, 90 foram identificados como brancos, 8 como pretos, 10 como pardos, 4 como amarelos e 1 como indígena. No recorte de gênero, a presença feminina superou a masculina, 63 contra 50, sendo 1 delas uma mulher trans.

Gráfico 3 - Gênero dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2022), elaborado pelo autor (2023)

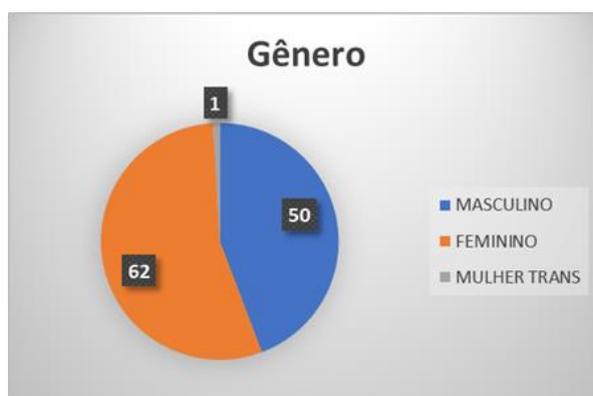
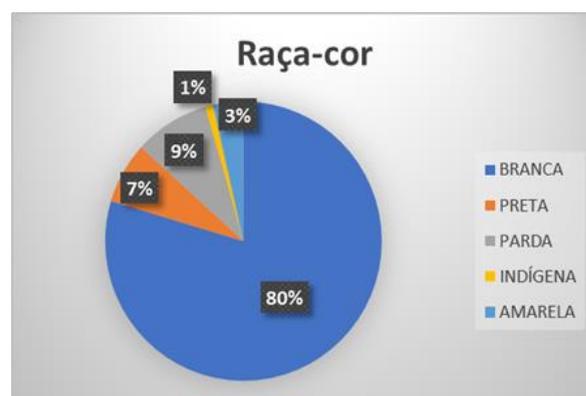


Gráfico 4 – Raça-cor dos convidados/as do Congresso Acadêmico Unifesp (2022), elaborado pelo autor (2023)



Vemos que, em relação ao gênero das pessoas convidadas, houve uma inversão no que costuma acontecer, ou seja, as mulheres estão em maior número. Em relação ao marcador de raça-cor, é possível observar que houve a inclusão de outros perfis, como indígenas e amarelos. No entanto, o universo branco prevaleceu, demonstrando que entre uma edição e outra a universidade não conseguiu minimamente apontar para mudanças neste quesito.

Ao apresentar os dados quantitativos das duas edições analisadas, é possível observar constâncias e variações. Observando os dados, vemos que, se na primeira edição do congresso houve um cuidado em equilibrar as presenças em relação ao gênero, na terceira edição houve uma inversão no que comumente se via: a quantidade de mulheres superou a de homens. A presença de uma mulher trans, apesar de importante, indica a confirmação de uma de nossas hipóteses, visto que ela é chamada para falar sobre o tema “Democracia e cidadania LGBTIA+ ontem e hoje”, ou seja, sua presença única se restringiu a um “nicho” específico no qual ela teria “lugar de fala” por sua identidade de gênero. Nesse mesmo recorte, em 2020, chamamos atenção para o equilíbrio quanto ao marcador de gênero, mas percebemos que, ao interseccionar nossa leitura com o marcador étnico-racial, a brancura prevaleceu.

Analisamos uma das mesas de debate que, apesar de tematizar a importância das “Mulheres em posições de liderança”²⁵, não contou com nenhuma mulher não-branca, ou porque não procuraram nenhuma mulher negra em posição de liderança ou porque não as convidaram, em ambos os casos, o nome mais apropriado para a mesa teria sido “mulheres brancas em posição de liderança”.

Em reportagem publicada como divulgação da mesa, encontramos a seguinte informação: “As dificuldades na ascensão na carreira, seja ela no setor público ou privado, determina que somente uma pequena porcentagem das mulheres ocupem cargos de liderança, e essa é a principal motivação para as discussões desta sessão”. A constatação é verdadeira, mas aí cabe reproduzir a frase de Sojourner Truth que, em 1851, indagou “*e eu não sou uma mulher?*”. Não são mulheres negras mulheres que deveriam também ocupar espaços de liderança? Importante atentar para este fato, pois ele corrobora, ao mesmo tempo, com duas de nossas hipóteses. Ainda que se busque a equidade entre os gêneros, há prevalência de privilégio branco, mesmo entre o gênero feminino. Lélia Gonzalez já tinha cantado essa bola.

A mesa foi provocada pela audiência a se manifestar sobre a ausência de mulheres negras. Por óbvio, as convidadas não seriam obrigadas a tratar do tema, uma vez que estavam ali como participantes e não como organizadoras do evento. No entanto, entre aquelas que se manifestaram, a tônica dos comentários foi o discurso sobre a diferença entre as lutas das mulheres, mas que nenhuma delas poderia falar pelas pessoas ausentes. O que foi possível perceber foi o desconforto com a situação, como se só naquele momento é que se tivesse percebido o fato. Cabe mencionar que uma das participantes era a então reitora da Unifesp. Em sua fala final, ela citou meia dúzia de nomes de mulheres negras que ocupam cargos de liderança na própria universidade, o que nos leva novamente a questionar o porquê de não terem sido convidadas. A Reitora esclarece que uma delas foi convidada, mas não quis participar. Segundo a Reitora, o tema do racismo seria tratado em outras mesas, inclusive em uma cujo principal palestrante seria o professor Boaventura Sousa Santos (mas ele acabou não participando do debate).

Fica mais evidente a questão racial quando analisamos outra mesa, cuja questão foi interseccionada com a de gênero. Trata-se da mesa “Mulheres negras das Ciências Exatas, onde estão?”, em que todas as convidadas eram negras. Um dado interessante é que uma dessas

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l_2WhsWKcRo>.

participantes ocupa um cargo de liderança e facilmente poderia ter sido convidada para a mesa sobre mulheres na liderança, visto que ela é uma mulher. Todavia, encontramos novamente as pessoas negras falando de raça e racismo, da ausência delas nas diversas áreas do conhecimento. A própria existência do debate em questão nos leva a inferir que a universidade tem sido alertada para a necessidade de mudanças institucionais, com vistas a refletir de maneira mais justa a sociedade brasileira.

No congresso de 2022, não foi realizada nenhuma palestra específica com a temática étnico-racial. Mas, em 2020, a universidade se debruçou sobre o tema na mesa “Racismo: velhos e novos desafios”, mesa da qual só participaram como palestrantes pessoas negras. Neste caso, o que nos salta aos olhos é a ausência de pessoas brancas, o que nos leva a analisar o silêncio da branquitude sobre o tema, uma vez que o racismo implica diretamente pessoas brancas como demonstramos nas linhas anteriores.

Em 2020, foram quase 60 palestras diferentes e somente em uma delas a presença negra prevaleceu entre os/as palestrantes, justamente para falar de raça e racismo; em 2022, foram 24 palestras e o dado se repete, mas com o diferencial de que a mesa discutiu sobre o amor. Podemos dizer, sem ironias, que para saber quem é negro na universidade, basta olhar para as mesas que tratam de racismo.

3.2.2. Perfil dos convidados da Jornada Virtual da UEFS 2020²⁶

Com o tema *Trilhas para a Pluriversidade*, ocorreu entre os dias 27 de julho e 1 de agosto de 2020 a Jornada Virtual da UEFS, evento da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). No texto de apresentação, é ressaltado que o evento tem como motivação o desejo da universidade, mesmo em meio a pandemia de Covid-19, continuar “atuando junto à comunidade, em atividades de extensão, pesquisa, mesas de diálogo, comunicações”, objetivando a “a troca de conhecimentos, experiências e aprendizados que contribuam para um mundo melhor”. A universidade se apresenta como uma “universidade sertaneja, desejosa de (re)pensar e buscar caminhos, dialogar e incluir saberes, tornar-se mais e definitivamente plural”. E, ainda, que a jornada contará com “a participação da comunidade universitária, dos servidores docentes, técnicos administrativos e estudantes, bem como suas representações

²⁶ Cf. JORNADA VIRTUAL UEFS 2020. Disponível em: <<http://www.jornadavirtual.uefs.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

sindicais e estudantis, colegiados, departamentos, setores, sempre tendo em vista atividades que ultrapassem o espaço da UEFS e envolvam toda a Sociedade”.

A apresentação que ressalta a troca de conhecimentos de forma plural e diversificada esbarrou no perfil das e dos convidados/as oficiais do evento. Foram analisados 27 participantes, dos quais 59% foram identificados como brancos, 30% como pretos e 7% como indígenas e 4% amarelos. A presença de pessoas brancas é quase o dobro de outros perfis, fato que ocorre, também, quando o quesito é gênero, pois dos 27 convidados, 63% eram do gênero masculino e 37% do feminino.

Gráfico 5 – Gênero dos convidados/as da Jornada Virtual UEFS (2022), elaborado pelo autor (2023)

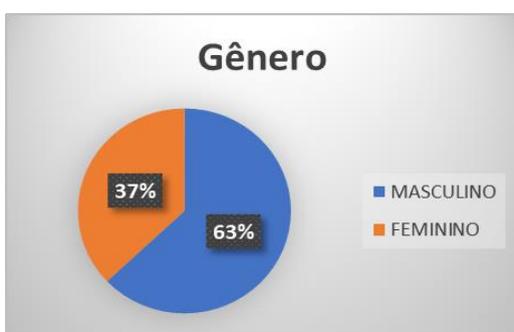
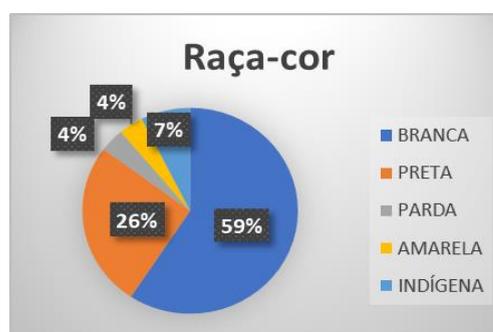


Gráfico 6 – Raça-cor dos convidados/as da Jornada Virtual UEFS (2022), elaborado pelo autor (2023)



Neste evento, um diferencial foi a mesa debate cujo tema foi “invisíveis maiorias; iniquidade e injustiça”, que contou com a presença de pessoas indígenas e amarelas, discutindo diretamente sobre diversidade étnico-racial no campus universitário, bem como com um mediador identificado como branco. Outro dado interessante foi que, com exceção de uma mesa, todas as outras tinham representantes de todos os grupos raciais.

É possível notar uma diversidade maior entre os/as convidados/as de outras raças, etnias e cores. Somados, os não-brancos chegam a 41%. O número de pessoas identificadas como pardas também tem um salto considerável em comparação com os outros eventos analisados.

3.2.3. Perfil das pessoas convidadas do Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia - UEPA [4] edições de 2020²⁷, 21²⁸ e 22²⁹.

De 09 a 11 de Dezembro de 2020 ocorreu o IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia, promovido pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Realizado de forma virtual e com o tema “Estudos Interdisciplinares em Ciências Ambientais: desafios em tempos de pandemia”, o evento seria uma espécie de “esforço de sensibilização das pessoas, pela defesa da Amazônia”. Tratava-se de um evento com recorte mais restrito quanto ao tema, mas, dada a dificuldade que tivemos de encontrar eventos acadêmicos virtuais na região Norte do país, optamos por analisá-lo, considerando a importância da UEPA.

O cenário de prevalência de pessoas brancas continua, pois, elas são 61% dos/as convidados/as, diante de 26% de pretos; 13% dos perfis não puderam ser classificados com segurança, ou por não terem tido fotos divulgadas, ou pela qualidade delas, o que dificultou a identificação de características fenotípicas, segundo a metodologia adotada em minha pesquisa. O evento também se aproxima de uma paridade entre os gêneros: 58% masculino e 42% feminino.

Gráfico 7 – Gênero dos convidados/as do IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2020), elaborado pelo autor (2023)

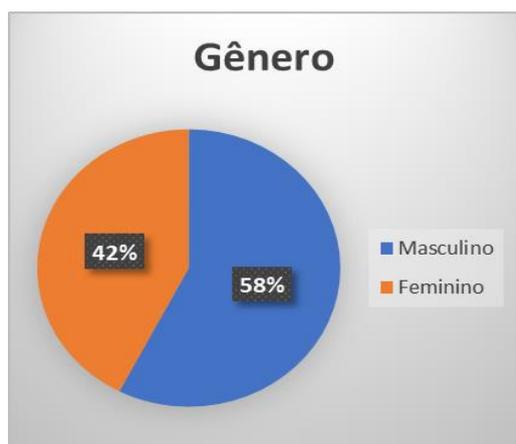
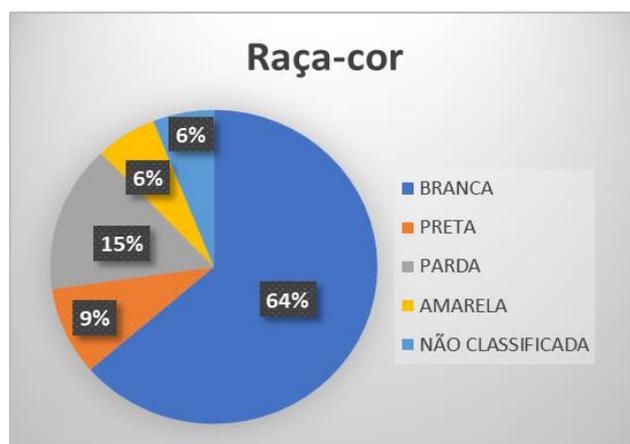


Gráfico 8 – Raça-cor dos convidados/as do IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2020), elaborado pelo autor (2023)



²⁷ DOITY. IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/ppgcasimposio/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

²⁸ DOITY. X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/ppgcasimposio-91677-20210803151710/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

²⁹ DOITY. XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/xisimposiocienciasambientaisnaamazonia>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

A edição X do Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia – UEPA ocorreu entre os dias 13 a 15 de dezembro de 2021, com o tema: “Meio Ambiente sustentável e popular: desafios e estratégias para o desenvolvimento da Amazônia”.

Gráfico 9 – Gênero dos convidados/as do X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2021), elaborado pelo autor (2023)

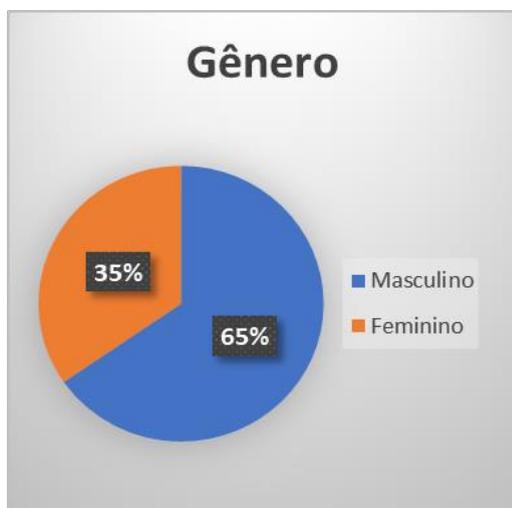
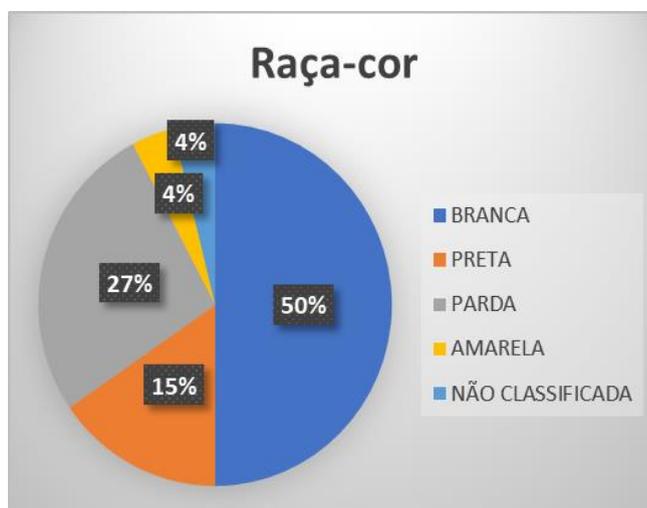


Gráfico 10 – Raça-cor dos convidados/as do X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2021), elaborado pelo autor (2023)

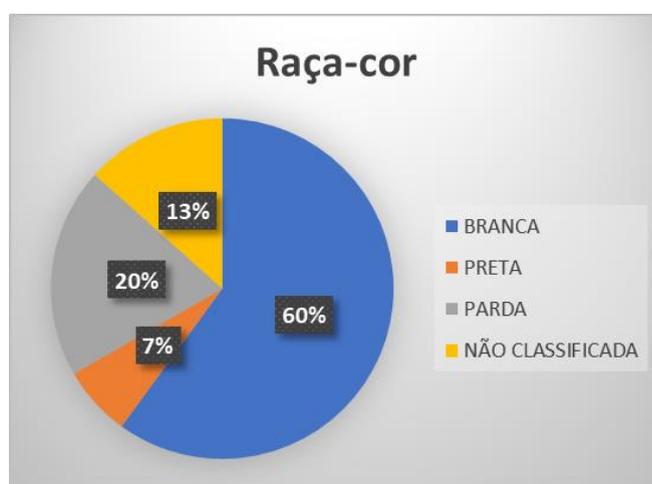


Já em 2022, foi realizada a XI edição do Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia – UEPA, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2022, com o tema: “Desenvolvimento Sustentável e a vida amazônica”.

Gráfico 11 – Gênero dos convidados/as do XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2022), elaborado pelo autor (2023)



Gráfico 12 – Raça-cor dos convidados/as do XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia (UEPA, 2022), elaborado pelo autor (2023)



Nas três edições do simpósio, notamos a tendência de ampliação da diversidade de gênero e raça-cor nos eventos analisados. De todo modo, foram os eventos de cujas pessoas mais tive dificuldade em realizar a classificação, seja pela falta de qualidade das imagens, seja por não termos conseguido identificar, com base nas características fenotípicas dos/as participantes, o pertencimento racial.

3.2.4. Perfil dos/as convidados/as da 18ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa – Universidade Federal de Santa Catarina [5].

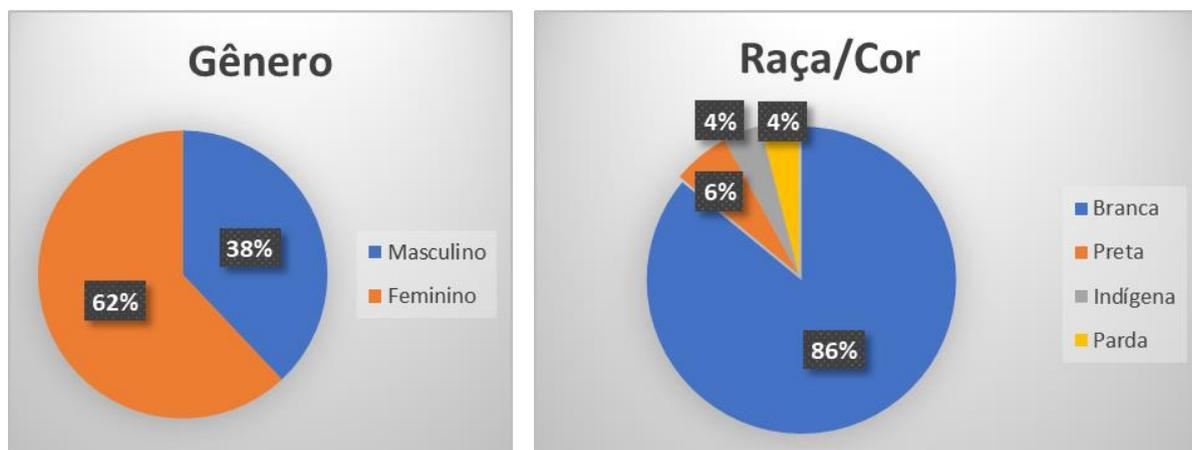
A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresenta a SEPEX como um evento que visa “o estímulo à curiosidade e a motivação da população para que possa discutir as implicações sociais da ciência, além de aprofundarem seus conhecimentos”. As atividades foram divididas em quatro eixos: 1) Ciência & Tecnologia; 2) Bioeconomia; 3) Conheça a UFSC; e 4) Eixo Geral, realizados entre os dias 22 e 24 de outubro de 2020.

A mesa “O antirracismo e o anticolonialismo na ciência” contou com uma mediadora branca, uma palestrante preta e outra indígena. Uma mesa, em especial, chamou nossa atenção, intitulada “bioeconomia catarinense – Ações da Epagri...”, que contou com a presença do grupo “Sementes Crioulas – Epagri”. O nome do grupo leva as pessoas espectadoras a esperar pessoas pretas como membras do grupo, mas o que se viu no vídeo de apresentação foi um grupo 100% branco, fato que requer maior investigação quanto ao caráter do grupo, do entendimento do que seria “crioulo” nesse contexto, o que pretendemos abordar em trabalhos posteriores.

Quanto ao gênero, prevalece o masculino: 62% contra 38% do gênero feminino. Também permanece a disparidade de raça, com a presença de pessoas brancas nas mesas de debate que chega ao percentual de 86%.

Gráfico 13 – Gênero dos convidados/as do 18ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa (2020), elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 14 – Raça-cor dos convidados/as do 18ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC – SEPEX em casa (2020), elaborado pelo autor (2023).



3.2.5. Perfil dos convidados do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia

O X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito da ANPOF ocorreu entre os dias 20 e 22 de outubro de 2020, de forma virtual, pela plataforma do canal no *YouTube* do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB). O tema do evento foi “Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia”. A classificação, neste caso, se deu por análise das imagens dos vídeos disponíveis no referido canal, pois não houve por parte da organização a divulgação de fotos dos e das palestrantes.

Articulando a área da Filosofia e do Direito, o evento teve como proposta “fornecer instrumentos para se refletir sobre a realidade brasileira e procurará também articular um caminho teórico que iluminará as questões fundamentais da filosofia política moderna e contemporânea”. A apresentação do evento afirma que a universidade tem como papel “refletir sobre a sociedade e contribuir para se buscar alternativas e soluções para os problemas do presente, tendo em vista o bem-estar das gerações atuais e futuras, e contribuindo também, desta maneira, para implementar as condições para uma convivência pacífica e frutífera em nível nacional e planetário”. Porém, a atividade reflexiva e a “busca de soluções para os problemas do presente” parecem ser exclusividade de pessoas brancas, se levarmos em conta o perfil dos convidados e convidadas do evento. Neste evento, encontramos o maior percentual de diferença entre os gêneros: 70% masculino e 30% feminino. No quesito raça/cor, a composição era de 91% de pessoas brancas em um universo de 23 convidados/as.

Gráfico 15 – Gênero dos convidados/as do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF (2020), elaborado pelo autor (2023)

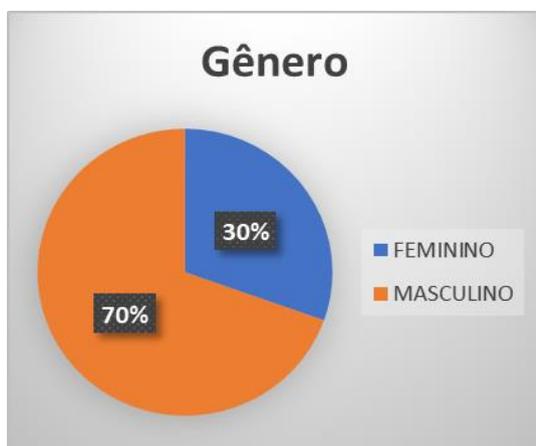
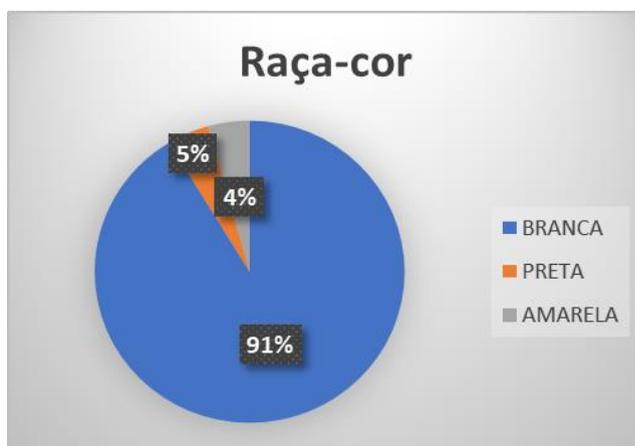


Gráfico 16 – Raça-cor dos convidados/as do X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF (2020), elaborado pelo autor (2023)



No blog de divulgação do evento³⁰, encontramos uma foto que ilustra a programação do mesmo. Na foto em preto e branco, vemos homens negros carregando cartazes em que se pode ler as frases em inglês “*I am a man*” e outra que seria “*Union, Justice...*”, em tradução livre: “Eu sou um homem” e “União e Justiça”, respectivamente.

Figura 3 - Imagem que ilustra o X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia



Fonte: Blog X Encontro Nacional do GT Filosofia e Direito – ANPOF.

³⁰ GRUPO DE ÉTICA E FILOSOFIA DA UNB. X Encontro Nacional do GT - Filosofia e Direito - ANPOF - Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia. Disponível em: <<https://filosofiapoliticaunb.blogspot.com/2020/10/x-encontro-do-gt-filosofia-e-direito.html>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

A foto destoa dos reais participantes do evento. Importante ressaltar também que o evento foi promovido e contou com a participação de docentes de outras universidades brasileiras, como a UFSJ, UNB, UNESP, UFPB.

A ANPOF também realizou em 2022 a XIX edição do seu Encontro Nacional de forma presencial. No entanto, as 4 conferências principais foram virtuais, motivo pelo qual incluímos na pesquisa. O perfil que encontramos é bastante diferente do GT citado anteriormente, pois encontramos um equilíbrio consistente em questão de gênero e étnico-racial.

Gráfico 17 – Gênero dos convidados/as do XIX Encontro Nacional da ANPOF (2022), elaborado pelo autor (2023)

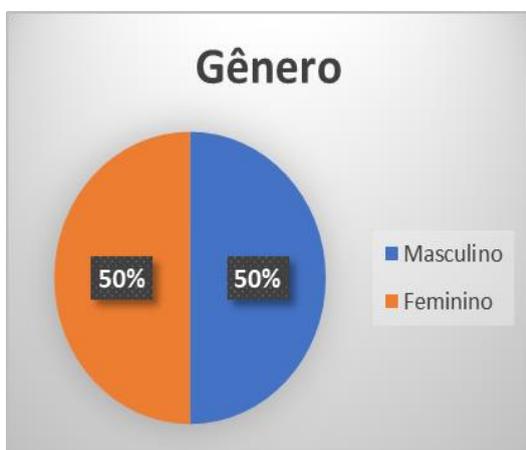
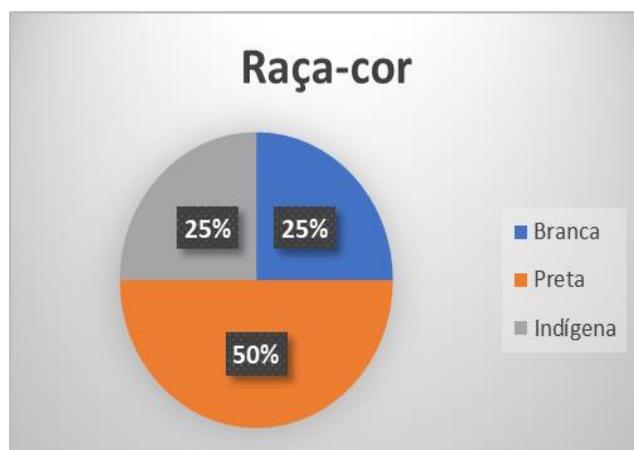


Gráfico 18 – Raça-cor dos convidados/as do XIX Encontro Nacional da ANPOF (2022), elaborado pelo autor (2023)



Os dois eventos apresentam configurações totalmente distintas. Enquanto no GT há ausência de diversidade étnico-racial, no evento principal há um equilíbrio e, pela primeira vez, as pessoas convidadas não-brancas superaram as brancas.

3.2.6. Perfil dos/as convidados/as para o Encontro de Licenciaturas e Educação Básica (ELEB). Edições 2021 e 2022³¹ - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Segundo o site oficial do evento, o Encontro de Licenciaturas e Educação Básica (ELEB) é um encontro de cunho acadêmico e científico de pesquisadores/as, professores/as e outros/as profissionais da educação que ainda estejam em fase de formação, com fins de dialogar sobre os desafios da formação de professores/as, considerando a conjuntura social, política, econômica e cultural do país. O ELEB ocorre desde 2019 e é promovido pela

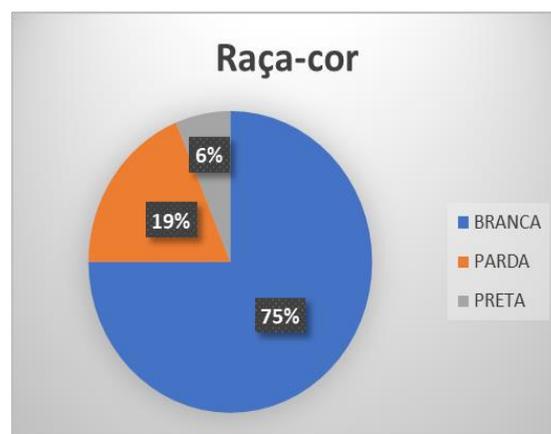
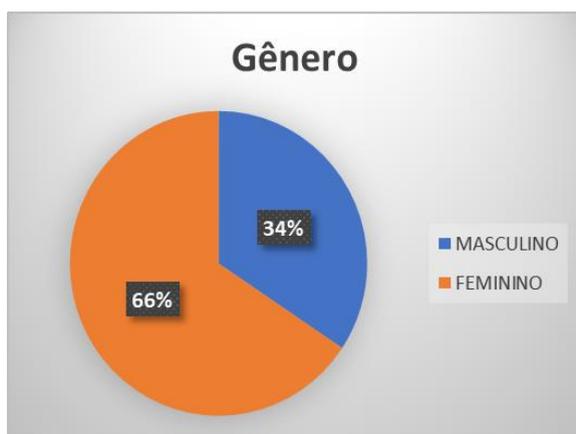
³¹ Imagens disponíveis em: <https://www.instagram.com/eleb_ufg/>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com outras universidades públicas do Centro-Oeste. Neste evento, a classificação se deu analisando as fotos divulgadas pela organização na página do *Instagram* do evento. Não houve dificuldade em classificá-las, pois, em sua maioria, as fotos estavam nítidas.

A edição do ELEB de 2021 teve como tema: “Educação, sociedade e práxis educativa: desafios e perspectivas à formação e à atuação docente” e foi realizada entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro de 2021. No total, foram 32 convidados e convidadas para apresentarem palestras ou mediar mesas de debate. Destes, 34% foram do gênero masculino, mas quase o dobro foram do gênero feminino, 66%. Ao desagregar os dados pelo quesito raça-cor, encontramos 75% de pessoas brancas e 25% de pessoas negras (19% pardas e 6% pretas).

Gráfico 19 – Gênero dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2021), elaborado pelo autor (2023)

Gráfico 20 – Raça-cor dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2021), elaborado pelo autor (2023)



Já na edição de 2022, realizada entre os dias 25 e 27 de outubro de 2022, o tema foi “Políticas e reformas: enfrentamento na formação e atuação de professores na educação básica”. O processo de heteroclassificação também se deu analisando as fotos dos participantes divulgadas na página oficial do evento no *Instagram* e, novamente, não tivemos dificuldades em classificá-las.

O evento foi constituído por 67% de pessoas do gênero feminino e 33% do gênero masculino. A presença de pessoas brancas aumentou em relação à edição anterior, ficando em 83% do total de 18 participantes. Não identificamos pessoas pretas e somente 17% do total foi classificada como parda.

Gráfico 21 – Gênero dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2022), elaborado pelo autor (2023)

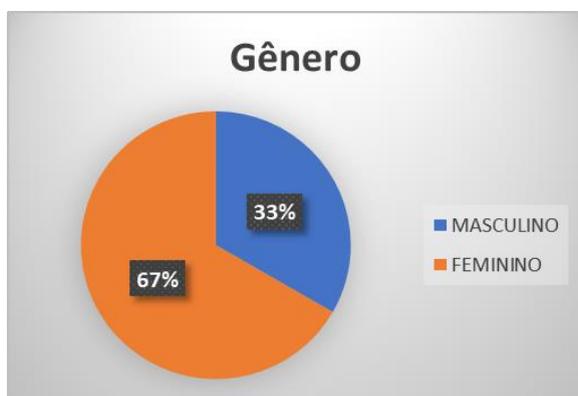
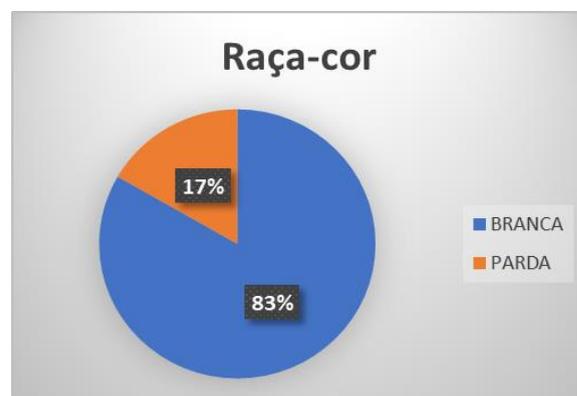


Gráfico 22 – Raça-cor dos convidados/as do Encontro de Licenciaturas e Educação Básica - ELEB (UFG, 2022), elaborado pelo autor (2023)



Chamou nossa atenção a total ausência da temática étnico-racial na programação. Isso é um dado importante, visto que estamos falando da formação de professores/as da educação básica. Encontramos, ainda, a maior presença do gênero feminino, o que dialoga com a realidade do perfil da docência da educação básica que, historicamente, é majoritariamente feminino.

A edição de 2022 do evento foi a única em todo o universo investigado cuja presença de pessoas classificadas como pretas foi zero. Em todas as demais edições analisadas havia ao menos 1 pessoa participante preta, o que aponta ao retrocesso diante de lutas históricas dos movimentos sociais por representatividade e diversidade étnico-racial.

3.2.7. Perfil dos/as convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS-2022)

O maior evento nacional de Assistentes Sociais, o CBAS, reúne bianualmente a categoria profissional para discutir as políticas sociais do Brasil. Sua edição mais recente foi realizada de 11 a 13 de outubro de 2023, com o tema: “Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina”.

Como esperado, o gênero feminino foi preponderante, visto que a categoria profissional de Assistentes Sociais é majoritariamente feminina, segundo o mais recente levantamento do

perfil desses profissionais em nível nacional: 92% identificam-se com o gênero feminino num universo de 41.083 pessoas (CFESS, 2022). Assim, 85% das palestrantes do CBAS foram identificadas como sendo do gênero feminino.

A mesma pesquisa revelou que 50,34% das Assistentes Sociais se reconhecem como negras e 46,98% como brancas. Neste sentido, nota-se que, no evento, houve uma inversão acentuada nesses percentuais. Se em nível nacional a maioria das profissionais é negra, entre as palestrantes do CBAS 2022, 70% foram classificadas como brancas.

Gráfico 23 – Gênero dos convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022), elaborado pelo autor (2023)

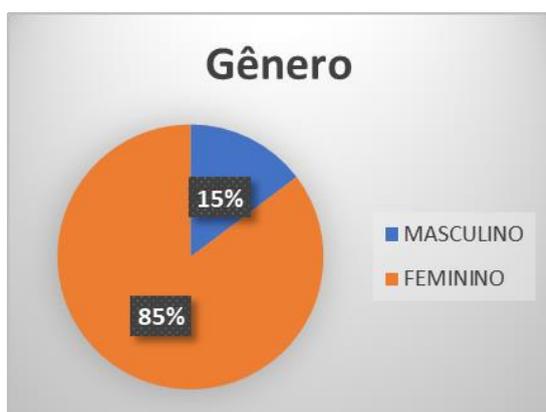
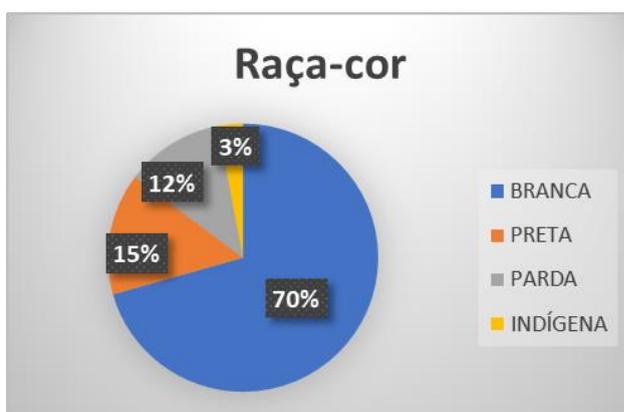


Gráfico 24 – Raça-cor dos convidados/as do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022), elaborado pelo autor (2023)



O dado é bastante revelador, pois a categoria desses/as profissionais, historicamente, empenha-se na luta contra a opressão, preconceito e discriminação racial. No entanto, como demonstram os dados, esta luta não se reflete no campo quando o tema é o reconhecimento público da produção intelectual. A categoria continua seguindo os ditames do dispositivo de racialidade.

Tal afirmação se estende aos outros eventos analisados e ao apresentar os dados e análises dos eventos isoladamente, podemos verificar algumas tendências que respondem às nossas hipóteses iniciais. Ao voltarmos para a história de *Tenda dos Milagres*, mais especificamente para a pergunta feita pelo personagem/diretor ao seu editor Dadá, quando este manifestou incredulidade na possibilidade de um preto ser cientista, “– e cientista tem cara, Dadá?”, a resposta de Dadá é afirmativa: sim, cara de branco.

Essa indagação perpassou todo o nosso trabalho, e diria que ela foi central nele, pois mesmo sabendo de antemão que o resultado seria a maior prevalência de pessoas brancas como

convidadas principais, perscrutar se as universidades apontavam para mudanças, se havia movimentos substanciais para alterar a relação entre saber-poder e representação étnico-racial.

Encontramos uma resposta que ajuda a explicar o porquê, na cabeça do personagem Dadá, cientista “ter cara” e essa ser branca e masculina. Em termos de representação social a figura de um cientista capaz, de uma pessoa inteligente, de um pensador, quando vemos os resultados da pesquisa a resposta é clara: esta pessoa só pode ser branca, só pode ser aquele ou aquela que possua a brancura como uma de suas características. O que nos leva a afirmar que as universidades brasileiras exercem o “controle dos rostos”, consciente ou inconscientemente, para propagandar a ideia de que pessoas brancas são as representantes sociais da intelectualidade científica nas universidades públicas brasileiras, servindo assim como instrumento de manutenção dos benefícios socioculturais, políticos e econômicos para a branquitude.

O estudo dos eventos nos possibilita afirmar a existência de um enquadramento intelectual das pessoas negras e não-brancas nas temáticas relacionadas às questões étnico-raciais. “O assunto de preto” está definido em todos os eventos analisados. Foram poucas as mesas de debate cujo tema não era sobre raça e racismo que contaram com a presença de pessoas não-brancas, com raras exceções. Em outras palavras, há um assunto, tema pré-definido pela branquitude para que outras racialidades possam se pronunciar e, assim, passar a ideia de que não há exclusão racial no interior das universidades.

Quando analisamos conjuntamente as macrorregiões Norte-Nordeste e Centro-Sul-Sudeste, podemos notar que elas se comportam com leves diferenças. A primeira é que nas universidades do Norte-Nordeste, o gênero dos participantes masculinos prevalece, sendo, do total de 101 palestrantes, 60% contra 40% do gênero feminino. Já nas universidades do Centro-Sul-Sudeste, ocorreu o inverso, pois 56% foram do gênero feminino e 44% do masculino, num universo de 439 perfis analisados.

A outra diferença aponta que, nos eventos das universidades do Norte-Nordeste, houve maior preocupação em diversificar o perfil étnico-racial dos/as participantes, de modo que 37% foram classificados como não-brancos, enquanto o contingente de brancos ficou em 58%. Quando voltamos nossos olhos para os eventos das regiões Centro-Sul-Sudeste, enxergamos que 83% das e dos participantes eram brancos e somente 16% não-brancos.

É possível, portanto, afirmar que a representação de gênero avançou no interior das universidades brasileiras, mas ainda persiste o preterimento das mulheres negras nos lugares de representação e poder. Nesse sentido, houve uma resposta positiva das universidades às reivindicações dos movimentos feministas brancos que se refletiram em um maior equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino nas mesas de debates dos eventos analisados, mas que não alcançaram as mulheres negras e indígenas.

As pequenas variações entre os números do Norte-Nordeste e Centro-Sul-Sudeste em termos raciais e de cor não são capazes de alterar a hegemonia étnico-racial da branquitude acadêmica quando se pensa na docência. As universidades brasileiras continuam com um quadro docente hegemonicamente branco e não se vislumbram movimentos internos com vistas a alterar esse quadro.

Podemos confirmar, assim, que as características da branquitude acadêmica, tais como a invisibilização de pesquisas e estudos de pessoas não-brancas, a sua tendência em se ver como autoridade do saber e os movimentos excludentes, para reafirmar sua própria distinção. Vimos que a hegemonia da racialidade branca se impôs como naturalizada dentro das universidades brasileiras, a partir dos eventos analisados. O pacto de silêncio, autoproteção e ajuda mútua da branquitude acadêmica segue em ação. E quando dizemos pacto de ajuda mútua, queremos demarcar um entendimento de que a branquitude acadêmica age de maneira a potencializar o sucesso e o reconhecimento do “grupo” em termos intelectuais.

DERRADEIRAS PALAVRAS

Ao me aproximar dos estudos críticos da branquitude no ano de 2019, não vislumbrava a dimensão que o tema iria ocupar na minha trajetória acadêmica, mas soube desde o início que estava diante de um momento importante no lastro dos estudos das relações étnico-raciais no Brasil, pois compreendi que dentro da teoria crítica de raça, a concepção do conceito de branquitude inaugura uma nova agenda, um novo olhar para a complexa teia de relações sociais, individuais e institucionais informadas pela racialidade.

Sempre me pareceu cômodo o lugar que as pessoas brancas ocupavam no debate público sobre o racismo, ou seja, o lugar da ausência, ou quando estavam presentes, ocupavam o lugar de voz de autoridade sobre o tema, mas sempre voltando as lentes de suas análises para a população negra em especial, configurando o tema como um “problema do negro”, cujo papel dos brancos era estar ali com uma lanterna apontando o caminho da solução para as desigualdades sociorraciais.

Mas a lanterna que iluminaria o caminho é a mesma que deixava na penumbra um dos personagens principais no processo sócio-histórico que culminou na ideia ficcional de superioridade branca sobre outras identidades e culturas: o branco, ou melhor, a branquitude, que como abordamos nesta dissertação, trata-se de uma identidade racial atribuída a sujeitos cuja brancura é uma de suas características, mas mais que isso, é um modo de se estar, se portar e experienciar o mundo tendo e obtendo vantagens, benefícios, facilidades e oportunidades a partir de um conjunto fantasmagórico de ideias e ideologias que acreditam na hierarquia de raças, sendo que a racialidade branca estaria no topo dessa cadeia.

A branquitude, como vimos, é um lugar de poder que desde muito foi sendo construído a partir da expansão colonialista da Europa sobre outros povos. Expansão que deixou um lastro de destruição, genocídios e epistemicídios por onde passou. Esta postura predadora de mundos produziu efeitos negativos que até hoje são vivenciados por quem não possui as credenciais necessárias para estar no grupo hegemônico dos brancos.

A identidade racial branca é uma identidade que ao dominar simbólica, cultural e economicamente boa parte do mundo, vai se estabelecer como parâmetro, como paradigma da humanidade. Essa pretensa universalidade foi sendo construída num processo duplo de

inferiorização de outros grupos e de hipervalorização dos grupos que possuem a branquitude como característica.

Nesse sentido a branquitude não é estritamente um lugar de privilégio, mas uma identidade racial construída com vistas a privatizar, monopolizar o usufruto do bem-viver e até da própria vida, uma vez que a história demonstra os inúmeros processos de violência e morte que se acirram em diferentes sociedades que tiveram contato com este grupo.

Abordamos como a religião e a ciência foram, em momentos distintos, utilizadas para legitimar a hierarquização de povos, grupos e pessoas tendo suas características somáticas e fenotípicas como base. Daí que a atribuição de características positivas a um determinado grupo e negativa para outros associadas às características como a cor da pele, textura dos cabelos, cor dos olhos, lugar de origem, língua etc. vai culminar no racismo que enxerga uma ordem natural para as desigualdades sociais. Nesse jogo, a branquitude saiu como superior ao usar de estratégias criminosas de dizimação, diminuição, opressão e usurpação de outras identidades.

Um processo que as lentes de Sueli Carneiro enxergaram como um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira. O dispositivo de racialidade nos permitiu entender como, a partir da conjunção da racialidade e do biopoder, a branquitude passou a realizar verdadeiros epistemicídios, que em suma, trata-se da estratégia de desqualificar qualquer conhecimento produzido por não brancos.

Nesse processo, ou nos termos de Carneiro, ao ser acionado, o dispositivo de racialidade vai desqualificar, sufocar e apagar, línguas, culturas, visões de mundo, imaginários, organizações societárias, estéticas etc. de forma que as epistemologias da branquitude se erijam como fundamentais e fundacionais do e no mundo.

Criado um mundo em que a branquitude corresponde a tudo que é belo, bom, sagrado, e digno, o pensamento, o saber da branquitude torna-se um poder, poder de estabelecer até mesmo o que é saber. No âmbito da produção de saberes é que a educação formal vai se perpetuar pelo mundo como validadora do que é conhecimento válido ou não. A escola e as universidades serão construídas de forma tal que no seu interior quase nada que não venha de um ser humano branco terá validade.

Destarte, assistimos até hoje um desfile de docentes brancos nos corredores das universidades, criando um monopólio no imaginário social do que é ser um intelectual, um imaginário que aparece no filme *Tenda dos Milagres*, resumido na afirmação de que um homem

branco é que tem cara de intelectual, enquanto se achava difícil crer que um homem negro pudesse ser um cientista social, pois ele não teria a mesma “cara” do outro.

Ao realizarmos o exercício de reparar em quem estava sendo convidado para palestrar ou mediar eventos acadêmicos em diferentes regiões do país, constatamos que não há qualquer indicativo de que as universidades brasileiras, ao menos as públicas, tenham avançado em dismantelar os mecanismos racistas que as consolidaram.

Vimos neste trabalho que pouco ou quase nada no campo da educação universitária se alterou em termos de diversidade étnico-racial. Predomina, ainda, uma imagem de que quem produz conhecimento são as pessoas brancas e que no máximo pessoas negras podem falar de raça e racismo. Fazemos essa afirmação a partir do entendimento de que há uma inclinação consolidada para a não abertura de espaço acadêmico para o reconhecimento, para o sucesso acadêmico e intelectual de pessoas não-brancas, uma vez que a legitimação intelectual passa por etapas como a publicação, a citação, o diálogo, o convite para palestras, brancas de avaliação. Etapas que, como tentamos evidenciar, são mais difíceis para docentes não brancos obter êxito.

A dinâmica encontrada na totalidade dos eventos analisados é a dinâmica do narcisismo acadêmico ou da branquitude acadêmica, nos termos explicitados nesta dissertação, ou seja, no nosso entendimento, a branquitude acadêmica maneja o dispositivo de racialidade de forma a se perpetuar como o “cérebro do mundo”, irradiador e validador do que é verdade e mentira, bom ou ruim, válido ou inválido. Para tanto, manipula os signos, as representações, as presenças e ausências, as vozes e os silêncios.

Neste sentido, a representação social da branquitude acadêmica é uma forma de manter o privilégio e a dominação racial sobre os grupos subalternizados. Através do dispositivo de racialidade, a branquitude se coloca como a referência universal do conhecimento, da ciência e da cultura, silenciando e deslegitimando outras vozes e epistemologias e chocando os ovos do colonialismo, como nos falou Nego Bispo.

Rastreamos na literatura ficcional, na música, no cinema, nas artes plásticas, no campo editorial, jornalístico, na vida acadêmica e no cotidiano exemplos de como a branquitude se impõe como norma do “Ser” pensante. Encontramos em todos esses locais, simbólicos e concretos, a hipervisibilidade da intelectualidade branca atrelada a invisibilidade de outros grupos racializados e na acomodação destes em lugares estereotipados, monotemáticos, agindo

como um mecanismo ativo na reprodução das desigualdades e das hierarquias raciais dentro de um país que ainda se arvora na tentativa de se fazer crer na existência de uma democracia racial, quando tudo diz exatamente o contrário.

Comprendemos que os estudos críticos da branquitude, desde as autoras e autores que citamos, apontam para a urgência de se questionar e desconstruir a branquitude como símbolo de autoridade e poder, e valorizar a diversidade e a pluralidade de saberes e identidades outras como uma estratégia na luta antirracista e na luta para se adiar o fim do mundo, ou a queda do céu, nos termos de Krenak e Kopenawa.

Para tanto, a interdição de corpos não brancos em qualquer espaço social simbólico não pode continuar sendo normatizada. As instituições acadêmicas precisam urgentemente agir de forma a romper com os pactos de silenciamento, inferiorização, interdição, preterimento que atingem a comunidade negra e não branca.

Não nos foi possível ter acesso às microdeterminações que levaram os organizadores dos eventos analisados a construí-los de forma que prevaleceu nas suas listas de convidados pessoas identificadas como brancas, ecoamos aqui as palavras de Cida Bento que não acredita que possa haver (a não ser nos grupos de supremacia branca, ou da branquitude acrítica), reuniões em que se decidiu exclusivamente por citar, contratar, promover e convidar somente pessoas brancas para falar, como demonstrou nossa pesquisa.

No entanto, quando comparamos o tema da racialidade com o de gênero, é possível, a partir da dinâmica que encontramos em todos os eventos analisados, concluirmos que as universidades brasileiras, tem respondido de alguma forma à pauta de igualdade de representação entre os gêneros, assim é que encontramos uma paridade dos gêneros em todos os eventos.

Isso nos sugere que houve uma preocupação das curadorias dos eventos em não permitir que eles se tornassem eventos sexistas, com predominância do gênero masculino e, portanto, que essa preocupação não se estendeu a representação racial, restando esta questão intocada em termos de mudança estrutural.

É forçoso afirmar que há um controle de rostos/*Gesichtskontrolle*, em pleno funcionamento no campo acadêmico e que este controle atua nas engrenagens do dispositivo de racialidade perpetuando hierarquias e segregação racial não oficializadas. Hierarquias, posto que conhecimentos produzidos por brancos são facilmente absorvidos nos cotidianos

acadêmicos, cuja materialização é a cristalização das bibliografias, das ementas, das referências etc. E segregação, quando vemos a alocação de pessoas não-brancas exclusivamente nas discussões étnico-raciais. Numa linguagem popular, estamos dizendo que os brancos podem falar de tudo, enquanto negros e não brancos só podem falar de temas ligados à racialidade.

Se com as cotas raciais foi possível começar a romper com essa segregação na graduação, por outro lado, na esfera docente o que se vê é a não abertura para o diálogo, ou nos termos de Nego Bispo, para as confluências. Quando ainda podemos ouvir vozes associando a presença negra e não branca na academia com o “rebaixamento” da qualidade educacional, significa que resta entranhado uma forma mental de pensar escravista de que o branco é quem pensa com qualidade e somente ele pensa e, logo existe como Ser.

A igualdade legal para o acesso ao nível superior de educação não comportou ainda a justiça racial e cognitiva. Resta entranhado nas instituições acadêmicas uma predileção pela brancura, uma mútua proteção dos pares racialmente identificados. Sob o manto da invisibilidade meritocrática subjaz a desigualdade étnico-racial. Se retirarmos este manto vamos dar de cara com o mundo preparado para privilegiar a racialidade branca, os possuidores da brancura.

A branquitude acadêmica funciona como um Forte militar que exerce a função de proteger quem está dentro e dificultar o acesso de outros em suas terras, neste caso na terra em que floresce a dignidade humana.

É por este motivo que compreendemos que não basta para a branquitude o reconhecimento de gozar de “privilégios”, pois estes ditos privilégios não são mais do que a possibilidade de usufruir dos direitos humanos no seu sentido mais amplo. Com isso quero dizer que a branquitude não é um lugar de privilégio, é sim um lugar de imunidade, é um salvo-conduto para se cometer injustiças, crimes, genocídios e epistemicídios contra populações não-brancas.

No conto *O batizado*, que abre este trabalho, acompanhamos a história de uma família em pé de guerra por conta do impacto que a racialidade exerceu sobre cada membro de maneira diferente e de como cada um lidou com a questão. Iniciamos este trabalho tratando sobre as identidades estilhaçadas e de como estilhaçar, perturbar, inferiorizar, estereotipar identidades não-brancas foi e é uma estratégia da branquitude para se manter como uma identidade normativa e neutra, visto que ao se colocar como neutra, ela pode ser compreendida como a

essência perfeita da humanidade, ou a própria humanidade, o “Ser”, jogando para o campo do “não-ser” toda e qualquer outra identidade.

Os estudos, aos quais essa dissertação vem se somar, se inscrevem como ferramentas para a desnaturalização da racialidade branca como representante dos Seres Humanos. Ela se ocupou em mexer com a garrafa de champanhe, não para estilhaçá-la, mas, para retirá-la do congelador de proteção, uma vez que sua proteção expõe outras identidades ao desgaste, ao esfacelamento.

A identidade de um povo é um paraquedas colorido, como nos fala Ailton Krenak. Na analogia das garrafas de bebida, elas são o recipiente de alegria, de beleza e de festa, é por isso, que a construção de identidades saudáveis, e de oportunidades equânimes é o caminho para um mundo em continuidade, um mundo em que os irmãos que se reencontram podem viver e aprender entre si, um mundo em que convivam em igualdade, confluindo e cantando canções.

El nacimiento de un mundo/Se aplazó por un momento
Fue un breve lapso del tempo/Del universo un segundo
Sin embargo, parecía/Que todo se iba a acabar
Con la distancia mortal/Que separó nuestras vidas
Realizaban la labor/De desunir nossas mãos
E fazer com que os irmãos/Se mirassem con temor
Cuando pasaron los años/Se acumularam rancores
Se olvidaram os amores/Parecíamos extraños
Que distancia tão sofrida/Que mundo tão separado
Jamás se hubiera encontrado/Sin aportar nuevas vidas
E quem garante que a história/É carroça abandonada
Numa beira de estrada/Ou numa estação inglória
A história é um carro alegre/Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente/Todo aquele que a negue
É um trem riscando trilhos/Abrindo novos espaços
Acenando muitos braços/Balançando nossos filhos
Lo que brilla con luz propia/Nadie lo puede apagar
Su brillo puede alcanzar/La oscuridad de otras costas
Quem vai impedir que a chama/Saia iluminando o cenário
Saia incendiando o plenário/Saia inventando outra trama
Quem vai evitar que os ventos/Batam portas mal fechadas
Revirem terras mal socadas/E espalhem nossos lamentos
E enfim que paga o pesar/Do tempo que se gastou
De las vidas que costó/De las que puede costar
Já foi lançada uma estrela/Pra quem souber enxergar
Pra quem quiser alcançar/E andar abraçado nela

(Pablo Milanés, Cancion Por La Unidad de Latino América, 1975)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Pólen livros, 2019.

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ARTUNI, Henrique. Companhia das Letras recolhe livro infantil com crianças em navio negreiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/companhia-das-letas-recolhe-livro-infantil-com-criancas-em-navio-negreiro.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude** e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>>. Acesso em: 03 de out. 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

BLOG DA COMPANHIA. Sobre o livro “Abecê da liberdade”: nosso posicionamento, o que aconteceu no processo e o que estamos fazendo. 17 set. 2021. Disponível em: <<https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Sobre-o-livro-Abecẽ-da-liberdade-nosso-posicionamento-o-que-aconteceu-no-processo-e-o-que-estamos-fazendo0>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>>. Acesso em: 27 de out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como Não-ser como fundamento do Ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da *branquitude* nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: < <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811>> Acesso em: 03 de out. 2020.

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento**: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011. p. 81-93. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706>>. Acesso em: 11 de out. 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. A branquitude acadêmica: volume 2. Curitiba: Appris, 2020.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, v. 47, 2022 – Jan./Dez. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/62742>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional, Brasília, 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. Coleção consciência em debate/Vera Lúcia Benedito (coord.).

CUTI. **Contos escolhidos**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

CHIZIANE, Paulina. **O canto dos escravizados**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOITY. IX Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/ppgcasimposio/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

DOITY. X Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/ppgcasimposio-91677-20210803151710/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

DOITY. XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. Disponível em: <<https://doity.com.br/xisimposiocienciasambientaisnaamazonia>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

EVARISTO, Conceição. Uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvone e Et al. **Divisões perigosas**: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. 363 pp.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

GRUPO DE ÉTICA E FILOSOFIA DA UNB. X Encontro Nacional do GT - Filosofia e Direito - ANPOF - Razão e política: diálogo em torno do direito e da democracia. Disponível em: <<https://filosofiapoliticaunb.blogspot.com/2020/10/x-encontro-do-gt-filosofia-e-direito.html>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra; Maringolo, Cátia Bocaiuva (trad.). São Paulo: Elefante, 2019.

IBIRAPITANGA, Instituto. **Branquitude**: racismo e antirracismo. – 2. ed., Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2021. 214 p.: il. – (Série Cadernos do Ibirapitanga; 5). Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Ibi_Caderno-branquitude_2edicao.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2022.

JORNADA VIRTUAL UEFS 2020. Disponível em: <<http://www.jornadavirtual.uefs.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143p.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. O Eterno Retorno do Encontro. In: NOVAES, Adauto (org.), **A Outra Margem do Ocidente**. Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude em foco**: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. (tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9TDHHV>>. Acesso em: 13 de set. 2022.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. O branco da consciência negra. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvone e Et al. **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. p. 96-100.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Marina Pereira de Almeida; RIBEIRO, Samuel Dias. Representatividade, visibilidade e vocalidade: apontamentos sobre branquitude e produção acadêmica em eventos científicos, em tempos de educação remota. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-19, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19450>>. Acesso em 10 de jun. 2022.

MOSCOVICI, Sergi. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MILLS, Charles W. I. **O contrato racial**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023 [1997].

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1979-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). **Branquitude: Estudos Sobre a Identidade Branca no Brasil**. Appris, 2017.

NACAGUMA, Simone; RIBEIRO, Samuel Dias. In: **Cadernos acadêmicos: conexões literárias**. Nº 1. Unifesp/SP-Leituras, Guarulhos-SP/São Paulo -SP, dez. 2021. p. 204-221. Disponível em: <https://lbxxi.org.br/ojs/index.php/cadernos-academicos/article/view/22>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2007.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Unibanco**. Educação em números. Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/desigualdade-racial/12/63/162;1/PNAD-GB-PJFE-BR_REG_UF-ANO_DA_COR_FE_FES_0/BRA>. Acesso em: 08 /06/23.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

RAMOS, Alberto guerreiro. **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)**; Organização Muryatan S. Barbosa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36 e 75/02. 2020.

RIBEIRO, Christian. (Desculpas não adiantam mais!) Pular corda no navio negreiro? O não respeito as histórias e dores das populações negras no Brasil... **Portal Geledés**, 16 set. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/desculpas-nao-adiantam-mais-pular-corda-no-navio-negreiro-o-nao-respeito-as-historias-e-dores-das-populacoes-negras-no-brasil/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

RIBEIRO, Samuel Dias. Branquitude em revista: um estudo de caso sobre representação sócio-racial da imagem dos produtores de conhecimento na revista acadêmica “EntreTeses”. In: COPENE: "Democracia, Poder e Antirracismos: avanços e retrocessos constitucionais e ações institucionais" MMMM, 12., 2022, Recife. **Anais...** Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE; Universidade de Pernambuco UPE; Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2022a. p. 1-8. Disponível em: <<https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=216>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

RIBEIRO, Samuel Dias. A cor da Rua: uma análise da racialidade na configuração da População (deixada) em situação de rua da cidade de São Paulo. In: COPENE: "Democracia, Poder e Antirracismos: avanços e retrocessos constitucionais e ações institucionais", 12., 2022b, Recife. **Anais...** Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE; Universidade de Pernambuco UPE; Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2022b. p. 1-8. Disponível em: <<https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=258#S>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

RIBEIRO, Samuel Dias. As ruas revelam desigualdades sociais: população em situação de rua na cidade de São Paulo. In: CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina, 17, 2022, Distrito Federal. **Pôster eletrônico...** Conselho Federal de Serviço Social, 2022c. Disponível em: <<https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000000774.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

RIBEIRO, Samuel Dias. De Michel Foucault à Sueli Carneiro: o dispositivo de racialidade/biopoder na governamentalidade das vulnerabilidades educacionais”. In: Colóquio Nacional Michel Foucault: a política neoliberal como guerra continuada. 7., 2022: Uberlândia. **Caderno de Resumos...** UFE, FACED; p. 00, 2022d.

RIBEIRO, Samuel Dias. Cida Bento diz o que se cala: Resenha do livro “O pacto da Branquitude”. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 14, n. Ed. Especial, p. 301-305, out. 2022e. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1454>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

RIBEIRO, Samuel Dias. Branquitude, "mimimi" e relações raciais nas universidades brasileiras. In: AMORIM, Cleyde Rodrigues; SILVA, Vagner Gonçalves da, et. al. (Org.). **Doma: saberes negros e enfrentamento do racismo**. Rio de Janeiro: Telha, 2023. p. 368-385.

ROSA, Allan da. **Pedagogia, autonomia e mocambagem**. São Paulo: Polém, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In OLIVA, Anderson Ribeiro (org. [et al.]). **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Coleção Cultura Negra e Identidade), p. 23-35.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 2012. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>>. Acesso em: 03 de out. 2020.

SILVA, Cidinha da. **Sobre-viventes!** 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.

SILVA, Cidinha da. Abecê da liberdade para deleite da casa grande. **Portal Geledés**, 13 set. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/abece-da-liberdade-para-deleite-da-casa-grande/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. **Lumina**. Facom/UFJF – v. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez. 1998.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo lugar de diálogo: raça e etnicidade numa perspectiva comunicacional. **Reciis** – ver. Eletron. Comum. Inf. Inov. Saúde. 2019 out-dez.: 13(4); p. 877-886. Disponível em: < <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1944> >. Acesso em: 10 de nov. 2020.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Quantos não são Negros?** Heteroidentificação racial de candidaturas autodeclaradas negras (pretas ou pardas) por Partido Político, Região do Brasil e Estado nas Eleições 2022. Disponível em: <[4189200666_nota-tecnica-fraudes-nas-eleicoes-final-para-publicar-19.11-18h.pdf](https://www.uol.com.br/4189200666_nota-tecnica-fraudes-nas-eleicoes-final-para-publicar-19.11-18h.pdf) (uol.com.br)>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Disponível em:< https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Aqui_ninguem_e_branco_Rio_de_Janeiro_Ae.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2020.

SOVIK, Liv. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 159-180, jul./dez./ 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica:** Desigualdades étnico-raciais nas matrículas e na conclusão do ensino médio. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-desigualdades-etnico-raciais-nas-matriculas-e-na-conclusao-do-em.pdf>>. Acesso em: 08/06/23.

TORERO, José Roberto. Pisando em ovos. **Rascunho**, São Paulo, 12 set. 2023. Disponível em: <<https://rascunho.com.br/liberado/pisando-em-ovos/>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Reitora e vice-reitor realizam balanço do Congresso Acadêmico 2020, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antteriores/item/4618-reitora-e-vice-reitor-realizam-balanco-do-congresso-academico-2020>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Unifesp realiza VIII Congresso Acadêmico com o tema Universidade, Conhecimento e Democracia, 1 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/eventos-antteriores/item/5808-unifesp-realiza-viii-congresso-academico-com-o-tema-universidade-conhecimento-e-democracia>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

REFERÊNCIA FILMOGRÁFICA

TENDA DOS MILAGRES. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: Regina filmes, 1977. 01 DVD (132 min).

REFERÊNCIAS MUSICAIS

BELCHIOR. Apenas Um Rapaz Latino Americano. 1976. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/belchior/44449/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BELCHIOR. Coração Selvagem. 1977. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/belchior/44453/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MILANÉS, Pablo. Cancion Por La Unidad de Latino América. 1975. Disponível em: <<https://www.letras.com/milton-nascimento/808215/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MIRANDA, Tomaz; OLIVEIRA, Ronie; et al. Histórias para ninar gente grande. Samba-enredo G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

NASCIMENTO, Milton. Canção do Sal. 1967. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/1160872/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

NASCIMENTO, Milton. Morro Velho. 1967. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/45930/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

NASCIMENTO, Milton. Travessia. 1967. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47456/>>. Acesso em: 10 out. 2023.